

Trabalho com famílias

Metodologia e Monitoramento

Prefeitura da Cidade de São Paulo

Marta Suplicy *Prefeita*

Secretaria Municipal da Assistência Social

Aldaíza Sposati *Secretária*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP

Antonio Carlos Caruso Ronca *Reitor*

Raquel Raichelis Degenszajn *Vice-Reitora Acadêmica*

Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira *Assessora*

Faculdade de Serviço Social

Maria Rosangela Batistoni *Diretora*

Faculdade de Psicologia

Maria da Graça Machina Gonçalves *Diretora*

Instituto de Estudos Especiais — IEE/PUC-SP

Mariangela Belfiore Wanderley *Diretora*

Universidade Cruzeiro do Sul — UNICSUL

Sueli Cristina Marquesi *Reitora*

Jorge A. Onoda Pessanha *Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários*

Universidade de Santo Amaro — UNISA

Dr. Sidney Storch Dutra *Reitor*

Josmar Arrais *Pró-Reitor de Extensão*

Valéria Giovannetti *Diretora da Faculdade de Serviço Social*

Programa Fortalecendo a Família / Renda Cidadã — PFF/SP/SP

Conselho Gestor

Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira
Mariangela Belfiore Wanderley
Maria Rosangela Batistoni
Maria da Graça Machina Gonçalves
Vera Aquilino Alvarenga Freire
Neiri Bruno Chiachio

Equipe de Metodologia

PUC-SP

Faculdade de Serviço Social

Luzia Fátima Baierl
Marília da Silva Pardini
Marta Silva Campos

Faculdade de Psicologia

Chica Hatakeyama Guimarães
Edna Maria Peters Kahhale
Patrícia Mortara

UNISA

Osmar dos Santos Cavalcante

UNICSUL

Carlos Roberto Castro e Silva

Equipe de Monitoramento e Avaliação do IEE/PUC-SP

Carola Carbajal Arregui
Dirce Koga
Frederico Ramos
Marcelo Turine
Vergílio Alfredo dos Santos
Alexandre Recaman Martins
Rosangela Dias Oliveira da Paz

Apresentação

O material que ora publicamos é fruto de construção coletiva na implementação e desenvolvimento do Programa Fortalecendo a Família do município de São Paulo, realizado por meio do convênio estabelecido entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP e a Secretaria de Assistência Social — SAS, da Prefeitura do Município de São Paulo, para a operacionalização do Programa.

Essa experiência foi inédita não só pela amplitude do Programa, mas também pela complexidade e diversidade de tarefas que se apresentaram. Foram atendidas 13.280 famílias, nucleadas em 611 grupos. As reuniões socioeducativas funcionaram em diversos espaços físicos, situados em nove microrregiões da cidade de São Paulo. Uma experiência inovadora para todos os participantes do projeto e também para a PUC-SP, que assumiu a responsabilidade de operacionalizar todas as atividades e tarefas inerentes a esse convênio, tendo como parceiras a UNICSUL e a UNISA.

Trata-se de um programa de transferência monetária direta da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo — SEADS, que, municipalizado, é operado pela Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo e recebeu o nome de Programa Fortalecendo a Família/Renda Cidadã (PFF/SP/SP).

Esse Programa repassou para cada família beneficiária a importância de R\$ 60,00 mensais, quantia estipulada com base em determinados critérios de inserção (renda familiar, presença de crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 14 anos, portadores de deficiência na composição familiar, entre outros). Em contrapartida, o PFF propunha que as famílias mantivessem seus filhos na escola e a carteira de vacinação das crianças atualizada e participassem de reuniões e trabalhos socioeducativos.

Como experiência primeira que foi, seus passos foram construídos gradativa e coletivamente pelos vários atores que participaram do projeto e que se inseriram em uma das quatro equipes: metodologia, monitoramento, gestão e técnica-operacional.

Para além da operacionalização do PFF, as universidades tiveram como principal desafio a construção de propostas metodológicas de trabalho socioeducativo com famílias em situação de exclusão social e de monitoramento e avaliação desse trabalho.

Definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de transformar os pressupostos teóricos escolhidos em diretrizes operacionais, e detalhar processos e técnicas de abordagem no seio das relações sociais que se pretende alterar. Sua grande complexidade está na exigência de uma definição segura de para onde se quer ir, por meios eficazes e realmente acessíveis. Significa, também, fazer o caminho inverso a partir da experimentação, ao colocar em prática o modelo criado. A prática pode levar à reformulação de princípios e diretrizes, o que vale especialmente num campo inovador de ação, como este

que realizou um trabalho socioeducativo massivo com famílias de baixa renda numa cidade do porte de São Paulo.

As famílias que participaram do PFF residem nos territórios com maiores índices de exclusão social. O trabalho é balizado pela ótica dos direitos sociais, objetivando a emergência de sujeitos de direitos. Essa utopia foi sendo construída por muitos atores: cerca de 14 mil representantes de famílias e 200 profissionais e estagiários das universidades, das regionais de SAS, além de grupos técnico-operacional e gestor.

São muitas as vozes que se fazem representar e expressar nos textos aqui apresentados, os quais sistematizam, refletem e criam novas possibilidades de ações socioeducativas com famílias.

Nesse processo de construção coletiva da metodologia de trabalho socioeducativo, os autores que assinam os textos tiveram a tarefa de sistematizar, redirecionar, aprofundar, dar subsídios para o desenvolvimento do trabalho. É só por essa razão que aparecem como “autores”.

Metodologia de trabalho socioeducativo com famílias é o texto que abre o livro. Ele apresenta o caminho percorrido: da metodologia prevista para a vivida e, finalmente, para a proposta. Esta última expressa a possibilidade de superação dos limites e os avanços realizados pelo trabalho. No segundo texto — **Relatos da Metodologia Vivida** —, é descrito e analisado o desenvolvimento cotidiano de ações metodológicas básicas, de acordo com a realidade das famílias participantes.

Vale destacar o lugar que o trabalho socioeducativo ocupa na fundamentação metodológica de um programa social com vistas à inclusão social. Esse trabalho define-se como estratégia de ampliação do caráter de direito social, relacionado ou não a subsídio financeiro, e pretende ser um dos instrumentos para a interrupção da transmissão geracional da pobreza.

Nessa proposta metodológica, os grupos socioeducativos constituem-se em espaços nos quais a autonomia deve estar articulada ao ser cidadão, na direção dos direitos sociais do sujeito e do grupo. É importante considerá-lo um movimento essencial em quatro direções: 1. A **escuta atenta** das preocupações, necessidades e demandas expressas pelas famílias. A atenção a elas leva à facilitação do apoio grupal no alargamento da percepção das situações pessoais e sociais. É apropriada a recomendação: *não dar à questão social um tratamento de exterioridade à vida pessoal cotidiana*. 2. A **construção coletiva de alternativas** pelos participantes, com a identificação de demandas comuns pelos próprios representantes das famílias. Só assim é possível ampliar o universo de informações acerca do tema, permitindo a identificação de recursos sociais na região e na cidade, promovendo sua percepção interna, além da compreensão e aproximação das formas de organização do poder público e de representação da sociedade civil. Isso é condição da luta por direitos básicos. 3. A **garantia da capilaridade necessária à penetração territorial** do Programa, pela

sua articulação com movimentos sociais e entidades presentes nos territórios. É o momento da construção de parcerias. 4. A **nucleação da sociabilidade de bairro**: as reuniões dos grupos são apreciadas por oferecerem oportunidades de apoio e relações sociais, que muitas vezes são restringidas diante do grau de insegurança e violência urbanas nos territórios com alto índice de exclusão social.

A inserção no texto de escritos e registros surgidos das relações dos grupos socio-educativos ilustra a procura cotidiana de criação das formas de atuação e convivência, pelos coordenadores e representantes das famílias. Exemplificam-se situações compartilhadas por todo o Programa, mostrando momentos particularmente significativos dessa construção. O detalhamento de algumas estratégias e técnicas, inventadas ou adaptadas, e as reflexões e comentários imediatamente decorrentes delas procuram mostrar “como” realmente foi a elaboração metodológica, na expectativa de inspirar e facilitar novas criações.

O texto que conclui o volume — **Monitoramento e avaliação do trabalho com famílias** — apresenta o sistema de monitoramento das famílias atendidas pelo PFF/SP/SP, desenvolvido pelo Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP — IEE. Optou-se pela ferramenta denominada SIGS — Sistema de Informação de Gestão Social, em virtude de sua capacidade de processar grande quantidade de dados cadastrais e de armazenar informações sobre o trabalho socioeducativo.

Tendo em vista a proposta do PFF/SP/SP e a necessidade de territorializar as informações sobre as famílias e suas condições de vida, segundo o lugar que ocupam, o SIGS passou a incluir dados sobre os territórios de residência das famílias, espalhados em nove distritos eleitos como prioritários para o Programa.

Os desafios colocados por esse Programa permitiram repensar o significado de um trabalho de monitoramento no qual a articulação entre as dimensões social/relacional e tecnológica é condição intrínseca à própria metodologia de ação, que opta pelo trabalho socioeducativo em programa de transferência de renda de caráter massivo.

Neste texto são apresentadas as diferentes fases metodológicas do sistema de monitoramento e avaliação implantado no PFF.

A utilização dessa metodologia e do SIGS em outros programas sociais possibilitará a criação de novos instrumentais e interfaces para potencializar sistemas de monitoramento e avaliação.

O material aqui apresentado pode ser útil para a formação continuada dos profissionais envolvidos em programas sociais voltados à inclusão de famílias, particularmente no contexto da política de assistência social. Deverá provocar reflexões e discussões que enriqueçam e aprimorem as propostas apresentadas, de modo a responder às especificidades das diferentes experiências de trabalho social com famílias.

Metodologia de trabalho socioeducativo com famílias em programas de transferência de renda

Texto elaborado pela Equipe de Metodologia do PFF/SP/SP

Marta Silva Campos (texto final)

Edna Maria Peters Kahhale

Chica Hatakeyama Guimarães

Carlos Roberto Castro e Silva

Luzia Fátima Baierl

Marília da Silva Pardini

Osmar Cavalcante

Patrícia Cintra Mortara

Proposta elaborada a partir da implantação e operação, na cidade de São Paulo, do Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP¹, realizada de agosto de 2002 a novembro de 2003, a partir de convênio² firmado entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura da Cidade de São Paulo

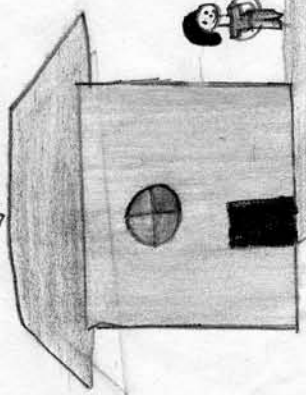
¹ O PFF é um programa vinculado ao “Renda Cidadã”, de iniciativa da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo — SEADS e executado no Município de São Paulo pela Secretaria de Assistência Social — SAS, mediante convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP, em parceria com a Universidade Cruzeiro do Sul — UNICSUL e Universidade Santo Amaro — UNISA.

² O convênio foi firmado em 27 de agosto de 2002 e encerrado em 31 de dezembro de 2003.

Desenhe o caminho de sua casa até o grupo.
Jd. Almeida Prad.

SANEIDE BOAVENTURA DOS SANTOS

ESTÁ É A MINHA CASA

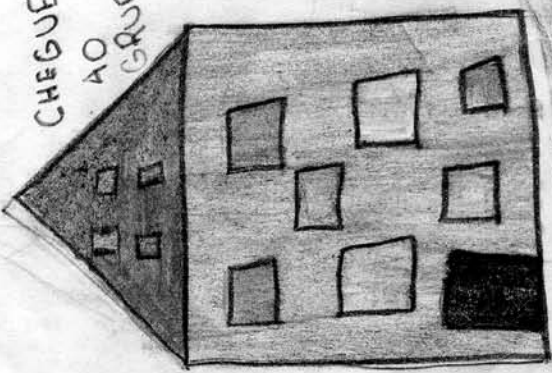


FAVELA



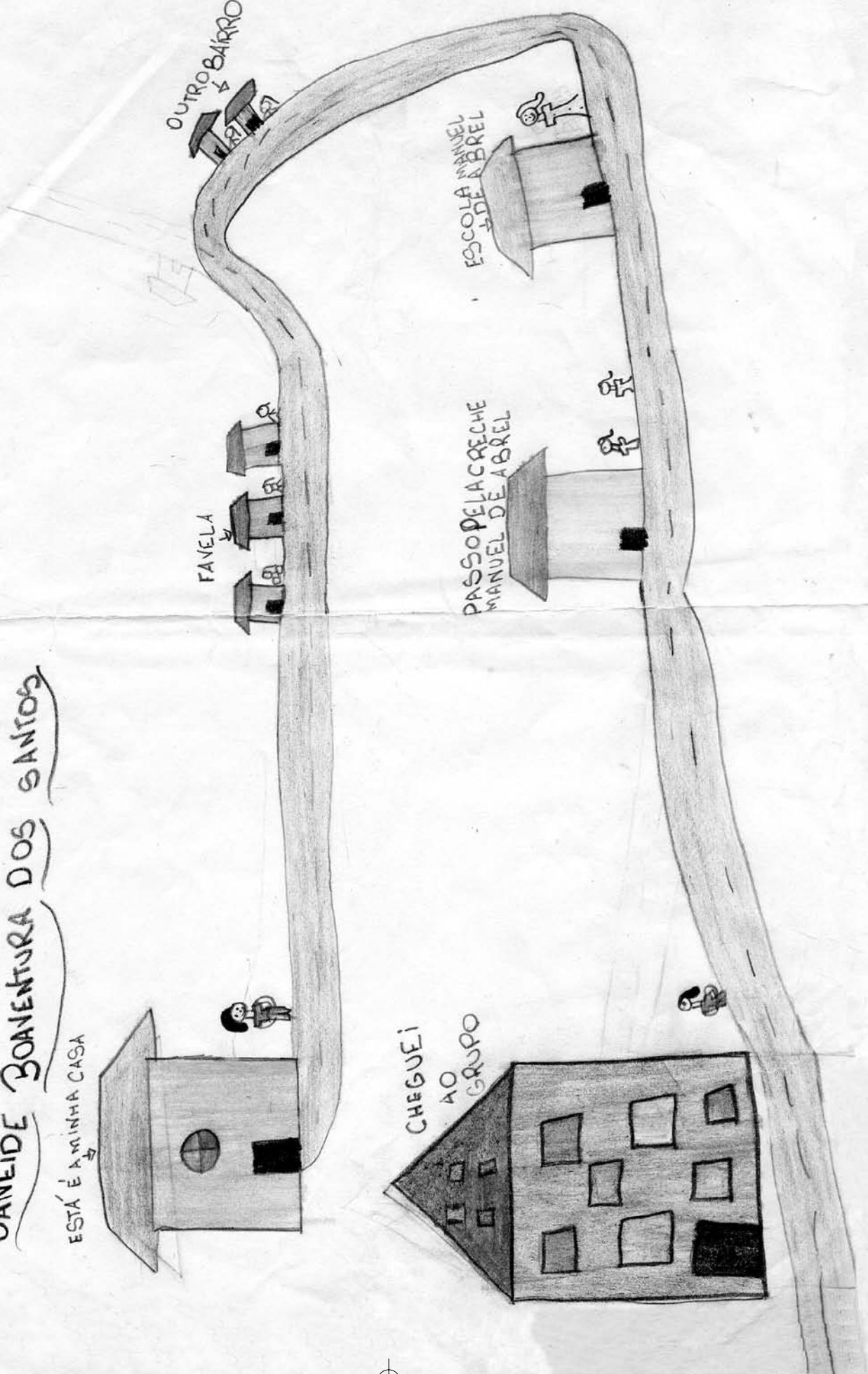
OUTRO BARRIO

CHEGUEI AO GRUPO



PASSOPELA CRECHE
MANUEL DE ABREL

ESCOLA MANUEL
DE ABREL



Introdução

A oportunidade de um convênio entre a Universidade e a Secretaria Municipal de Assistência Social foi acolhida com a mesma importância dada à extensão, formação e pesquisa universitárias. O objetivo: gerir a introdução do trabalho socioeducativo junto a famílias beneficiárias de um dos programas de transferência de renda que, naquele momento, passou a integrar a política da Secretaria no âmbito da cidade.

O desafio foi enorme, tanto pelo ineditismo da tarefa como pela extensão do atendimento proposto. A dimensão da prestação de serviços fugiu ao comum dos projetos de extensão, em geral voltados para ações mais circunscritas e controláveis. Isso exigiu uma avaliação de nossas possibilidades de organização para fazer face às demandas colocadas.

A proposta já deixava evidente o interesse científico, refletindo-se no ensino e na pesquisa em desenvolvimento. Três questões se anunciaram importantes e fecundas do ponto de vista investigativo. Em primeiro lugar, as condições possíveis de desenvolvimento de uma política de assistência social dentro da ótica do direito, do controle público e da diminuição da desigualdade social, aspecto ameaçado pela tendência ao aprofundamento do desequilíbrio da política social brasileira no sentido da focalização no combate à pobreza.

Mostrou-se também essencial uma definição atual, política e programática, do lugar da família — vista como unidade integrada, instância coletiva —, em relação à qual se incorpora uma atuação direta dentro do sistema de proteção social. Aqui, o foco provocativo e crucial pode ser entendido como o da compatibilidade entre o paradigma consagrado do Bem-Estar Social democrático — que definiu historicamente a implementação de um sistema de proteção social atento a necessidades e demandas específicas de cada cidadão —, com o uso de medidas moldadas para o grupo familiar, entendido então como “parceiro explícito” desse sistema [BALBO, 1977, 1984, apud SARACENO, 1994].

A terceira questão consistiu na necessidade de reexaminar as formas de condução da política social dentro de um paradigma que prevê a participação da sociedade sem descartar a presença do Estado na provisão social. Ou seja: de forma integrada no âmbito interno do Estado e externamente articulada com as forças sociais presentes no território-alvo. Trabalhou-se, assim, com o modelo institucional de políticas assentadas no princípio da universalidade, para a manutenção e extensão de direitos, de acordo com as demandas e necessidades particulares [PEREIRA, P. A., 1995, apud CAMPOS, M. S. e MIOTO, R. C. T., 2003].

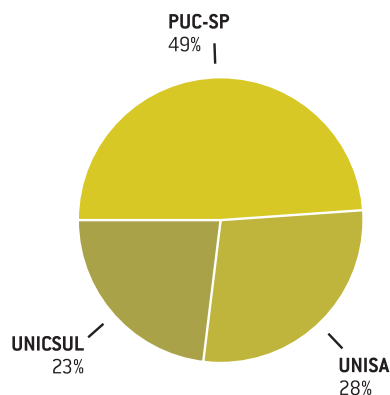
O convênio representou ainda a continuidade de um processo de importantes trocas da Universidade com a Administração Municipal, com algumas garantias de estabelecimento de bons termos de parceria.

Para aceitar desafios e responsabilidades, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP estabeleceu entendimentos com a Universidade Santo Amaro — UNISA e a

Universidade Cruzeiro do Sul — UNICSUL que resultaram na execução conjunta do Programa Fortalecendo a Família. Foram bem definidos módulos de operação, cada qual responsável por uma parte das famílias a serem atendidas (*ver gráfico a seguir*).

Figura 1
Programa Fortalecendo a Família
**Distribuição das famílias
atendidas pelas universidades**

Fonte: SIGS — Sistema de
Informação de Gestão Social



Enquanto conveniente, a PUC-SP permaneceu junto à Secretaria Municipal de Assistência Social — SAS, na gerência geral de todo o trabalho. Também fixou algumas atribuições e procedimentos básicos como condição para sua participação: a realização prévia do cadastramento das famílias a serem incorporadas ao Programa, por firma contratada; e a participação das equipes regionais da SAS. Esta última consistiu na nucleação dos representantes das famílias em grupos de atendimento e demais providências relativas a sua integração inicial, e na obtenção de locais apropriados ao funcionamento das reuniões dos grupos, tendo em vista o melhor acesso dos usuários e a adequação das instalações.

Essas atividades só poderiam ser bem desenvolvidas a partir de uma presença mais próxima à população e às regiões da cidade, para garantir a capilaridade necessária à penetração territorial do Programa. Por essa razão, era absolutamente desaconselhável sua centralização nas universidades.

Para acompanhamento e elaboração da metodologia do trabalho, foi estabelecida a participação de um grupo de professores do corpo de duas faculdades — Psicologia e Serviço Social —, áreas básicas nas questões de pesquisa mencionadas e na natureza dos serviços a serem prestados.

Outro procedimento fixado pela PUC-SP foi a realização de um processo de seleção e formação de todo o pessoal responsável pelo trabalho socioeducativo e pela gestão regional do Programa como estrita competência das universidades. Da mesma forma, planejou-se o estabelecimento de uma estrutura básica de gestão orçamentária, programática e de pessoal, incluindo sede, serviços e material de apoio em geral, como também formas de gerência regionalizada do trabalho.

Nesse último aspecto, especificou-se particularmente o funcionamento contínuo de um processo informatizado de monitoramento e avaliação do desenvolvimento do trabalho, concretizado no Sistema de Informação de Gestão Social — SIGS, experimentado por setores e professores da Universidade em trabalho anterior de natureza semelhante. A necessidade de seguimento permanente do processo em curso nos grupos, importante na

implantação de programas sociais, foi reforçada pelo caráter presente de aperfeiçoamento de métodos de ação, visando ainda sua reprodução.

De maneira geral, para uma orientação de conjunto, os próprios termos do convênio incluíram elementos básicos da ação a ser realizada nas regiões. Esses elementos serviram como fundamentos iniciais da metodologia a ser desenvolvida e elaborada no trabalho socioeducativo com as famílias.

Denominamos **Metodologia Prevista** essa primeira explicitação. Paralelamente, foram utilizadas as informações geradas pelas regiões durante todo o tempo de vigência do programa para compor o quadro da **Metodologia Viva**.

Com um trabalho comparativo dos elementos significativos em ambas, acreditamos ter chegado à **Metodologia Proposta**, capaz de tornar evidentes os resultados gerais obtidos do ponto de vista dos objetivos e compromissos assumidos pela PUC-SP.

Metodologia Prevista

Como diretrizes norteadoras do trabalho foram incluídas as recomendadas pelo PFF

em curso na Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo — SEADS. Consistem em acompanhar e estimular as famílias para seu desenvolvimento social e pessoal; estimular a inclusão de seus membros na rede de serviços socioassistenciais disponíveis na região; criar oportunidades para acesso a bens, recursos e serviços produzidos pela sociedade e disponíveis nas regiões e na cidade; identificar e fortalecer as potencialidades das famílias e dos recursos da região; e ampliar o universo cultural, social e informacional disponível.

Obedeceu-se ao desenho inicial configurado no convênio estabelecido, em que a abordagem das famílias definiu-se mediante algumas ações explicitadas a seguir.

Fixação de responsáveis: já no cadastramento inicial, fixaram-se as mulheres/mães dentro do grupo familiar como as “responsáveis”, obrigatoriamente. Só na sua ausência, os homens/pais seriam indicados.

Nucleação: foram formados grupos de 30 participantes, entre as pessoas de cada família consideradas “responsáveis” junto ao Programa, reunidas de acordo com a proximidade geográfica.

Realização de reuniões quinzenais com os grupos: em horário vespertino, com duração de uma hora e trinta minutos. Frequência obrigatória (em contrapartida ao recebimento da renda auferida) para todos os “responsáveis” incluídos no Programa. Os grupos foram previstos para operar durante dois anos.

Condução das reuniões: a cargo de “duplas”, cada uma delas formada por um técnico e um estagiário, sempre unindo a contribuição profissional da Psicologia e do Serviço Social.

Destinação de espaços: para o funcionamento dos grupos mediante cessão de instalações por parte de entidades, movimentos e associações locais de maneira geral, interessados e disponíveis para uma ação articulada com o Programa.

Ampliação dos encontros gerais entre as famílias: a fim de expandir o contato nos grupos e previstos para serem trimestrais, em torno de um tema ou atividade coletiva percebida pela maioria dos participantes como de interesse no território.

A partir desse traçado determinante das possibilidades metodológicas, no início da implantação foram acrescentadas orientações teóricas e diretrizes operacionais mais claras. O objetivo foi a conscientização de algumas premissas básicas da metodologia de trabalho. Para isso, foram organizados um painel inaugural de debates³, com especialistas capazes de refletir aspectos fundamentais para o trabalho socioeducativo com famílias; atividades preparatórias de formação do pessoal responsável; e a supervisão simultânea à abordagem das regiões feita pelas equipes técnicas, durante a fase inicial.

Nesse momento, foram destacados elementos metodológicos a serem incorporados ao desenvolvimento da ação, relativos a questões como construção conjunta, interdisciplinaridade, constituição do sujeito, concepção de família.

A primeira questão, construção conjunta da metodologia de trabalho socioeducativo, consistiu numa diretriz essencial para atuação de todo o pessoal do Programa e envolveu respostas às demandas e necessidades provenientes da participação dos representantes das famílias nos grupos, de forma articulada com as organizações e forças sociais dos territórios onde se desenvolveram as atividades.

A interdisciplinaridade referiu-se a Serviço Social, Psicologia e outras áreas de conhecimento, como o geoespaciamento.

No trabalho feito nos grupos com os representantes, a proposta de constituição do sujeito individual e coletivo como cidadão tomou a família atual em sua característica de primeiro espaço, dentre os grupos sociais, para essa construção.

Os programas de Renda Mínima têm uma concepção da família como grupo doméstico, vivendo junto por consangüinidade ou afinidade, sempre envolvendo descendência. É necessário ter clara a limitação desse recorte bastante artificial da realidade familiar. As relações de consangüinidade e afinidade processam-se para além do grupo doméstico e criam uma rede de obrigações e direitos, com participação de outras pessoas.

Há pessoas que pertencem à cadeia genealógica e podem estar ou não incluídas nessa rede. As formas como as pessoas descrevem o que é para elas a sua família incluem “uma irmã que mora fora”; três irmãs, uma biológica, outra adotiva, outra considerada assim.

³ Do painel intitulado “Que família é essa?”, realizado no TUCA, em São Paulo, em 19 de setembro de 2002, participaram Ana M. M. da Fonseca, Tatau Godinho, Regina C. T. Miotto e Bader B. Sawaya.

Constroem-se relações de parentesco, a rigor fictícias, mas efetivas. O que realmente constitui a família são essas relações de mutualidade e reciprocidade, das quais decorrem as mencionadas obrigações e direitos. A família é um conjunto de pessoas empenhadas umas com as outras, um todo articulado em que há definidas relações de gênero e geração, que implicam hierarquia e poder (FONSECA, A. M. M.).

É um espaço de relações, desenvolvidas internamente ao grupo, mas construídas também em relação com outras esferas: Estado, mercado, associações, movimentos. É ainda o lugar mais bem inventado para “fazer gente”. Mais: a família é uma unidade cuidadora — um espaço de cuidados —, e dentro dela a mulher costuma ficar sobrecarregada para desempenhar essa tarefa, sem acesso aos serviços necessários (creches, hospitais-dia, assistência médico-sanitária) e a subsídios financeiros adequados. Portanto, necessita ser cuidada também (MIOTO, R.).

A expectativa de cuidados com os familiares volta-se sempre para a mulher: se a mãe não pode, porque sai para trabalhar, é a filha mais velha que cozinha, a avó que leva para a escola. Numa época de retração dos governos no sentido de uma responsabilidade maior com o cuidado e a socialização dos indivíduos, essa responsabilidade vai sendo jogada cada vez mais para dentro da família, com um ônus não só de aumento de carência, mas de atribuição de sobrecarga, e até culpa, para a mulher. É preciso pensar e definir a parte de nossa sustentação cotidiana que produzimos dentro do ambiente doméstico e a que vai depender de uma rede de serviços e de outros benefícios públicos (GODINHO, T.).

A família é lugar de poder e de afeto, freqüentemente com sentidos contraditórios. Tem uma dimensão subjetiva que se expressa de diversas maneiras (SAWAYA, B.).

Essas concepções orientaram a definição da forma inicial de operação do Programa, articulando o funcionamento dos grupos aos interesses das famílias participantes do trabalho socioeducativo e à sua inserção mais ampla no território⁴.

Processo de formação dos grupos

O grupo é um espaço de construção coletiva. Considerando os aspectos apontados sobre a família no PFF, o interessante de trabalhar com ele foi poder transformar as reuniões socioeducativas em momentos de bons encontros de todos. A partir do processo grupal, tornou-se importante que os problemas sentidos como particulares fossem discutidos enquanto violação de direitos, portanto como questões coletivas. Isso implicou a escuta e o acolhimento inicial desses problemas, por parte da coordenação dos grupos, e se constituiu num procedimento fundamental para o crescimento do grupo.

Um dos recursos empregados foi construir com o grupo a história de seus membros. O pressuposto teórico desse procedimento foi o da aceitação da possibilidade de movimento e transformação históricos, sem conservadorismo ou nostalgia.

⁴ Ver texto nº 1 do Volume 2, de CAMPOS, M. S., para saber mais sobre as falas dos participantes do painel acima citados.

Desenvolvimento do trabalho socioeducativo com as famílias

O contexto de operação do PFF/SP/SP definiu-se em grande parte pelo estabelecimento de sua relação com os programas de transferência direta de renda, em caráter temporário, à família considerada sem recursos suficientes para sobrevivência de seus membros. Esses programas impõem quase sempre que os pais providenciem oportunidades de escolarização para as crianças de sete a 14 anos — seguindo assim o próprio texto da lei federal de 1997, referente a programas de garantia de renda mínima familiar. A essa obrigação — tida como contrapartida da família —, freqüentemente junta-se outra, relativa a cuidados com a saúde da criança.

A intenção de influenciar a família, para melhora mais duradoura de suas condições de vida, dificilmente poderá concretizar-se com o procedimento isolado de recebimento do dinheiro via rede bancária. É necessário intensificar o significativo efeito do aporte financeiro — ainda que pequeno — sobre o orçamento familiar.

Com base nessa consideração de ordem teórico-metodológica, o Programa Fortalecendo a Família considera obrigatória a participação dos representantes das famílias em reuniões periódicas. Trata-se de um procedimento que permite aos organismos promotores realizar um trabalho de caráter socioeducativo.

Segundo a concepção de família anteriormente mencionada, o interesse é evitar que o PFF seja mais um fator de estresse para as famílias, e, ao invés disso, as apóie e fortaleça. Elas precisam ser vistas principalmente como espaços dignos de atenção, não objetos, instrumentos para diminuir conflitos resultantes das carências não-atendidas.

Além da ação direta junto aos grupos de representantes, o Programa deve atuar necessariamente em conjunto com elas, diante das instâncias responsáveis da sociedade, no sentido de construir uma política social mais universal possível, baseada em demandas reais, evitando os efeitos da fragmentação.

Relação do trabalho dos grupos com o território inclusivo⁵

Do objetivo metodológico de desenvolvimento da autonomia e da cidadania decorre um movimento essencial em várias direções. Na questão da constituição da territorialidade: identificação de demandas coletivas pelos próprios usuários; articulação quanto aos programas de atendimento às famílias; orientações e troca de informações sobre serviços; enfim, estratégias básicas de estímulo à participação. E no reconhecimento básico de um papel aglutinador da sociabilidade de bairro, altamente prejudicada pela deterioração das relações de vizinhança.

⁵ Para maior desenvolvimento desse tema, consulte texto nº 5 de KOGA, D.; RAMOS, F. do Volume 2.

Metodologia Viva

A implantação do Programa seguiu razoavelmente esse desenho inicial, ainda que tenha encontrado sempre significativas dificuldades para efetivação de cada um dos aspectos previstos.

Em quatro pontos fomos levados quase de imediato a fazer mudanças necessárias no Programa. Foi preciso acrescentar um pequeno subsídio em face de despesas adicionais inerentes ao uso dos locais cedidos, dada a insuficiência do provimento inicial. A organização específica de um dos módulos não possibilitou que se formassem duplas interdisciplinares para condução dos grupos, mas logo foi normalizada nos padrões desejados.

Houve uma relativa indefinição quanto à aplicação das regras e limites relativos à obrigatoriedade de comparecimento dos “representantes” das famílias às reuniões de grupos, motivada tanto por argumentos conceituais e metodológicos quanto pelo confronto claro com a justiça de muitas das razões apresentadas pela população para ausentar-se. A atividade ampliada trimestral, definida como espaço para integração entre grupos nas regiões de atuação, foi substituída pela organização de passeios culturais, visando ao acesso a recursos da cidade.

Desenvolvimento geral do trabalho

Ressaltamos algumas ocorrências relativas aos aspectos essenciais do desenvolvimento do trabalho.

Funcionamento dos grupos de “representantes” das famílias

Dentro dos padrões já mencionados, foram constituídos 661 grupos. A média de pessoas por grupo foi de 19,9. Uma parcela razoável ocupou as posições extremas, se levarmos em conta que 66,7% variaram entre 18 e 23 participantes. O número de pessoas vinculadas a um único grupo durante sua participação no Programa foi de 89,7%, e 8,3% mudaram de grupo apenas uma vez⁶. Com essa cifra como indicador, pode-se considerar uma estabilidade relativamente grande na composição dos grupos.

Quanto ao real movimento de entrada e saída de pessoas, entretanto, deve-se ponderar, também, os desmembramentos e reorganizações, as mudanças de local de encontro e a diversificação da época de constituição dos grupos, características de grande parte dos que foram formados.

⁶ Dados do “Relatório Analítico II — Perspectiva socioterritorial — Versão Preliminar”.

Os grupos foram constituídos gradativamente, numa progressão muito variável entre as regiões da cidade. Para se ter uma idéia precisa desse processo, basta registrar a proporção dos que estavam constituídos até o final de 2002 em cada uma delas: 100% no caso de Guaianazes e do módulo da UNICSUL (incluindo as regiões de Jardim Helena e Itaim Paulista) e 89% no módulo UNISA (incluindo Capela do Socorro e Santo Amaro), passando por 84% em Campo Limpo, 69% em Sapopemba e indo a 45% em Grajaú, esta última região desdobrada como área separada ao final de 2002⁷.

Uma análise a ser feita é a da dependência do funcionamento dos grupos em relação à efetivação de outras ações programadas: cadastramento, nucleação e concomitante obtenção de locais adequados. Muitos fatores intervieram de forma bastante desfavorável e impediram que essas tarefas fossem executadas em tempo hábil e com qualidade, o que prejudicou o ritmo esperado para o trabalho socioeducativo.

A nucleação foi simultânea à busca de locais para as reuniões. Isso trouxe inúmeros problemas, inclusive desistência de famílias ou dificuldades de localizarem os locais de reunião, comprometendo muito o trabalho. De fato, freqüentemente a escolha dos locais de encontro não seguiu o critério mínimo de acessibilidade e de condições de acomodação dos integrantes do grupo: instalações, higiene, água, segurança, entre outros aspectos. Alguns eram muito precários, mas foram os encontrados naquele momento.

No caso da cessão de espaços, a solução foi concentrar as reuniões em dois ou três locais (quatro, em alguns casos), em quase todas as regiões. Isso obrigou a população a se deslocar por distâncias maiores. Para conhecer o grau de dispersão dos endereços em relação às salas de reunião, basta consultar as informações do Sistema de Informação de Gestão Social — SIGS sobre o domicílio das famílias constantes.

Mudanças de locais também trouxeram dificuldades na constituição e nos processos grupais. Criaram situações de desorganização e de insegurança em relação à continuidade do trabalho, e reviveram as experiências de descaso e falta de respeito da parte dos serviços e/ou poderes públicos que integram o histórico de vida das famílias com quem o Programa trabalha. Tudo isso influiu negativamente na formação do grupo e de seus membros, atrasando-a, já que a construção de um grupo e do próprio trabalho socioeducativo depende da constância dos encontros e atividades.

⁷ Dados baseados na data de cadastramento do grupo, constante no Sistema de Informação de Gestão Social — SIGS.

Na seqüência de vida de um mesmo grupo, seus participantes comentam sobre o local das reuniões :

- “ **Começamos as reuniões no bairro, que de lá fomos divididos em lugares próximos à nossa casa, para que nós não pagássemos conduções.**
- “ **Então começou a reunião num espaço que cederam a nós numa sala pequena, quente, que não tinha a menor condição para reuniões civilizadas. Mesmo assim demos início à primeira reunião... Depois de umas duas reuniões, mudamos de sala no mesmo local.**
- “ **Tornamos a mudar: do espaço cedido na creche, fomos para um centro comunitário, e lá começamos a nos conhecer melhor.**
- “ **Teve uma confusão com o roubo de uma perua do outro grupo de reunião. Disto determinaram que iríamos mudar novamente de lugar, para que se evitasse um novo roubo, ou até chegar em coisa pior...**
- “ **Fomos para a escola que cederam, uma nova sala de aula, porque lá tínhamos mais segurança, e as kombis também, porque lá tem garagem e fica mais seguro.**

Ainda se deve mencionar o comparecimento de crianças e adolescentes às reuniões dos grupos em virtude da falta de equipamentos sociais adequados para acolhê-los. Em toda reunião, havia quatro ou cinco crianças trazidas pelas mães para não ficarem sozinhas em casa. Esse número aumentava no período de férias. Isso é um dos sinais de que os grupos são espaços de múltiplas relações, exigindo agilidade no tratamento de situações complexas.

Relevância da incorporação consciente das famílias ao Programa

Nos três primeiros meses de trabalho de campo, as reuniões foram turbulentas, em virtude de muitas queixas: quanto à obrigatoriedade de participar, à falta de emprego e de política de atendimento, aos critérios de elegibilidade. Houve necessidade de uma contínua interpretação e informação das características do Programa, das condições de acesso, dos critérios e do uso dos cartões etc. Isso retardou o desenvolvimento do grupo no sentido da proposta metodológica geral.

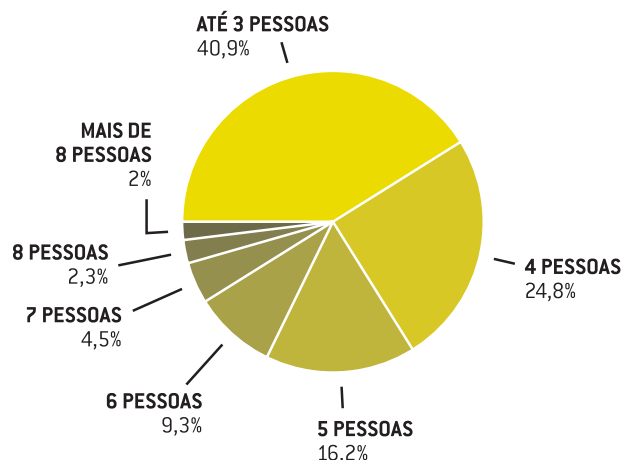
Realidade das famílias atendidas

No caso do PFF/SP/SP, a maioria das famílias era pequena: 65,7% do total tinha de duas a quatro pessoas (entre duas e três pessoas são 40,9%).

Quanto ao número de filhos, a faixa predominante encontrada foi a das que têm dois, com uma participação de 57,36%. Com até três filhos, chega-se a 79% das famílias. Com um filho 25,27%, ou seja, um quarto das famílias. Apenas em 10,87% dos casos tem-se quatro filhos. De acordo com esses dados, podemos concluir pela existência de um número relativamente baixo de filhos, compatível com a tendência nacional⁸.

Figura 2
Programa Fortalecendo a Família
Tamanho do grupo familiar:
número de componentes

Fonte: "Relatório analítico — Renda Cidadã".
Diagonal Urbana e Secretaria Municipal de
Assistência Social. São Paulo, julho a
novembro de 2002.

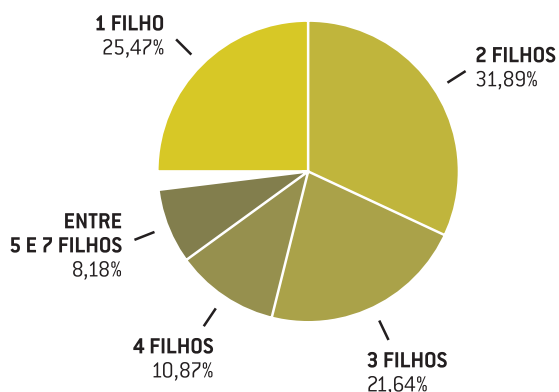


⁸ Para 213 famílias, do total de 13.280 cadastradas, consta a informação de ausência de filhos, condição incoerente com os critérios de admissão estabelecidos quando da execução do Programa. Os resultados do cadastramento das famílias, em vias de finalização, deverão nos esclarecer com maior precisão acerca das condições das famílias.

Figura 3
Programa Fortalecendo a Família
Composição familiar: número de
filhos das famílias atendidas

Fonte: Diagonal Urbana e Secretaria Municipal de Assistência Social: Banco de dados — Recadastramento das famílias para o Renda Cidadã. São Paulo, julho a novembro de 2002.

Observação: Ver nota 8, na página anterior, para esclarecer o fato de o universo não completar 100%.



Há preponderância da população jovem, bastando observar que 31% dos representantes das famílias têm menos de 30 anos, e 70% menos de 40. Da população total, 54.867 pessoas envolvidas, 74,6% têm menos de 30 anos (idem “Relatório Analítico — Renda Cidadã”).

O conjunto de dados acima permite inferir que o atendimento é feito principalmente para famílias na primeira fase de seu ciclo vital. Famílias com crianças pequenas e as que estão em sua última fase são naturalmente as mais necessitadas de atenção, dados os maiores riscos que correm, também em relação à incidência da pobreza.

Dada a observância do critério fixado para escolha dos representantes das famílias, trabalhamos nos grupos com franca maioria de mulheres.

Constituição e articulação de demandas coletivas no âmbito do território

No decorrer da ação, destacaram-se aquelas referentes a trabalho (alternativas ao desemprego, com indicação do Programa Oportunidade Solidária), atenção à saúde, habitação popular, lazer e cultura. São ainda exemplos a aproximação com as Subprefeituras; a Ouvidoria do Poder Público e diversos fóruns com participação da sociedade civil, como os Conselhos Tutelares, os da área da Saúde, as Associações nas escolas.

Os grupos foram informados da existência do Orçamento Participativo (OP) e incentivados a se inserir nele. Nas regiões em que os técnicos dominavam melhor os procedimentos de integração ao OP, houve significativa presença das famílias, embora ainda de forma restrita.

Sobre a articulação na região, houve uma aproximação entre poder público e entidades sociais, estimulando estas últimas para maior abertura à região. Além da participação no OP, presente na maioria das áreas, abordamos o tema da divulgação e do reconhecimento, pelos próprios moradores, das condições de vida no bairro, promovemos eventos, como uma Feira de Exposição de trabalhos que estimulam o desenvolvimento de habilidades e saberes da população e fóruns de participação nos setores de saúde e habitação, o conhecimento dos recursos regionais, o intercâmbio com entidades implementadoras de espaços de cultura e lazer (Sesc, clubes e associações), servindo a vivências culturais e sociais

e ampliando as ligações locais. Isso facilitou a efetivação do controle público do desenvolvimento da política social. A possibilidade de construção coletiva de alternativas surgiu de forma bastante gradativa, nem sempre espontânea.

Influência do fator pessoal

Também deve ser analisada a influência do fator pessoal, em particular em relação a dois aspectos: qualificação e disponibilidade.

Com relação aos operadores diretos nas áreas, destacaram-se obstáculos à sua formação e identificação com o Programa, tendo em vista, entre outros fatores, os longos períodos em que, por atrasos de pagamento, não executaram as atividades internas: elaboração de relatórios, participação em reuniões, supervisões e debates. Estas constituem oportunidades de reflexão, essenciais em momentos cruciais no processo de formação dos grupos e no seu encaminhamento.

Com variações entre as regiões, a rotatividade, sobretudo de estagiários, pode ser considerada muito alta, conforme dados do SIGS. Esse fato levou a mudanças frequentes na coordenação dos grupos e foi outro fator de desestabilização da vivência grupal.

Numa avaliação de conjunto do fator pessoal, registre-se ainda a criatividade e disposição de técnicos, estagiários e gestores, no necessário enfrentamento cotidiano das exigências de um trabalho experimental.

Influência do fator tempo

Não deve deixar de ser mencionada a influência do fator tempo como horizonte da ação, dada a incerteza constante da data do término do trabalho. Em princípio, o convênio poderia ser rompido, ou renovado, ao final do primeiro ano (fim de agosto de 2003). Nenhuma dessas duas coisas ocorreu, e o contrato foi interrompido sete meses após essa data. Dessa maneira, foi difícil adotar prazos médios e longos para o planejamento do trabalho com as famílias. Tomando-se ainda em conta o caráter de inovação metodológica do programa, em geral os planos foram previstos para o curto prazo.

Resultados parciais

A ausência de monitoramento sistemático e contínuo, a partir de indicadores predefinidos, feita independentemente da relação do binômio coordenadores/participantes, impediu a afirmação segura da existência de resultados considerados testados com o desenvolvimento do Programa, incluindo a metodologia de trabalho operada. Alguns levantamentos parciais foram feitos pelo pessoal das áreas e possibilitam vislumbrar os pontos de força e fraqueza do processo de trabalho adotado, além de sugerirem o tipo de ganhos que se pode esperar em trabalhos dessa natureza, conduzidos da maneira como o foram.

Esses levantamentos foram feitos pelas áreas, junto aos participantes, mediante a aplicação direta de questionários ou análise dos conteúdos das reuniões. Eles permitem

elaborar conclusões sobre alguns impactos do PFF/SP/SP, com base na importância da participação nos grupos referida por seus participantes. Senão vejamos.

Na melhoria da comunicação: participar da reunião ajuda a aprender a ouvir, debater, expressar claramente as opiniões, perceber-se nos mesmos problemas dos outros e falar reconhecendo os limites próprios e dos outros.

Na melhoria das relações familiares e ampliação do círculo de relações em geral: os levantamentos registraram expressões do tipo: “Através das conversas descobri soluções para os familiares”, “Fazer amizades”; “Agora ter com quem falar ao telefone”.

No crescimento da auto-estima: cuidar-se melhor, gostar mais de si, perder a vergonha, rir e saber fazer rir, aumento da autoconfiança e independência.

Na ampliação das informações: interessar-se por coisas desconhecidas, perceber que a capacidade de aprender é contínua, interessar-se por informações sobre direitos, recursos do território, o país e o mundo.

No reconhecimento do território: tomar conhecimento de recursos que nunca haviam sido notados, conhecer os vizinhos. Foram registradas expressões do tipo: “Aprender que o mundo não é só a nossa casa”.

Na apropriação do território: lutar por direitos sociais, denunciar, batalhar, cobrar, exigir respeito e não maus-tratos e humilhação no atendimento em serviços, conhecer esses serviços e saber com quem reclamar (basicamente em Saúde e Educação).

Além de auxiliar em todos esses processos, a reunião, por si só, preenche claramente necessidades de sociabilidade, diversão, brincadeira e descontração, desabafo, liberdade de expressão. É mencionada, em alguns casos, como uma “espécie de terapia”, levando a uma sensação de bem-estar e leveza.

A manutenção do grupo vem, assim, não só do reconhecimento do seu valor intrínseco e dos resultados para as pessoas envolvidas. Os representantes expressam que foi feito o repasse do que foi vivido e aprendido nos grupos para familiares, demais relações e para o território. Isso autoriza a fundamentar o trabalho com as famílias na intervenção junto a um de seus membros, entendido como multiplicador.

As informações geradas pelos técnicos, estagiários e gerências regionais, sobretudo no final do período, permitem essa tentativa limitada de avaliação, embora não tenham sido organizadas propriamente para verificação da metodologia utilizada e dos resultados decorrentes⁹. Dados sobre eventuais mudanças nas condições de vida das famílias poderão ser pesquisados a partir dos resultados do seu cadastramento produzido dentro do SIGS, ao encerrar-se a operação do Programa.

As análises feitas até agora encaminham as recomendações para estabelecer uma metodologia do trabalho socioeducativo mais consciente das possibilidades e dificuldades que fazem parte do seu desenvolvimento.

⁹ Nos arquivos do PFF/SP/SP encontram-se os relatórios finais (as “Sistematizações”), elaborados pelas gerências de todas as áreas. Também um quadro-resumo da Metodologia Viva, elaborado pela equipe de Metodologia, com uma série de informações sintetizadas a partir de algumas observações constantes desses relatórios.

A compreensão sobre os resultados da participação no Programa amplia-se ao examinarmos alguns comentários que expressam avaliações correntes nos grupos. Elas revelam o significado por eles atribuído aos ganhos e dificuldades.

Observação: A ortografia foi normatizada, de modo a salientar a eloqüência dos textos.

Comentários sobre a melhoria da comunicação:

“... E o que eu gostei muito de saber e aprender, foi saber ouvir e escutar, foi um fato que eu não tinha conhecido e que aprendi, e gostei muito, e outras coisas sobre a educação dos filhos e muito mais.

“Eu acho esses encontros muito bons, porque são encontros esclarecedores. Você fica conhecendo um pouco da vida de cada uma, e às vezes você escuta histórias que são muito parecidas, enfim os problemas são mais ou menos iguais. Gostei de ter debatido todos os assuntos e principalmente sobre o Dia das Mulheres, por saber que a mulher é tão essencial quanto o homem na humanidade.

Comentário sobre a melhoria das relações familiares:

“... brigava muito com minha filha e começaram as reuniões. Arrumei um bico, e minha filha teve que vir me representar. No começo vinha emburrada, me xingava e pisava duro, mas vinha. Com o tempo, comecei a perceber que ela estava diferente, fazia comentários sobre as reuniões e aos poucos as brigas começaram a não acontecer. [...] Sou muito grata ao benefício que me ajuda muito e mudou a minha vida com a minha filha. Hoje a coisa se inverteu, é ela que me pergunta: “Como foi a reunião e o que você aprendeu?”

Comentários sobre o crescimento da auto-estima:

“Aprendi a viver, quer dizer: me valorizar. Quando entrei eu tinha vergonha, me sentia mal, sei que não tenho estudo, que não sei falar, mas aprendi a pensar, e para isso eu não preciso ter estudo ou saber falar. Somos todos iguais quando aprendemos a pensar.

“Gostaria de dar minha opinião e pedir para que o programa não acabe. Pois a reunião tem ajudado muitas pessoas. Em termos de orientação, e abrir a mente de muitas pessoas que, às vezes, têm problemas e não têm por onde resolver. As reuniões servem também para incentivar as pessoas a ter algum objetivo na vida. Não discutimos apenas sobre os R\$60 que recebemos, mas sobre a vida.

“O grupo foi bom, criei coragem de fazer as coisas, acredito mais em mim, aprendi a andar de bicicleta para vir às reuniões, fazer tricô e quero aprender a dirigir.

Comentários sobre o aumento da informação e do interesse por ela:

- “ Eu aprendi a ser informada das coisas que acontecem entre as coisas da vida. Durante esse tempo, eu fiz bastante amigas, passei a conhecer as pessoas, passei a entender muita coisa que eu não pensava aprender. É muito bom participar desta reunião, só assim a gente fica sabendo mais, com as amigas e com os coordenadores.
- “ O que está acontecendo no mundo: guerra, fome, desemprego, políticas, violência, justiça, sobre a dívida do Brasil, propaganda enganosa.
- “ Tributo, eu nem sabia o que era.
- “ Cada dia vou aprender mais. Tenho dúvidas e passo para outras pessoas.
- “ Comecei a me interessar por assuntos pelos quais não me interessava.
- “ Entendi que nunca estamos velhos para aprender.

Comentários sobre o reconhecimento e apropriação do território:

- “ O programa ensinou a não ter medo ou a duvidar, temos de pisar no chão e acreditar que existem saídas para as coisas, que temos de buscar informações. Aprendi que existem lugares bons, bonitos e de graça.
- “ Reuni muitas informações sobre a região. Sempre volto para casa, após as reuniões, com informações novas, que servem para tudo.
- “ A gente fica sabendo de coisas que nem tinha ficado sabendo, como moradia.
- “ Muitas coisas que não conhecia, da cidade de São Paulo e do mundo.
- “ Lutar pelos direitos. Não me dar por vencida até que eu saiba que não vale a pena.
- “ Correr atrás, batalhar. Cobrar, procurar. Perguntando e me informando sobre onde poder ir para reclamar.

Comentários sobre a melhoria da sociabilidade:

- “ Eu sou briguenta, crio caso com meus vizinhos e familiares. Aqui eu faço as pessoas rirem.
- “ Tem carinho, diversão, brincadeira. Distração para a cabeça, a gente sai mais leve. Fico feliz no dia que tem reunião.
- “ Foi ótimo, pude compartilhar tantos problemas com o grupo. Chegava triste, aborrecida e saía diferente, mais fortalecida.

Comentários sobre a transmissão a familiares e vizinhos do que é apreendido no grupo:

- “ Quando comecei a frequentar o grupo não tinha muito conhecimento, freqüentando aprendi muita coisa. Para mim é superimportante vir às reuniões, o que eu aprendo aqui sempre passo para outras pessoas, para minhas irmãs e amigas.
- “ A partir da reunião em que fizemos o carinho na boneca, como se fosse um bebê, comecei a beijar mais meus filhos e eles estão gostando, até o marido; ai, mãe, como você está diferente, é essa reunião, continua indo lá.
- “ Aquilo que conversamos sobre os filhos eu estou pondo em prática, está dando certo.
- “ Minha família está estranhando minha mudança, disse que eu vou morrer, por isso estou mudada. E eu falo que aprendi nos grupos.

Comentários sobre as dificuldades do Programa:

Dirigindo-se aos coordenadores dos grupos, que sempre se identificaram como pertencentes às universidades, os participantes foram também muito sinceros e claros quanto às dificuldades apresentadas pelo Programa. Ainda que reconhecendo seus benefícios e lamentando o fim das reuniões, as críticas de boa parte deles convergiram para certos inconvenientes criados dentro do seu cotidiano e para falhas no próprio modelo do Programa:

- “ Vocês já perguntaram para as pessoas do grupo se as reuniões estão sendo úteis para as pessoas? Porque pra mim não está sendo útil em nada.
- “ Nós, no começo, achamos ruim porque não conhecíamos ninguém e tínhamos que pegar condução...

- “ O dinheiro já não é muito, e ainda temos que pagar condução para ir receber e para vir às reuniões, ou então temos que caminhar muito, pois moramos longe.
- “ Não temos emprego, e a reunião torna mais difícil conseguir emprego, pois às vezes arrumamos um bico que coincide com o dia da reunião, outras tem que sair mais cedo do trabalho para vir.
- “ Fica ainda mais difícil quando tem três reuniões em um mês.
- “ Dificuldades para sair de um emprego, que o patrão não libera.
- “ Parte ruim são os problemas para as pessoas com horário de trabalho. Vocês devem ter alguma idéia para resolver isto, para as pessoas não deixarem de participar das reuniões e nem perder dia de trabalho — porque as reuniões são necessárias, boas e informativas.
- “ Pessoalmente pensamos que deveria ter nas reuniões cursos profissionalizantes...
- “ Gostaria que tivesse aulas de artesanato. Algo mais aproveitador.
- “ Não é interessante que a gente fique recebendo o benefício, a gente tem que ganhar com o nosso trabalho.
- “ Pra ter uma estrutura só o emprego fortalece. Você se acha útil, importante, se sente, se acha, é vida.
- “ Não dá para ficar em reuniões pensando em todos os traumas que passamos, senão a gente entra em depressão.

Metodologia Proposta

Definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de tomar os pressupostos teóricos básicos adotados, transformá-los em diretrizes operacionais e detalhar processos e técnicas de abordagem dentro do conjunto das relações sociais que se pretende alterar. Sua complexidade está na exigência de uma definição segura de para onde se quer ir e dos meios eficazes e realmente acessíveis numa dada situação, para chegar lá.

Significa, também, fazer o caminho inverso, a partir da experimentação ao colocar em prática esse modelo criado. A prática pode levar à reformulação de princípios e diretrizes. Isso vale especialmente num campo inovador de ação — como no atendimento massivo de famílias de baixa renda numa cidade do porte de São Paulo.

No caso do PFF/SP/SP, temos uma construção coletiva e bastante ampla da Metodologia, que incorpora todos os que pensaram e atuaram em sua formulação e execução. Empenharmo-nos nessa definição, quando o Programa se encerra, significa, ainda, visar ao estabelecimento de padrões coerentes com sua replicabilidade, incorporando os desafios teóricos e práticos que levaram ao acolhimento desse programa pela PUC-SP.

Há uma linha de permanência e reforço de algumas das medidas metodológicas previstas e experimentadas, abandono e transformação de outras, acréscimos, correções e substituições. O compromisso desta explicitação final foi tanto manter procedimentos intuídos de início como valiosos, e que assim se provaram, como criar outros, inéditos e não-testados, mas recomendáveis e tidos como necessários, além do descarte de alguns.

Pressupostos teóricos do trabalho socioeducativo

Estratégia para transferência de renda como direito social

O primeiro elemento de fundamentação metodológica diz respeito ao lugar que o trabalho socioeducativo ocupa no contexto do desenvolvimento dos programas de transferência direta de renda a famílias — medida atual de combate à pobreza¹⁰.

Esse tipo de transferência monetária, apesar dos resultados obtidos pelo aproveitamento adequado e pela valorização do dinheiro recebido¹¹, não se apresenta aos beneficiário

¹⁰ Para maior desenvolvimento desse tema deve-se consultar o texto nº 2, do Volume 2, de CAMPOS, M. S.

¹¹ Esse reconhecimento provém das muitas avaliações que vêm sendo feitas no país sobre sua implementação, e também se confirma no caso do PFF/SP/SP.

“Eu espero estar discutindo sobre os assuntos de Renda Cidadã. [...] Então eu acho que as pessoas que foram privilegiadas hoje nesta situação do nosso país têm que agradecer a Deus, e não deixar de participar das reuniões. Eu também acho que o nosso Governo pode até aumentar mais o tempo, o prazo de um ano, porque o país em que nós vivemos não é tão pobre assim. Não só o tempo, mas também o valor.

“O maior problema é a má qualidade das escolas e a falta de lazer. O trânsito impede as crianças de brincarem na rua e não existem outras alternativas, nem para as crianças, nem para os adultos.

“Só não estou mais feliz porque meus dois filhos passaram direto, sem saber ler e escrever direito.

“Temos direito a tratamento com o médico certo, perguntando o nome do médico, e se ele é bom.

“Eu tinha que deixar minhas 5 crianças sozinhas em casa para ir trabalhar, criei eles sozinha. Fui denunciada no conselho tutelar, mas até hoje não me arrumaram creche.

na ótica do direito, dadas as circunstâncias de sua implementação¹². Ao contrário, desenvolve-se dentro de uma negociação que leva ao que poderíamos chamar, por aproximação, de um certo “pacto social”, distinto da tradição da política social, em qualquer uma de suas modalidades históricas.

Esse pacto é construído diretamente entre pobres e governos — na figura do Executivo —, sem incluir a representatividade organizada da sociedade na interlocução com as instâncias governamentais. Tal enfrentamento tende a ampliar as oportunidades de exercício de clientelismo¹³, o que caracteriza a forma de operação como tomada estruturalmente por um déficit democrático. A posição em que são colocados os beneficiários — receptores do dinheiro via bancária e sujeitos a vários controles definidos fora de seu âmbito — mostra uma “pedagogia” implícita no modo de operar, inclinada ao reforço do assistencialismo.

A renda transferida é facilmente percebida apenas como um auxílio do governo aos pobres e tende a enraizar mais e, ao mesmo tempo, potencializar nossas reconhecidas dificuldades de desenvolvimento da cidadania (CARVALHO, J. M., 2001)¹⁴. Nesse contexto, um trabalho socioeducativo diferenciado junto às famílias define-se como estratégia de ampliação do caráter de direito social ligado ao subsídio financeiro.

Além do mais, os programas de transferência monetária geralmente incluem objetivos que ultrapassam a ajuda financeira imediata à parcela da população sem recursos para sobreviver. Ao acoplar uma melhoria de oportunidades de acesso à escola e de aumento dos anos de estudo, os programas pretendem ser instrumentos para a interrupção da transmissão familiar da pobreza que se dá há tantas gerações no Brasil.

Para ter êxito quanto a esses objetivos, não basta intervir sobre a melhoria do consumo privado, familiar. Uma concepção de superação da pobreza e de atendimento às famílias (vale dizer, à

¹² Basta lembrar que a lei federal é apenas autorizativa da ação voluntária da União, em colaboração com municípios em situação de pior arrecadação e renda familiar, não configurando direito de todos. Os programas podem assim ser criados e interrompidos por decisão unilateral de cada governo.

¹³ Para avaliar a importância desse aspecto estrutural, vale mencionar a diferenciação com o dispositivo da Renda Básica de Cidadania, aprovada muito recentemente em lei sancionada pelo Presidente da República, cujos procedimentos em relação à cobertura populacional procuram aproximar-se de maior universalidade, especialmente não restringindo os benefícios aos considerados e focalizados como pobres.

¹⁴ Consulte aqui texto nº 3, do Volume 2, de CASSAB, M. A. T.

população] impõe a necessidade de agir para aperfeiçoar as oportunidades de consumo público a serem oferecidas: segurança pública e condições para defesa civil devem ser adequadamente ofertadas pelo Estado (LAVINAS & VARSANO, 1997)¹⁵.

Também a responsabilidade de atuação do Estado se faz sentir quanto à oferta de serviços que, embora seja prestada por instâncias privadas, não é acessível aos pobres. É o caso da assistência médica e do ensino (LAVINAS & VARSANO, idem). Também políticas de emprego e formação profissional são necessárias.

“A menos que o Programa de Garantia de Renda Mínima — PGRM seja completado por outras ações do governo, para ampliar o potencial de geração autônoma de renda do participante, é alta a probabilidade de que, ao final de sua participação, ele retome a situação de pobreza em que se encontrava anteriormente” (ibidem).

A despeito da clareza dessas recomendações, está distante a possibilidade de efetivação dessa concepção ampliada das exigências programáticas teoricamente anunciadas. Não por acaso, os autores citados advertem que o provimento desses serviços por parte do Poder Público compete com a própria realização de programas de renda mínima, em termos dos recursos orçamentários disponíveis. Dificilmente haverá tais respostas por parte do Estado, sem representação localizada e bem definida das demandas, isto é, sem instrumentos de pressão popular exercendo o controle público inerente à convivência democrática.

Se retomarmos as recomendações relativas à necessidade de atender às exigências de consumo público e à complementação do consumo privado, na medida das necessidades e demandas do contingente total de famílias atendidas, constatamos que há deficiência e desarticulação do atendimento. As áreas de Saúde e Educação, por exemplo, precisam ser conectadas, envolvidas. Necessitam, em especial, melhorar o atendimento e seus índices de resultados. Mecanismos de geração de renda acessíveis exigem também a disponibilidade de programas especializados.

Estaremos assim estabelecendo procedimentos potencialmente capazes de evitar os conhecidos riscos da excessiva monetarização da política social, sobretudo num país como o Brasil, em que ela já é elevada, com grande prejuízo da oferta de serviços educacionais, de saúde e sociais em geral, o que contribui para perpetuar e aprofundar a antiga desigualdade social.

¹⁵ Para melhor desenvolvimento do tema, consulte texto nº 14, do Volume 2, de OLIVEIRA, I. I. de M. C.; BAIERL, L. F.

“ Eu acho muito importante o Renda Cidadã em nossas vidas. Refiro-me às pessoas de baixa renda, e igualmente a mim. Porque muitos podem realizar sonhos através dessa ajuda. Tipo ter a dignidade de entrar em um supermercado e comprar mantimentos para alimentar-se e a seus filhos.

“ Minha filha mais velha se envolveu com drogas, e acho que por não ter opções de lazer nem uma boa escola.

“ Dez grupos com 20 pessoas podem se unir para fazer algo e se conhecer. Pode ser no colégio, algum lugar vão ceder.

“ Foi através deste programa que fiquei sabendo sobre a participação popular através do conselho municipal de saúde.

“ Gostaria de ter uma casa própria para dar mais segurança para as crianças.

“ Nós que pagamos os salários dos funcionários públicos e no entanto eles nos maltratam.

“ A gente tem que juntar um monte de gente com sabedoria, afiados e com objetivo definido. Ter certeza do que se quer.

“ Por exemplo, passei por uma situação em que o orelhão engoliu meu cartão telefônico e busquei meus direitos junto à empresa. Apesar de eu achar que era situação pequena, valeu a pena correr atrás para conseguir um novo cartão.

Tais constatações mostram a importância de considerar o trabalho socioeducativo nos programas de transferência direta de renda como um movimento essencial em quatro direções:

Da escuta atenta das preocupações, necessidades e demandas expressas pelas famílias — Estas surgem nas reuniões dos grupos socioeducativos, e a atenção dada a elas leva à facilitação do apoio grupal no alargamento da percepção das situações pessoais e sociais.

As aflições do cotidiano das famílias, a que tivemos acesso nas reuniões, nos trazem a dimensão subjetiva — manifesta de diversas maneiras — dos processos gerais relativos à questão social. Elas exigem uma resposta nessa dimensão, permitindo uma resignificação no nível das pessoas. É apropriada a recomendação: “não dar à questão social um tratamento de exterioridade à vida pessoal cotidiana”¹⁶. É preciso evitar a indução à participação social dos grupos em direções estereotipadas externamente. Trata-se de superar a dicotomia usual na compreensão da face pública e da face privada da família e dos próprios grupos socioeducativos, para articulá-las sem hipertrofiar a atenção ao desenvolvimento interno deles, ou, ao contrário, sua atuação social¹⁷.

Da construção coletiva de alternativas pelos participantes — Isso se fará na medida do surgimento gradual dos interesses dos participantes do grupo e sua maturação. Com a identificação de demandas comuns pelos próprios representantes das famílias, é possível retirar o problema das carências do âmbito exclusivamente individual¹⁸. Podem-se buscar soluções não apenas no nível do grupo de representantes, mas também do familiar e entre os mais abrangentes da sociedade. No caso das soluções que envolvem criação e aperfeiçoamento de políticas, surgem como prioritárias: emprego, habitação, atenção à saúde, ao lazer e à cultura.

É preciso detalhar e possibilitar, em primeiro lugar, o conhecimento dessas políticas, ampliando o universo de informações acerca do tema, permitindo a identificação de recursos sociais na região e na cidade, promovendo sua percepção interna, além da compreensão e aproximação das formas de organização do poder público e de representação da sociedade civil. Para o trabalho cotidiano com os grupos é necessário ter uma listagem de recursos disponíveis. Mas isso não basta: é preciso ir lá, conhecer, promover visitas, reuniões; também ajuda a presença de representantes externos nas reuniões de grupo.

Mais que um objetivo ambicioso, é condição da luta por direitos básicos. Para o simples atendimento da necessidade de escolaridade, por exemplo, a população necessita de apoio para conseguir travar diálogo nas escolas, em busca de melhor qualidade do ensino e de respeito às particularidades dos alunos. Assim sucede, de forma semelhante, na

¹⁶ Para maior detalhamento, consulte texto nº 1, do Volume 2, de SAWAYA, B.

¹⁷ Para maior detalhamento, consulte texto nº 4, do Volume 2, de MIOTO, R. C. T.

¹⁸ Essa forma sob a qual elas tendem a aparecer inicialmente nos grupos, conforme já mencionado, constitui uma limitação característica da consciência possível dos participantes em relação à causalidade de seus problemas cotidianos. Ver texto nº 3, do Volume 2, de CASSAB, M. A. T.

maioria dos serviços públicos. É necessária uma menção especial às questões do atendimento aos membros em formação e aos mais dependentes das famílias. Em quase todos os locais onde trabalhamos, foram levantadas as questões da falta de vagas em creches; do atendimento a pessoas com deficiência e da qualidade do ensino fundamental.

É preciso evitar a ingenuidade de encaminhar as pessoas para atitudes de defesa de direitos, como se fosse só o que lhes falta. Houve demasiadas lutas anteriores em que as pessoas não foram ouvidas, ou a burocracia as engoliu. Os processos básicos utilizados são de nucleação e articulação de pessoas, serviços, organizações, na constituição de representantes das famílias informados e participantes, caminho para o desenvolvimento da cidadania. Um coletivo com mais força é chave para qualquer ganho.

Da garantia da capilaridade necessária à penetração territorial do Programa — Isso se processa com a articulação de movimentos sociais — os ainda remanescentes e os possíveis novos — e das entidades sociais. Trata-se de um laço dos promotores do Programa (SAS e PUC/parceiras destacadas) que vem permitindo, desde o início, o acolhimento em locais da região para realização das reuniões dos grupos.

Do reforço quanto à aglutinação da sociabilidade de bairro — Aspecto do cotidiano vivido, que recomenda particularmente um trabalho nessa direção, é o grau de sensibilidade da população a esse respeito. As relações de vizinhança são freqüentemente restringidas, se consideradas capazes de constituir risco à segurança. As reuniões dos grupos são apreciadas por oferecerem oportunidades de apoio e relações sociais.

A maioria dos participantes dos grupos valoriza o acolhimento pessoal proporcionado pelas reuniões, a partir do trabalho das duplas coordenadoras e das trocas grupais. Isso torna evidente a necessidade de sociabilidade. Vale mesmo uma referência às dificuldades iniciais do Programa no manejo da situação das pessoas que não faziam parte dele — nem poderiam fazer —, mas desejavam assistir às reuniões, acompanhando vizinhas ou parentes.

Assim como os altos níveis de violência são fatores que levam as pessoas a restringir contatos sociais fora do ambiente doméstico — com os vizinhos, entre outros —, sabe-se hoje que um investimento de caráter social tem efeitos sobre a diminuição do impacto da violência nas condições de vida da população¹⁹.

Com a carência de locais apropriados para realização de encontros, lazer, cultura, esporte, na maioria das regiões da cidade, deve-se entender que, para além do trabalho nos grupos, é necessário pressionar por uma estrutura local de equipamentos adequados e de acesso compatível.

¹⁹ Ver texto nº 14, do Volume 2, de OLIVEIRA, I. I. de M. C.; BAIERL, L. F.

Considerando os quatro caminhos apontados acima, o Programa deve, portanto, além de oferecer condições adequadas para o trabalho sistemático com os grupos de famílias, designar recursos específicos de apoio a formas contínuas de trabalho, para além da atenção exclusiva a esses grupos.

Se o objetivo primeiramente mencionado do trabalho socioeducativo é o de ampliar de forma estratégica a consciência do benefício monetário recebido enquanto direito, esses últimos procedimentos pretendem criar oportunidades para a conquista e a viabilização de outros direitos essenciais à vivência democrática e à transformação mais duradoura das condições de vida da população-alvo.

Programas e serviços adequados ao gozo dos direitos econômicos, sociais, civis e políticos são elementos constituintes da cidadania²⁰.

Grupos como instrumento metodológico básico²¹

A concepção de um trabalho socioeducativo, a partir de grupos planejados, com tamanho variável de participantes, articulados ao território (espaço historicamente construído), é especialmente adequado aos objetivos e condições de implantação de programas dessa natureza.

O trabalho socioeducativo do PFF deve, portanto, considerar quatro aspectos:

- Realiza-se basicamente em grupos constituídos por representantes das famílias.
- Tem como eixo fundamental o desenvolvimento da autonomia e cidadania, visando à construção do sujeito de direitos (individual e coletivo).
- Tem o território como instância articuladora.
- Apresenta duas dimensões de ação: **intragrupo**, que envolve a constituição do grupo e de cada representante de família; e **extragrupo**, que envolve a inserção territorial e a construção de redes sociais (redes de serviços e de socialização ampliada) para a constituição do sujeito de direitos.

Dentre as concepções de grupo básicas, selecionamos as que melhor possibilitam apreender o desenrolar do trabalho dos grupos socioeducativos na direção almejada pela metodologia de trabalho por nós concebida para o Programa.

A partir das definições que escolhemos²², podemos dizer que **grupo** refere-se a uma estrutura de vínculos e de relações entre pessoas articuladas no tempo e espaço, que canaliza em cada circunstância indivíduos e/ou os interesses coletivos, com uma tarefa como finalidade. A estrutura grupal supõe vínculos de tal natureza de interdependência que

²⁰ Para saber mais, consulte o texto nº 4, do Volume 2, de MIOTO, R. C. T.

²¹ Para saber mais sobre esse tema, deve-se consultar especialmente os textos nº 9 e nº 11 do Volume 2, de GUIMARÃES, C.

²² Definições de grupo: “conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articulados por sua mútua representação interna, que se propõe, de forma explícita ou implícita, uma tarefa que constitui sua finalidade” (RIVIÈRE, 1988); “estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza em cada circunstância indivíduos e/ou os interesses coletivos” (BARÓ, 1989).

transforma as pessoas em membros, tendo em vista as referências mútuas, tanto a necessidades como a ações. Assim, o grupo deve ser concebido como capaz de canalizar necessidades pessoais e interesses coletivos.

Para as famílias, as dimensões pessoais e subjetivas estão imbricadas nas dimensões coletivas e sociais. O trabalho com grupos socioeducativos se apresenta com essa dupla dimensão, como um desafio constante a ser vencido em cada reunião, em cada grupo.

No caso específico do PFF, a estrutura grupal vai sendo constituída em função da participação das famílias nas reuniões socioeducativas que ocorrem com regularidade em um tempo e espaço definidos. A princípio, tem-se o espaço concreto e determinado no qual ocorre a reunião. Depois, em decorrência do trabalho socioeducativo, o espaço se amplia, tanto no sentido da formação do grupo por parte dos representantes como em direção a um território vivido, com as redes e articulações que passam a ser estabelecidas na região.

É um aspecto constitutivo da metodologia de trabalho socioeducativo o fato de pautar-se pela relação com o território inclusivo. Este é tomado como referência para as famílias em suas vivências e atividades (lazer, relações de vizinhança etc.). O território não é apenas o local de moradia e convivência, mas é o lugar onde a família tem possibilidade de fazer sua vida, e esta se realiza pelo que o território oferece, ou não, como sua condição social.

No trabalho socioeducativo, situar a família em seu contexto territorial torna-se fundamental para a criação de uma nova forma de compreender seu cotidiano. Descobrir que sua casa está localizada num ponto do bairro, e que este compõe uma região, é também perceber-se existindo para si, para o grupo e na sociedade. Conhecer o bairro e o que ele contém, suas possibilidades e carências/problemas permite à família apropriar-se de aspectos de sua identidade enquanto cidadãos e sujeitos. A identidade não se forma no vácuo, mas de forma conectada a um território com suas características e peculiaridades pertencentes à história do bairro ou local onde se vive. Muitas vezes, a família não se dá conta de que é um dos construtores dessa história, “mesmo quando já é moradora antiga do bairro” (sic).

“Antes de vir para cá, a minha vida era maravilhosa... o bairro influenciava.

“As pessoas desocupadas fazem do lugar um inferno.

“Enquanto desenhava, eu percebi o quanto o meu bairro tem coisas boas e ruins também. Mas aqui é o lugar que moro, e existem muitas flores no meu caminho!

“Está precisando de muitas melhorias, comércio, só tem botecos, não tem lanchonetes, praças para passear com as crianças, padarias, farmácias.

“Aqui não chama São Jorge ou São Carlos por causa da igreja. Quem escolhia o nome eram os donos da terra, que a gente lutava pra regularizar...

“Você pensa que o pessoal que está aqui, quando viaja de volta leva foto de onde mora? Leva nada. Eles só falam que moram em São Paulo, mas não mostram aonde moram. É muito feio.

“Eu moro aqui porque fui empurrada, o único lugar que me sobrou foi esse.

No caso das famílias do PFF, foram escolhidos territórios com déficit alto de inclusão social. Neles as famílias sofrem diariamente a violação de seus direitos sociais. Ali ocorrem movimentos ou formam-se grupos com lutas específicas por melhores condições de vida (moradia, por exemplo). No território, a família pode se reconhecer enquanto parte de um todo mais amplo: um bairro, uma região, uma cidade. Nele está a possibilidade do estabelecimento das redes sociais de proteção para as famílias e do seu engajamento em ações ou movimentos que possam recolocá-las em seu devido lugar de cidadãos na medida da conquista de seus direitos.

As reuniões socioeducativas são um espaço de acolhimento para as famílias que fazem parte do PFF. E esse espaço pode passar por momentos diferentes, como acolher, analisar, encaminhar.

Acolher significa receber bem, com atenção, tempo e disponibilidade para que seja possível escutar, valorizar as particularidades de cada situação. Acolher significa também promover condições para que a pessoa que sofre fale do seu mal-estar a fim de compartilhá-lo com os demais membros do grupo. E, mediante essa partilha, seja capaz de analisar sua situação singular e em relação aos outros e à sociedade em que vive. É exatamente isso que permite identificar-se, perceber-se com igualdades e diferenças e buscar alternativas para questões reconhecidas como comuns, percebidas e compreendidas como direitos.

Qualquer trabalho que tenha a intenção de ajudar alguém a reorganizar sua posição diante da vida deve estar atento para todo contexto familiar, social, territorial e cultural no qual a pessoa se encontra inserida (isso é particularmente importante na realidade de São Paulo e das grandes metrópoles brasileiras, por se tratar de espaços onde os conflitos urbanos ganham visibilidade). Tais elementos são fundamentais para a construção de um projeto de reinserção social. É necessário convocar cada sujeito a participar da construção do seu projeto, que é dialeticamente singular e coletivo.

O grupo pretende ser um dos canais privilegiados de expressão das necessidades e interesses pessoais dos participantes, capazes de se transformar em pauta coletiva de propostas, buscas e conquistas, em face de uma circunstância específica: a precariedade das condições de vida que atinge o conjunto das famílias.

A finalidade da formação dos grupos socioeducativos é a de se constituírem em espaços nos quais a autonomia pessoal esteja articulada também ao ser cidadão, na direção dos direitos sociais do sujeito e do grupo. Aqui se coloca claramente uma intencionalidade: a formação e a existência dos grupos socioeducativos só ocorrem em função desse projeto, que dá o sentido e a direção da forma como o trabalho transcorre.

A utopia que anima o programa sugere que ele possa ser um trabalho social que contribua para a transformação da subjetividade humana em uma perspectiva de mudança social²³, forma real de atuar para a superação de uma sociedade excludente e concentradora de riqueza. No dizer de uma participante: “O PFF é como a estória, faz despertar desejos”.

É preciso traçar as formas de alcançar esses objetivos, já que a constituição do sujeito e do grupo na direção pretendida não ocorrerá espontaneamente. O acolhimento, a

²³ Ver texto nº 8, do Volume 2, de KAHHALE, E. P.

escuta sensível e atenta das expectativas, sofrimentos, dificuldades, sonhos e desejos das famílias não são suficientes, embora fundamentais. O trabalho socioeducativo com as famílias requer ir além, ou seja, encontrar formas a partir das quais o que se viveu/sofreu possa gerar energia e posturas novas para enfrentar antigas questões, sofridas de maneira subjetiva, mas que são socialmente construídas. É bom sinal a forma simples que uma participante usou para exprimir um objetivo complexo como é a ressignificação da experiência: “Melhorei meu ponto de vista com relação aos meus problemas”.

Daí a importância de planejar o trabalho: significa previsão e possibilidade de dar continuidade e fazer avançar o processo grupal, de forma mais organizada e eficiente, ainda que se deva contar com sua característica flexibilidade.

Uma das definições importantes, nesse sentido, é a do tamanho dos grupos. São formados, inicialmente, por 30 representantes das famílias e, por isso, enquadram-se no chamado grupo grande²⁴. Este percorre, nos vários momentos do trabalho socioeducativo, um processo com diferentes focos de trabalho e diferentes tamanhos. Observe o quadro a seguir.

Tamanho, forma de nucleação, periodicidade e foco dos grupos nos diversos momentos

Territorialização da família

- *Foco*: acolhimento e formação de vínculos das famílias no território.
- *Tamanho*: 30 representantes das famílias, nucleados em função do domicílio.
- *Periodicidade das reuniões*: quinzenal.

Construção de ações coletivas

- *Foco*: processamento de políticas relativas aos direitos de cidadania. (previstos na Constituição de 1988) e construção de redes sociais.
- *Tamanho*: 60 representantes, nucleados por temáticas de interesse.
- *Periodicidade*: mensal.

Socialização no território

- *Foco*: socialização das inserções e das ações coletivas do PFF nos grupos e nos territórios.
- *Tamanho*: 60 representantes, reorganizados por temáticas de interesse, associados a outros membros das famílias e da região.
- *Periodicidade*: mensal, com atividades ampliadas para além das reuniões regulares.

Avaliação dos impactos

- *Foco*: socialização do impacto do PFF nos grupos e nos territórios.
- *Tamanho*: 60 representantes, associados a outros membros das famílias e da região.
- *Periodicidade*: mensal, com atividades ampliadas para além das reuniões regulares.

²⁴ A tradição dos estudos dentro da Psicologia e especialmente Baró nos informam que, para a Psicologia Social, considera-se grupo pequeno aquele com até 10 membros, sendo que de 20 em diante já se caracteriza um grupo grande. Para LUFT [1970], os termos “pequenos grupos” ou “grupos limitados” “designam convencionalmente grupos cujo efetivo é suficientemente limitado para permitir aos participantes estabelecerem entre si relações explícitas e terem uma percepção recíproca uns dos outros... praticamente compreendem entre cinco a quinze pessoas que possam estar à volta de uma mesa”.

Esse tamanho variável dos grupos foi definido para corresponder a um programa de massa, permitindo ao mesmo tempo o estabelecimento de vínculos entre os participantes.

Outro aspecto do planejamento é a previsão de um sistema de monitoramento e avaliação, indispensável para o acompanhamento do processo e resultados do trabalho socioeducativo, pelos próprios coordenadores de grupo e pelas equipes técnico-gerenciais. Também deve permitir a visualização do conjunto do que vem sendo realizado nos vários grupos, distribuídos pelas diferentes regiões.

Tal sistema, além do controle da ação, proporciona importantes pontos de apoio para o desenvolvimento de uma formação adequada e necessária do pessoal. Permite ao profissional acompanhar seu próprio trabalho, avaliá-lo e, se necessário, alterar aspectos do planejamento. Ao mesmo tempo, alimenta a reflexão conjunta, feita de forma continuada. Um instrumento/ferramenta criado especificamente para o acompanhamento dessa metodologia de trabalho socioeducativo acompanha a proposta²⁵.

Além das famílias, o grupo é constituído por uma coordenação interdisciplinar de profissionais e estagiários de Psicologia e Serviço Social, postos lado a lado. Os profissionais devem ter experiência e segurança em sua área, com pelo menos dois anos de trabalho em grupo multiprofissional. Essa interdisciplinaridade, efetivada na ação-reflexão, procura sempre gerar novas práxis, dando sentido ao fazer do trabalho social com famílias²⁶.

Complemento a um benefício familiar²⁷

Os dois tópicos anteriores explicitaram as definições metodológicas decorrentes do fato de o trabalho socioeducativo desenvolver-se no contexto dos programas de transferência direta de renda a famílias e ter como meio prioritário de intervenção a constituição de grupos de seus representantes.

É preciso incorporar, também, a condição presente de estratégia de proteção social baseada explicitamente no fortalecimento de uma instância coletiva, no caso a instituição familiar reconhecida enquanto tal. Vem daí a necessidade de tratar das concepções relativas à família e das alternativas de sua abordagem dentro da política e dos programas sociais. Ou seja: propor elementos que orientem nesse particular a metodologia de trabalho²⁸.

Se juntarmos todos os aspectos reconhecidos como importantes, desde o início da execução do Programa, e a prática vivida, poderemos sintetizar a situação, deduzindo como procedimentos metodológicos necessários o conhecimento e o respeito às expressões concretas da instituição familiar, dentro do seu processo histórico de transformação passada e futura.

²⁵ Ver texto nº 12, do Volume 2, de GUIMARÃES, C.; KAHHALE, E. P.; CAMPOS, M. S.; PARDINI, M.; BAIERL, L. F.; MORTARA, P.; CAVALCANTE, O.; SILVA, C. R. C.

²⁶ Para saber mais sobre esse tema, ver texto nº 10, do Volume 2, de MORTARA, P.; CAVALCANTE, O.

²⁷ Para saber mais sobre esse tema, ver texto nº 9, de GUIMARÃES, C. e o texto nº 6, do Volume 2, de CAMPOS, M. S.

²⁸ Ver a propósito o texto nº 4, do Volume 2, de MIOTO, R. C. T.

A família deve ser entendida como a que é vivida no concreto, com suas diferenças internas, de gerações e de gênero, e em termos de suas distintas relações com as condições sociais, culturais e econômicas.

Trata-se de reconhecer a situação real das famílias, compreendida a morfologia atualmente encontrada em cada uma delas como produto histórico de fatores internos e externos, isto é, tratada como aquela que foi possível até este momento de sua constituição.

Em termos de diretrizes do trabalho socioeducativo com as famílias, a questão não é de conformismo a modelos vigentes, nem de imposição de quaisquer outros, já que se reconhece sua constante mutação, decorrente de fatores de várias naturezas.

Diante dessas premissas, da força de cada um dos fatores de estabilização e mudança das famílias com quem, por definição, trabalhamos, cabe clarear as possibilidades de nossa intervenção técnica. O detalhamento feito na Proposta inclui medidas como as da abertura para a participação dos pais/homens como representantes das famílias. Também a exploração, com os/as representantes, das origens, presente e projeto de cada família, leva a considerá-los em particular. As medidas refletem a forma que consideramos possível escolher para acessar a dinâmica familiar e constituir um apoio para estabilização ou mudanças necessárias e desejadas.

Concepção interdisciplinar da intervenção

A coordenação dos grupos em duplas que unem a contribuição do Serviço Social e da Psicologia procura criar na base do desenvolvimento do PFF um diálogo interprofissional, capaz não só de qualificar a ação, mas de produzir um novo conhecimento acerca do trabalho socioeducativo.

O PFF se apresenta como um espaço para acolher a formação de estudantes dos cursos de graduação dentro de novas perspectivas de trabalho social (interdisciplinar e de grupos de famílias). Eles podem encontrar aí um campo de estágio proveitoso, no qual se aliam compromisso social e novas práticas profissionais.

Por certo existe uma diferença de experiência e formação, e assim de poder, entre estagiários e profissionais que compõem as duplas. Trata-se de criar possibilidades de novas práticas que qualificam tanto o profissional quanto o estagiário na superação de eventuais relações de opressão/dominação e na busca de relações complementares e parceiras. Daí a atenção constante à supervisão e à formação dos estagiários, sem descaracterizar o que cada um traz, a partir do ponto em que está na profissão que escolheu.

Há uma concordância geral quanto ao fato de a família ser uma temática interdisciplinar. Incorporamos a essa proposta as sugestões de MIOTO²⁹ (apud CAMPOS, M. S.) quanto à necessidade, no trabalho com a família, de procura constante das contribuições de várias áreas científicas. Na medida do possível, é feita a aproximação com profissionais de campos variados, como saúde, educação, cultura, mesmo não participantes dos quadros diretos dos programas, para seu acompanhamento. Essa interdisciplinaridade é entendida sobretudo como um desafio na criação de diálogos, parcerias e novas práticas.

²⁹ Ver texto nº 1, do Volume 2, de CAMPOS, M. S.

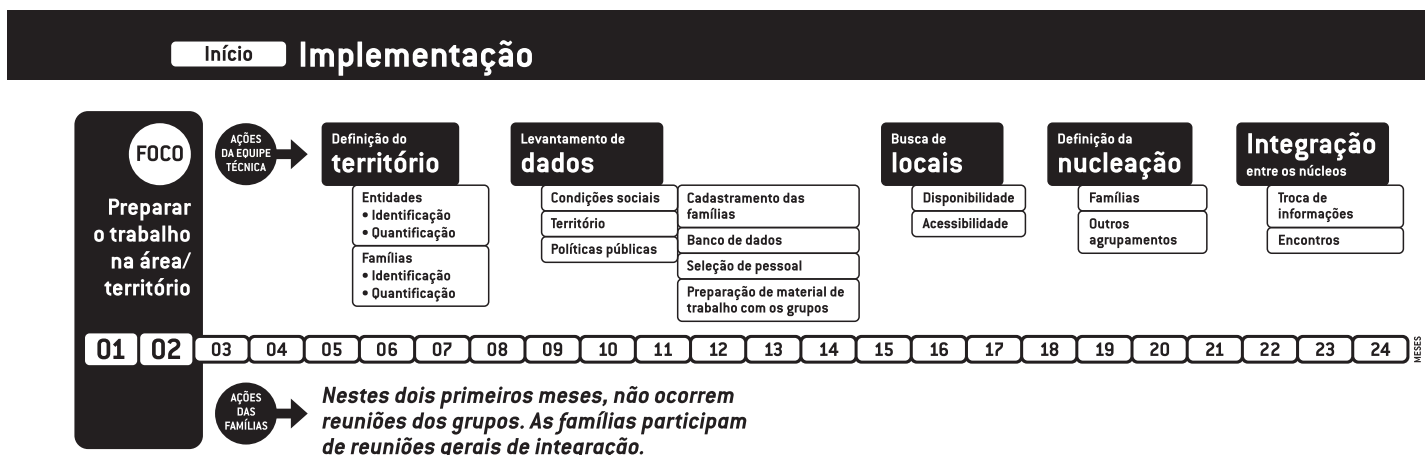
Delimitação geral da proposta

Aqui apresentamos, de forma gráfica e detalhada, o conjunto da proposta de trabalho socioeducativo. O objetivo é permitir uma visualização do desenrolar esperado para o processo técnico de trabalho, para os grupos de representantes e para suas famílias no território. Estão expostos os momentos e as orientações delineadas para execução, sempre com as ponderações decorrentes da discussão acerca do processo vivido e dos resultados totais do empreendimento, fruto do trabalho dos profissionais e das famílias participantes. Com esse processo chegou-se ao conjunto articulado de ações específicas, necessárias ao desenvolvimento de um novo modelo.

— Implementação

(estimativa: 2 meses)

O foco é viabilizar o trabalho metodológico em área/território. Estes critérios visam a implementação do programa nas funções de gestão e monitoramento, de maneira a satisfazer exigências metodológicas.



1. Estabelecimento de convênio

Os termos do convênio devem estabelecer, quanto ao Programa, seu objeto, objetivos, parcerias necessárias, metodologia, atribuições e estrutura de funcionamento para todos os agentes, recursos (humanos, materiais, informacionais), além da duração.

É importante prever os procedimentos necessários ao desenvolvimento do trabalho socioeducativo que devem ser realizados em conjunto com SAS, incluindo o acompanhamento direto das ações locais pelas regionais da Secretaria.

Concomitantemente às ações para o convênio, deve estar a garantia de interlocução entre o Programa, instituições atuantes nos territórios e o nível central das diferentes pastas públicas. A efetividade do encaminhamento do trabalho com os grupos depende muito dessa comunicação para o desenvolvimento de troca de informações sobre as demandas de serviços locais e acerca dos procedimentos de seleção, inclusão e acolhimento entre os programas sociais.

2. Articulação com parceiros institucionais e forças sociais

Essa ação inclui a apresentação geral do Programa a todas organizações e lideranças locais para obtenção do necessário apoio. Incluem-se, também, articulações entre o nível central e regional das Secretarias, conhecimento de profissionais e grupos que atuam na região e inter-relações tecidas entre eles e as demais forças sociais. É importante o acompanhamento direto dessas ações pelas SASs regionais.

3. Levantamento da situação geopolítica e socioeconômica do território

Para esse fim é imprescindível ter um cadastro adequado, um sistema informatizado de armazenamento e análise de dados ágil.

4. Levantamento e análise das demandas de políticas

Consiste no levantamento dos serviços existentes, públicos e privados, e consequente análise de sua relação com a demanda.

5. Cadastramento

As informações a serem coletadas para o cadastro devem estar relacionadas à caracterização socioeconômica da população, aspectos territoriais e metodológicos do Programa. Os critérios de inclusão e de fixação do titular no cadastro devem estar definidos com clareza suficiente para permitir manejo preciso pelos entrevistadores. É indispensável que os critérios de inscrição e seleção estejam previamente determinados.

É necessário que a coleta das informações seja feita por pessoal com treinamento específico, para que haja garantia de homogeneidade de conduta na consecução das entrevistas junto à população e no registro das informações.

Os padrões de inclusão e de desligamento devem favorecer e fortalecer a permanência das famílias no Programa, de acordo com definição relacionada à metodologia do trabalho socioeducativo.

É fundamental o cadastro estar completo no início da implementação e à disposição dos agentes responsáveis. Isso lhe confere precedência na seqüência das atividades de implementação.

Informações claras devem ser colocadas à disposição de todos os agentes responsáveis, não só quanto ao rol dos selecionados mas também em relação à forma de aplicação dos critérios de seleção. O pessoal que vai operar o Programa, sobretudo os coordenadores de grupos, deve dominar essas informações para estabelecer vínculos fecundos com a população, freqüentemente insatisfeita por falta de dados claros, e levada a duvidar da justeza das decisões.

Sugere-se que SAS faça a seleção das famílias, juntamente com entidades sociais e demais representantes locais que detêm conhecimento sobre a população dos territórios escolhidos. Para tanto, recomenda-se a realização de reuniões, facilitadas pelo uso de vídeo institucional e pelo esclarecimento geral sobre o trabalho proposto.

6. Sistema informacional de monitoramento e avaliação

Esse sistema deve ser compatível com a proposta metodológica e já estar implantado nessa fase³⁰. Desde a fase de implementação do Programa, o formato adequado ao monitoramento da metodologia proposta para o trabalho socioeducativo precisa estar disponível.

7. Definição dos locais de reuniões dos grupos

Isso envolve:

- Conhecimento do território (disponibilidade de mapas); orientação pelo critério de proximidade aos endereços das famílias cadastradas;
- Avaliação das condições físicas e materiais adequadas ao desenvolvimento do trabalho socioeducativo (acessibilidade com segurança, assentos suficientes, salubridade, água potável, silêncio, privacidade).

Recomenda-se, para facilitação e maior eficácia dessa tarefa:

- Inclusão, na pauta da apresentação do PFF às entidades sociais e pastas públicas inseridas e/ou articuladas ao território, de solicitação para sugestão e cessão de espaços adequados;
- Incorporação, na busca de locais adequados, da colaboração das próprias famílias em processo de nucleação;
- Concessão de subsídio financeiro às entidades cedentes de locais;
- Disponibilização da rede social regional para a equipe técnica;
- Acesso a mapeamentos, tanto para evitar nucleações retardatárias como para proceder a remanejamentos de região, por parte das SASs regionais;
- Fornecimento de vale-transporte para as famílias que moram a mais de meia hora dos locais de reunião.

³⁰ Sobre esse aspecto, consulte o texto nº 15, do Volume 2, de ARREGUI, C. C.; PAZ, R.; WANDERLEY, M. B.

8. Nucleação das famílias

É o processo de agrupamento de famílias que comporão os grupos socioeducativos e sua designação para os locais de realização de reuniões, próximos à sua moradia. A nucleação deve ser feita a partir dos locais escolhidos para as reuniões. Simultaneamente ao processo de entrega dos cartões, escolhem-se os grupos disponíveis, levando em consideração os endereços existentes de locais e famílias. Esse procedimento deve necessariamente ser auxiliado por listas dessas famílias, confeccionadas a partir do cadastro, para evitar nucleações retardatárias e remanejamentos de região.

É preciso explicar claramente a elas o que é o Programa. Em particular, devem ser esclarecidos os seguintes pontos: critérios de inclusão e participação; direitos e deveres; o cartão³¹ e seu uso; diferenças em relação a outros programas na região.

9. Seleção de profissionais

Deve-se definir um grupo permanente de seleção e acompanhamento dos profissionais e estagiários para todo o processo e que o avalie ao final.

Serão selecionados profissionais para compor duplas técnicas interdisciplinares, na gerência regional e na coordenação do trabalho socioeducativo com os grupos de representantes. A seleção de currículos será feita com base em critérios diretamente relacionados às exigências do Programa e da metodologia, com definição clara do perfil profissional esperado. Nos procedimentos de seleção realizados diretamente com os candidatos, explicar a proposta, mostrar a experiência do Programa em vídeos e resumida em textos.

10. Formação de pessoal³²

Com um caráter continuado, ela engloba gerentes, técnicos e estagiários, tendo por base a definição do perfil profissional esperado em cada nível de atuação. Deve prever a inclusão dos profissionais de SAS, objetivando iniciar o conhecimento das equipes e troca de experiências.

Forma de acompanhamento: nos dois primeiros meses, semanal; posteriormente, reuniões quinzenais de supervisão temáticas às equipes, a partir das necessidades das áreas e da qualificação e preparação dos profissionais.

Sugestões: Dia das dúvidas, com profissional de plantão para equipes; discussão de casos; grupo de discussão na internet acerca das dificuldades encontradas (acompanhamento a distância).

Conteúdo: apreensão dos conceitos fundantes e do conhecimento de experiências socioeducativas orientadas para autonomia e cidadania; apreensão do processo de formulação e implantação de políticas públicas, programas sociais e do trabalho intersecretarial

³¹ Trata-se de um cartão magnético para acesso ao subsídio financeiro do Programa, via rede bancária. Ver análise desse aspecto no texto nº 2, do Volume 2, de CAMPOS, M. S.

³² Consulte o texto nº 10, do Volume 2, de MORTARA, P.; PARDINI, M.

dentro da conjuntura municipal e do território existentes. Inclui a compreensão da rede social e da realidade das famílias no território, incluindo violação de seus direitos. Trabalho com famílias: bases conceituais, objetivos e operação. Apropriação dos marcos gerais de orientação do trabalho: interdisciplinaridade, ética profissional; trabalho em equipe, planejamento. Faz ainda parte do conteúdo a preparação temática detalhada em relação aos conteúdos previstos para as dez reuniões iniciais. Também se supõe a capacitação técnico-operativa para uso das ferramentas de registro, entre elas com destaque a da reunião socio-educativa, entendida também em seu aspecto conceitual; o domínio dos relatórios analíticos, geral e por territórios; a prática do trabalho com grupos, formas de seu manejo e processamento: observação e coordenação no grupo, instrumentos e técnicas.

O início do treinamento da ferramenta pressupõe: cadastramento já efetivado, dados das famílias na ficha inicial, ferramentas acessíveis pela internet, computadores em número suficiente. Problemas previsíveis: queda do sistema, não-gravação de informações.

A formação deve fazer uso intenso de técnicas participativas, como oficinas, observação direta do espaço territorial e dos locais de reunião pelos técnicos, conhecimento das entidades e organizações locais; conhecimento da realidade por meio de produções existentes: análises de relatórios do cadastramento e de estudos da área. São também fontes possíveis de informação: subprefeituras, jornais e meios de divulgação locais e da cidade em geral, material acessado via internet, entre outras.

A realidade das famílias que freqüentam as reuniões socioeducativas é, num primeiro momento, um “choque” para muitos dos profissionais que iniciam seu trabalho no Programa. A situação de penúria, exclusão social e violência precisa ser elaborada no contexto do Programa. Criar um espaço de escuta e acolhimento para discutir as demandas da equipe de profissionais torna-se imprescindível. De primordial importância é o apoio a técnicos e estagiários para formação de uma atitude equilibrada diante de situações específicas de insegurança pessoal, que podem ocorrer no deslocamento para a periferia da cidade³³.

11. Preparo do material de uso nas reuniões de grupo

O recurso metodológico de padronização das temáticas a serem tratadas facilita o preparo antecipado das dez reuniões iniciais, auxiliando no aproveitamento grupal dos assuntos abordados, mediante organização do conteúdo informacional adequado e orientação quanto à escolha de estratégias e técnicas.

Proporciona, simultaneamente, maior segurança às duplas coordenadoras para lidar com o material emergente nos grupos.

Para cada um dos temas — **As famílias e o Programa; O território; A família; Direitos de cidadania** —, deve ser produzido, com antecedência, material orientador quanto a conteúdo e formas de trabalho nos grupos, detalhando fontes para consulta de análises e estudos e incluindo especialmente a visão e as demandas da população, de acordo com

³³ Ver a propósito texto nº 14 do Volume 2, de OLIVEIRA, I. I. de M. C.; BAIERL, L. F.

ações e pesquisas de campo. Deverá ser acompanhado de sugestões de estratégias e materiais para uso nas reuniões de grupo³⁴.

O material simples e barato utilizado mostrou excelentes resultados pedagógicos, sendo importante, entretanto, explorar todos os recursos possíveis.

12. Infra-estrutura do programa

Inclui necessariamente:

- Local para basear a equipe e a gerência regional.
- Casa-sede do programa.
- Estrutura administrativa e burocrática.
- Compra ou locação de computadores, sistema informacional implantado.
- Viaturas com segurança: conhecimento do Programa e de normas de segurança pelos motoristas.
- Normas e material de segurança para as equipes atuarem nas regiões.

13. Integração das famílias ao Programa (instrumentos coletivos)

Inclui informação e entrega dos cartões: compartilhamento por todos os agentes responsáveis, o que já possibilita a integração. Elaboração de um vídeo informativo (ou cartilha) sobre o programa, como usar o cartão, com depoimento das famílias participantes, com itinerário de ida até o banco para fazer a senha e retirar o dinheiro. Se possível, colocar à disposição um simulador de caixa eletrônica para treino do uso do cartão. Transformar essa ação, dando-lhe o caráter de primeira atividade coletiva de explicitação do Programa e dos critérios de permanência. Sugere-se que seja feita com a participação de SAS.

II — Trabalho direto com as famílias

O trabalho interdisciplinar com as famílias ocorre ao longo de todo o período de desenvolvimento do Programa, considerando a duração máxima de 24 meses. Nos dois meses iniciais, destinados à implementação, começa a partir de encontros gerais para sua integração ao Programa. Após essa fase, o trabalho direto com os grupos envolve quatro momentos, descritos a seguir.

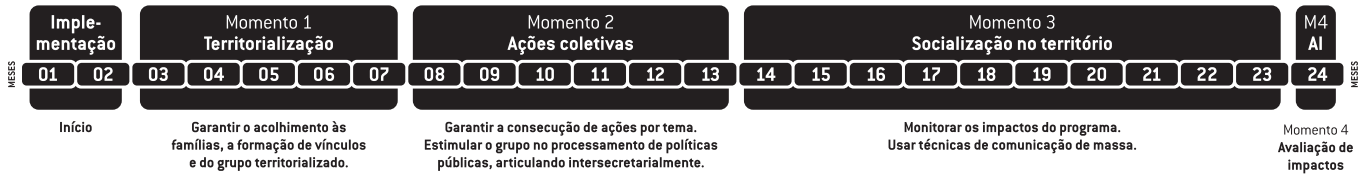
1º Momento: Territorialização da Família

5 meses de trabalho, do 3.º ao 7.º mês

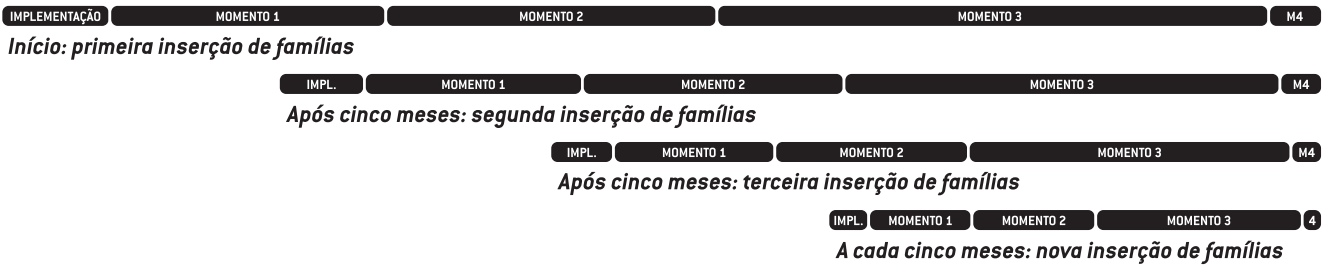
O foco está no acolhimento e na formação de vínculos das famílias no território.

³⁴ Para saber mais sobre esse aspecto, consulte especialmente o texto nº 10, de MORTARA, P.; PARDINI, M. e todos os relativos aos temas objeto de discussão nos grupos, do Volume 2.

24 meses Momentos do trabalho interdisciplinar Serviço Social Psicologia



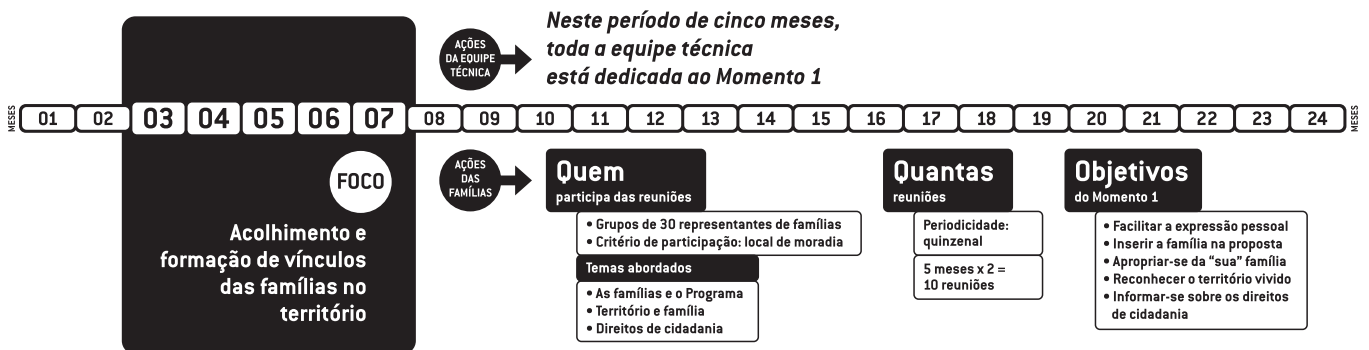
Inserção de novas famílias ao longo do programa



Esta ação se inicia no terceiro mês, logo após o período de implementação, e termina no sétimo. Com a previsão de reuniões quinzenais, os representantes terão a oportunidade de participar de dez reuniões. O critério de nucleação será o da proximidade das residências em relação ao local das reuniões. Os objetivos são:

- Facilitar a expressão da subjetividade: vínculo e acolhimento (desenvolvimento da auto-estima: a face interna da cidadania).
- Inserir a família na proposta socioeducativa, isto é, promover para os representantes a apropriação de sua “família”: história, condições de vida e projetos.
- Informar sobre direitos de cidadania e incorporá-los ao cotidiano.
- Reconhecer o território vivido, com suas qualidades e carências.

Momento 1 Territorialização



Cada dupla técnica será responsável por dez grupos, aproximando-se do atendimento a 300 famílias.

As reuniões serão quinzenais, em horários convenientes para a população. Na rotina hoje conhecida da família da classe trabalhadora, sobretudo em áreas fortemente urbanizadas, o período da tarde não favorece o seu comparecimento³⁵. Deve-se levar em conta a conveniência da família e não apenas a das organizações e do pessoal. Isso é essencial se a intenção é realmente possibilitar mais oportunidades de participação dos segmentos que cumprem horários regulares de trabalho, incluído o público masculino. Um horário testado com sucesso foi o das 17h às 18h30. É preciso verificar as questões de segurança, de acordo com as áreas regionais e com certos períodos do ano em que os dias têm menor duração.

Os grupos devem funcionar durante cinco meses, com frequência obrigatória dos representantes a dez reuniões. Para escolher esse prazo, a referência principal foi a experiência do PFF/SP/SP, no qual, após seis meses de formação dos grupos, foi visível uma diferença qualitativa, na passagem para um patamar de maior vínculo e apropriação do conteúdo do Programa pelos participantes. Resultado semelhante é registrado pela Secretaria Municipal do Trabalho, Solidariedade e Desenvolvimento na avaliação, em dois anos de atuação, do período necessário para o estabelecimento do vínculo e iniciação quanto às atividades propostas para o desenvolvimento de projetos de cooperativa. Neles, observou-se a possibilidade de obtenção do vínculo e compreensão básica do Programa num período de trabalho de quatro meses.

A decisão pelo período de cinco meses levou em conta complementos essenciais, como a sugestão, aprovada pela maioria na primeira discussão da proposta³⁶, de incluir na fase preparatória, antes do início das reuniões dos grupos, atividades de “Integração das Famílias ao Programa”. Na oportunidade de entrega dos cartões, sempre coletivamente, a idéia é aproveitar para o aprofundamento das questões que povoaram e de certa forma dificultaram o desenrolar das discussões dos grupos em seus primeiros três meses.

Foram também levados em conta mais cuidados na seleção e formação do pessoal que operará os grupos. Isso inclui, com antecedência, a passagem de informações sobre o território em que se baseia a ação, o preparo do material para o desenvolvimento das

³⁵ Ver texto nº 1, do Volume 2, de CAMPOS, M. S.

³⁶ Realizada pelo GT Metodologia, em 25 de novembro de 2003, com a presença das gerentes de área, assistente da gerência geral e representantes do Conselho Gestor.

“ Numa dessas reuniões tentávamos gravar os nomes umas das outras para que pudéssemos nos conhecer melhor ao conversar. Também trouxemos fotos dos filhos para mostrar, trocamos receitas e tentamos fazer crochê...”

“ Não vejo a hora de vir para as reuniões.”

“ Como temos muitos problemas em casa, às vezes temos vergonha de falar. Então vamos fazer uma dinâmica, onde cada um fala um sonho, um desejo...”

reuniões e o projeto de um “novo grupo”, com tempo e objetivos mais definidos. É provável que o tempo prolongado de permanência dos grupos numa fase de discussão de suas questões tenha sido motivado em parte pela insuficiência de informações prévias sobre recursos da área e acerca da disposição de apoio das organizações e forças sociais locais, para os próprios coordenadores. Esse fator causou insegurança quanto à possibilidade de ações no território. Aliado às necessidades profundas de oportunidades de sociabilidade dos representantes das famílias, ele pode ter levado a condução dos grupos a uma extensão e aprofundamento dos reconhecidos benefícios do “grupo em si”.

Considerou-se, ainda, o reconhecimento do caráter experimental, o que obrigou a uma atenção especial ao acompanhamento do processo e à comprovação de resultados. Isto é enfatizado em função das várias manifestações quanto à possibilidade de o tempo definido ser demasiado exíguo. Chama-se a atenção para a importância de respeitar a singularidade no processo do grupo. Apressar a formação de grupos com mais de 30 integrantes, a partir de temáticas específicas, poderia fragmentar o trabalho com as pessoas e enfatizar apenas as questões emergenciais.

É exigida a presença às reuniões como condição para garantia do recebimento do benefício financeiro. Esse procedimento tem sido previsto na maioria dos programas de transferência de renda direta a famílias. No entanto, cabem algumas ponderações sobre o assunto.

Essa obrigatoriedade visa criar uma oportunidade para que as famílias, por intermédio de seus representantes, apreendam o sentido do Programa e se comprometam com seu próprio desenvolvimento. É um momento de formação do vínculo e de formulação do contrato no grupo. A intenção é que, durante esse período, esses encontros do grupo sejam prazerosos e produtivos de forma que os representantes compareçam às reuniões pelo seu significado, e não pela obrigatoriedade³⁷.

O aspecto básico para a tomada de decisões é o caráter distintivo deste primeiro momento: de acolhimento, escuta e territorialização; de constituição do grupo: saber quem são as pessoas que ali estão, seus nomes, suas idéias, o reconhecimento mútuo dos participantes. Este é um momento em que também surgem descontentamentos entre os membros do grupo e com a obrigatoriedade das reuniões. Os representantes ainda não estão muito interessados no grupo e nas possibilidades que este oferece. Cinco meses é o tempo considerado suficiente para que se estabeleça o compromisso na busca de soluções. Para a maioria dos representantes, pertencer a um grupo, compartilhar experiências alheias e participar ativamente de um movimento de reflexão coletiva tem se mostrado um poderoso instrumento para autopercepção, percepção grupal e construção de alternativas.

Um dos nossos grandes desafios é a articulação entre ação e reflexão³⁸: saber esperar e construir respostas que vão além da denúncia. Com o processo de escuta das queixas dos representantes, deve-se favorecer o enunciado de propostas que tenham como critério a proximidade da área de moradia, o território ao qual estas famílias pertencem.

³⁷ Ver o texto nº 11, do Volume 2, de GUIMARÃES, C.

³⁸ Para saber mais, consulte o texto nº 7, do Volume 2, de CAVALCANTE, O.; MORTARA, P.

A perplexidade diante dos problemas cotidianos é pouco a pouco substituída por um sentimento de que cada membro do grupo pode ser agente de transformação, ao compartilhar as opiniões, sugestões ou a solidariedade dos demais. Assim, a ação e a reflexão ocorrem juntas durante todo o processo do trabalho com as famílias. Não há separação entre essas duas dimensões da atividade humana.

Na experiência do PFF/SP/SP, desde o início é evidente o pedido, pelos representantes, de ações concretas para resolução de problemas. Isso é compreensível, dado o volume de carências, de necessidades insatisfeitas. É importante responder com prontidão e desenvolver de maneira adequada o uso do potencial formador da ação social, paralelamente às reuniões de grupo.

Em função de locais onde essa passagem foi feita mais rapidamente, acredita-se que haveria o risco de perder a participação de muitas famílias, caso essa fase de constituição interna do grupo tivesse se prolongado. É possível organizar atividades coletivas que contemplem uma gama variada de expectativas dos participantes. Durante todo o processo de formação do grupo é preciso estar atento para não promover só discussões, mas também ações concretas. Por exemplo, desde as primeiras reuniões, fazer visitas no entorno do local de encontro é obter ganhos consistentes de sociabilidade e conhecimento do território.

Se ocorrerem faltas nas dez primeiras reuniões, haverá exigência de apresentar justificativa das razões da ausência, por ocasião da reunião seguinte à eventual falta. Propõem-se encaminhamentos diversos, de acordo com os critérios adotados para aceitação das justificativas: se forem as previstas em lei, serão aceitas sem discussão; caso contrário, apenas quando bem estabelecidas no próprio contrato grupal.

Caso o representante falte duas vezes sem justificativa, terá a suspensão temporária do benefício, por meio de notificação para SAS. Se quatro vezes consecutivas, sem justificativa, terá o desligamento do benefício, também por meio de notificação. Nesse caso, serão incluídas novas famílias. Em qualquer caso, será necessário trabalhar o desligamento e a inclusão dos representantes com as duplas.

Quando o horário da reunião impedir o comparecimento por parte da família, analisar a possibilidade de vir um suplente

“ ... E não tinha um curso para a gente aprender nada. Espero que na próxima reunião para o ano 2004, tenha um curso e não fique só nas palavras. Vai para o prático e tenha um aumento para a gente. Esse dinheiro ajudou muito, mas ele deveria ter um aumento, porque, para o desempregado, fica difícil para comprar as coisas, o dinheiro é muito pouco.

“ Não é profissionalizante, para mim é terapia, pois esqueço meus problemas de casa, mas se acaba nisto?

“ Ser mulher é muito mais do que ser uma dona de casa. É ser responsável pelos seus filhos, pela educação, a saúde, muitas vezes até pelo seu sustento e de sua própria família...

“ Se eu pudesse, sumiria no Dia das Mães.

do representante, ou propor horários alternativos: fim de semana, final de tarde ou outro a combinar³⁹.

Os representantes serão de livre escolha da família. Não há, por parte do Programa, manifestação de preferência em relação a qualquer de seus membros, exceto quanto à idade mínima de 18 anos. O representante pode ser a mulher ou o homem, conforme decisão interna do grupo familiar.

Há razões metodológicas claras para propor a diversificação desse representante da família (na prática, para que ele deixe de ser só a mulher/mãe, mesmo quando o pai está presente).

A família com que trabalhamos não é um todo homogêneo. Caracteriza-se por uma assimetria de tratamento de gênero dentro do grupo, o que costuma sobrecarregar a mulher no exercício da função parental. O trabalho socioeducativo favoreceria, com a diversificação do representante, o fortalecimento de uma família reorganizada, sem imposição do modelo tradicional. Na medida em que não reforça o papel feminino de cuidadora, isso poderia melhorar a qualidade da vida da mulher, evitando contribuir para sua culpabilização diante de uma possível incapacidade de cumprir expectativas sociais. Tal processo social tende a ocorrer principalmente quando os cuidados com os membros dele dependentes baseiam-se em grande parte no trabalho doméstico não-pago da mulher — e, de forma perversa, contribui ainda para manter a rede de serviços sociais atrofiada.

Outra consequência da diversificação do representante seria aumentar a participação masculina nos grupos socioeducativos. A experiência mostrou mais intolerância do pai na aceitação da situação de “assistido” e maior disponibilidade e ansiedade para ações de autonomia e cidadania, em especial contra o desemprego.

As relações internas da família poderiam ser beneficiadas, ao se tornarem mais igualitárias, mediante novas trocas pessoais e melhor distribuição dos recursos internos ao grupo e fora dele. Exemplo: lazer e oportunidades de empregar-se, no caso da mulher, se ela quiser. A hipótese é que procurar contribuir para fortalecer o poder da mulher, colocando o dinheiro em sua mão, pode não favorecer de forma duradoura o equilíbrio de poderes e oportunidades dentro do grupo familiar, ainda que permita a ela, responsabilizada, em caráter prioritário, pela criação e educação dos filhos, ter mais recursos à mão para essa tarefa.

No curto prazo, por essa responsabilização, colocar o dinheiro na mão da mulher tem funcionado muito bem e talvez seja considerado preferível por elas próprias, numa adaptação à ausência ou ao pouco apoio do cônjuge⁴⁰. A médio e longo prazos, entretanto, isso tende a manter e reforçar a desigualdade de gênero na participação nos recursos e responsabilidades familiares.

³⁹ O tom das exigências quanto à presença obrigatória pode parecer demasiado severo. Ele se justifica, entretanto, pela forte tendência de haver, por parte dos coordenadores de grupos, uma certa ambigüidade de conduta e grande desigualdade de critérios, pelas razões já expostas quando do relato da experiência metodológica vivida.

⁴⁰ Ver a discussão desse tópico no texto nº 4, do Volume 2, de MIOTO, R. C. T.

As medidas de política social, tomadas num dado momento, sempre têm impactos futuros. Quando os programas sociais optaram por reforçar o papel da mulher/mãe, certamente fizeram avançar sua responsabilidade social. Continuar com a medida é enfatizar a cristalização dessa posição. No caso do PFF, conforme analisado aqui, fica evidente certa oposição entre o raciocínio de uma determinada forma de gestão do Programa — que visa às melhorias que uma renda bem administrada poderia trazer de imediato para a família — e o objetivo de obter outras melhorias, ligadas às transformações da dinâmica familiar. Se queremos fortalecer a família, precisamos considerar, também, este segundo objetivo.

A gestão atual de muitos programas sociais acertadamente concluiu pela segurança maior do uso apropriado dos recursos, quando manejados pela mãe/responsável. Assim, a mudança aqui proposta quebra uma norma, não só familiar, mas da gestão atual de muitos programas sociais e implica cuidados especiais de transição. É preciso interpretar bem a existência de uma verdadeira possibilidade de escolha da família, no momento do cadastramento. A tendência será sempre a de a mãe dispor-se a assumir a responsabilidade da representação. Em proporção significativa, a família é monoparental feminina e, com a tradição já referida, podemos esperar que se conserve uma maioria de mães como representantes.

A experiência do pai na gestão do subsídio do Renda Mínima em função da proteção familiar deverá ser monitorada e discutida nos grupos. No caso de o homem ser o representante, deverá ser comprovada a existência de “união estável”, conforme definida no Código Civil em vigor.

Cabe ressaltar, nesse aspecto, a importância do fortalecimento do representante da família. Prevê-se, no quadro geral de desenvolvimento da proposta, o efeito multiplicador que ele tem — expectativa de que seus ganhos no processo socioeducativo tenham repercussões nos outros membros do grupo familiar. É interessante não só o impacto sobre a dimensão interna na família, mas a possibilidade de que, ao se modificar, um membro realize mudanças em suas demais relações.

É fundamental o contrato inicial, estabelecido de forma clara entre os responsáveis pela condução dos grupos e os representantes das famílias. O contrato não é só com o Programa, mas

“ Neste tempo, ou seja, nestes meses, meu dinheiro serviu para remédios, roupas e alimentos, frutas e outros imprevistos que iam aparecendo. Também usei este dinheiro para fazer um bolo para as minhas filhas para comemorar o seu aniversário. Nos próximos dois últimos pagamentos pretendo comprar roupas e sapatos para elas passarem o Natal... isto é, se não tiver nenhum gasto surpresa.

“ A partir do momento que a mulher começa a pagar as contas eles se acomodam.

“ O marido espera que a mulher seja tudo isso sem saber como ela fará, ela que se vire.

“ Nossos filhos estão mais animados, pois pudemos comprar coisas para eles e eles ficam mais felizes por saber que nos preocupamos com os desejos deles.

“ Com o dinheiro do Programa pudemos comprar material para a realização de trabalhos escolares e roupas, o que os deixou mais motivados, melhorando seu desempenho escolar.

“ O que a gente aprende aqui a gente passa para os filhos, para o vizinho. Não é só pra mim, é pra fora.

com aquele grupo. Nesse momento, as expectativas e necessidades das pessoas e dos grupos começam a aparecer, e deve-se trabalhá-las em conjunto com os objetivos e as possibilidades nele presentes. É dessa forma que o contrato vai sendo criado. Isso possibilita o alcance do que se tem a oferecer e responde à situação dos participantes, além de evitar a geração de expectativas que o Programa não comporta.

Pelas dificuldades de planejamento e desenvolvimento do trabalho com os grupos observadas na implantação do PFF/SP/SP, introduziu-se o preparo antecipado das reuniões previstas para acontecer nesses primeiros cinco meses, a fim de melhorar a qualidade e facilitar o processo grupal. Dentro dos objetivos propostos para essa fase, as reuniões serão padronizadas quanto aos temas, aproveitando-se sempre o material emergente do próprio grupo. A programação preestabelecida e preparada com antecedência será trabalhada com as duplas coordenadoras desde sua formação.

Para isso, com base nas questões surgidas no conjunto das áreas, foram definidos os seguintes temas:

As famílias e o Programa (duas reuniões)

Nestas primeiras reuniões, promove-se a constituição do grupo, a partir dos seguintes objetivos: entendimento das características do trabalho socioeducativo; sensibilização para esse trabalho; despertar para as possibilidades abertas por ele; apresentação, auto-representação e auto-imagem; formação dos primeiros vínculos; significância do território para as famílias; identificação dos primeiros temas de interesse do grupo.

A constituição do grupo implica um movimento inicial de acolhimento, o estabelecimento do contrato ético do grupo e do contrato do trabalho socioeducativo proposto pelo Programa (obrigatoriedade das reuniões, responsabilidades comuns).

Exemplos de pontos levantados e retomados periodicamente no grupo: direito à livre expressão de opinião; respeito aos diferentes e aos ausentes; importância do sigilo das histórias individuais ali contadas; importância da divulgação das informações de interesse social para a família e os amigos; cumprimento de horário e frequência de todos, assim como importância da justificativa em caso de falta⁴¹.

A integração dos participantes no grupo socioeducativo pode ser promovida por dinâmicas para conhecimento dos sujeitos do grupo — autoconhecimento e reconhecimento das necessidades do outro —, na direção do fortalecimento de vínculos entre os representantes das famílias.

Na presença de crianças acompanhando os participantes, sugere-se incluí-las na atividade do grupo. Se for período de férias, a sugestão é encaminhar as crianças ao Programa de Férias das escolas públicas.

⁴¹ Atuação diante das faltas: • Criação de regras pelos próprios participantes, a fim de regular o funcionamento do grupo, estabelecendo limites para convivência grupal e promovendo autonomia; • Confeção de cartões/agendas com datas/horários das reuniões socioeducativas; • Distribuição de filipetas de retorno; • Entrega de cartões com datas das reuniões em todos os meses do ano; • Confeção de agendas artesanais para os integrantes dos grupos; • Telefonemas, cartas e convites; • Contato com agente de saúde vinculado ao Programa de Saúde da Família-PSF; • Famílias auxiliam na localização

O território (duas reuniões)

Nestas reuniões, serão realizadas atividades para os representantes das famílias se conhecerem, obterem a noção de conjunto ou coletivo e se apropriarem do território (reconhecer o existente e o inexistente). Atividades voltadas para responder: “Como é meu bairro?”

A família (quatro reuniões)

Nestas reuniões, o objetivo será equilibrar o tratamento de pontos essenciais para as famílias: sua história, seu jeito de ser, suas condições de vida, seus projetos. A tônica é considerar os aspectos subjetivos e objetivos comuns às famílias-alvo do Programa e abordá-los sempre do ponto de vista da articulação entre o espaço privado e o público. Exige ressignificar sua identidade, sua origem no espaço e no tempo e seu projeto de vida. Com a crescente impossibilidade de construir a identidade via posição no mundo do trabalho, a vivência familiar assume importante espaço nesse aspecto.

Pretende-se a construção de relações familiares — conjugais e parentais — mais autônomas⁴², com a presença de afeto e cooperação, que favoreçam o desenvolvimento da subjetividade de todos os membros do grupo familiar. Isso implica desmontar o conceito socialmente idealizado de família e levar os representantes a examinarem suas diferentes composições familiares e reconhecerem que têm família.

Em muitos locais, verificou-se que um número significativo de participantes não considerava ter construído uma família própria. Aceitar a possibilidade de adoção de alternativas diversificadas de padrões conjugais e de parentalidade tende a impedir que as famílias vivenciem como fracasso o desvio em relação ao modelo nuclear.

Direitos de cidadania (duas reuniões)

O desenvolvimento da discussão de direitos deve se realizar de acordo com o previsto para o tema na proposta da ferramenta de Registro das Reuniões Socioeducativas⁴³.

O objetivo específico é o levantamento de temas sobre direitos sociais. Isso pode ser motivado por técnicas e dinâmicas de grupo que permitam a projeção de expectativas e sonhos, a possibilidade de reconhecer talentos, direitos, deveres e possibilidades de ação.

⁴² Autonomia — Foco no indivíduo e na família. “Uma pessoa autônoma é um indivíduo capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação. Respeitar a autonomia é valorizar a consideração sobre opiniões e escolhas, evitando, da mesma forma, a obstrução de suas ações” (IEE, 2003: 17).

⁴³ Sobre isso, ver texto nº 12, do Volume 2, de GUIMARÃES, C. e outros.

“Agora, para ser sincero, o que foi ruim eram as crianças fazendo barulho e as pessoas não prestando atenção em nada.

“Tem muita gente de vários lugares na minha família. Tenho irmãos que não conheço por parte de pai.

“O certo é os dois se ajudarem.

“Aqui só tenho mesmo eu e meus filhos, minha família está longe.

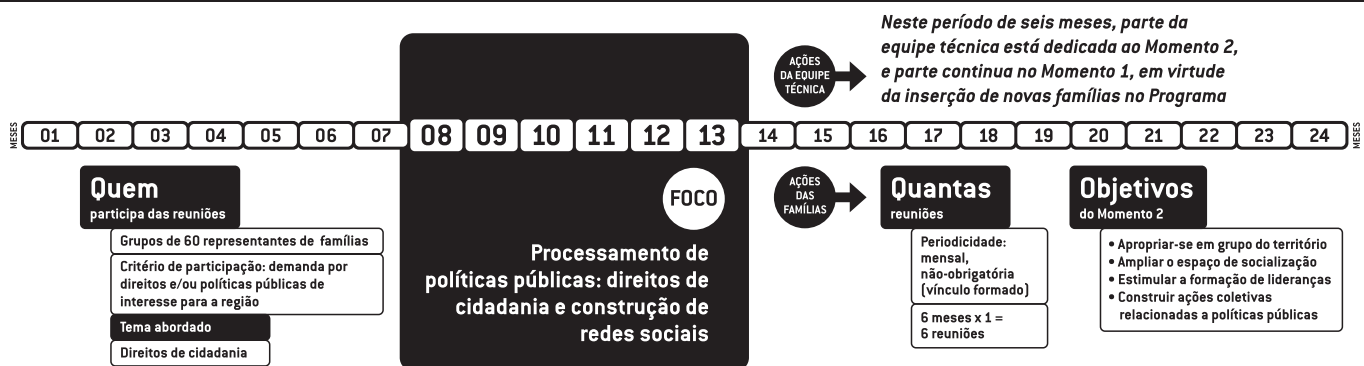
“Família ideal é a que a gente tem.

Essa forma mais curta e objetiva de incorporar temas preparados com antecedência ao trabalho com os grupos pode aumentar tanto o aprofundamento pessoal como a capacidade de levar a ações no território.

Ao longo das reuniões, as temáticas do território e da família são recortadas transversalmente, enfocando aspectos parciais, depois integrados aos temas aglutinadores do segundo momento de trabalho com as famílias: violência urbana e violência doméstica, questões de gênero, ausência e ou dificuldade de acesso a serviços públicos, educação dos filhos, entre outros.

A partir da décima primeira reunião (no sexto mês) termina a obrigatoriedade da presença: pressupõe-se que o vínculo entre os representantes entre si e com a coordenação esteja formado. A possibilidade de pertencer a um grupo temático de interesse da família, no processamento de políticas, deverá ser um elemento motivador para a permanência no grupo.

Momento 2 Ações coletivas



2º Momento: Construção de Ações Coletivas

6 meses de trabalho, do 8º ao 13º mês

O foco é o processamento das políticas relativas aos direitos de cidadania e à construção de redes sociais, com abertura de oportunidades para apropriação conjunta do território.

Objetivos desse momento: estimular o desenvolvimento de lideranças (início); apropriar-se em grupo do território; construir ações coletivas na relação com políticas públicas; ampliar o espaço de socialização.

Do sexto mês ao fim da vigência do Programa, os representantes se reunirão em grupos de 60 participantes. A periodicidade das reuniões será mensal, mas poderão ser feitas adaptações necessárias.

O critério para formação dos núcleos será definido por interesses e demandas relativos aos direitos e às políticas na região, de acordo com a escolha individual dos representantes.

A questão básica metodológica aqui é a necessidade de conceber um “novo grupo”, mais centrado em provocar o surgimento das ações locais. O grupo deve ser um “processador de outras políticas”, com base nas demandas e necessidades expressas na voz e no cotidiano das famílias, com articulação das forças sociais presentes.

Os temas das reuniões serão os direitos de cidadania: família; saúde; assistência social; direitos civis e políticos; segurança; educação; previdência e trabalho; lazer/esporte/cultura; habitação⁴⁴.

No trabalho com os grupos de 60 integrantes, é fundamental que a delimitação das tarefas e ações necessárias para encaminhar as políticas seja decidida no próprio grupo e que sua organização e execução sejam assumidas por este. Será a partir da responsabilidade de cada participante que se criará o projeto coletivo.

Para a construção de ações coletivas, ao fim do segundo mês de trabalho já começa o levantamento de temas e interesses específicos aos quais as reuniões dos grupos demonstraram ser mais sensíveis. Quanto à formação de redes sociais, é importante considerar que nem sempre se pode contar espontaneamente com elas.

É preciso estar atento para a possibilidade de arranjar locais adequados para as reuniões com grupos maiores. A tendência será encontrá-los em pontos mais centrais, o que implicará maior deslocamento dos participantes (isso já ocorreu na experiência do PFF/SP/SP, conforme mencionado, com a dificuldade de encontrar acomodações até para os grupos de menor tamanho).

A dupla técnica de coordenação acompanhará os grupos temáticos, sendo responsável, agora, por 600 famílias. As duplas terão reuniões mensais e ajudarão nas articulações entre secretarias e programas em geral. Também vão atuar na criação e implantação das políticas. É necessária uma articulação prévia entre as secretarias, com a presença e, se possível, a colaboração do maior número de parceiros institucionais das áreas, presentes e futuros.

A sugestão é a gerência regional organizar antes esses grupos e contatos. A gerência precisa iniciar a articulação na área no período anterior, preparando o segundo momento junto com SAS e outras secretarias, enquanto as duplas trabalham com as famílias no primeiro momento. O PFF e os grupos socioeducativos são apenas a porta de entrada, um dos elos da rede dessas famílias. A partir da prontidão de cada grupo, novas formações grupais podem ser criadas ou articuladas com organizações e movimentos existentes.

Com a reorganização dos grupos e das equipes, metade das duplas será remanejada, pois uma parte delas acompanha os grupos temáticos e a outra reinicia um trabalho com os novos. Nesse ponto é necessário trabalhar o luto vivido pelo término de um grupo, a reinserção em um novo e a dependência do vínculo afetivo. Isso deve ser feito não só junto às famílias, mas também com as duplas técnicas. É essencial cuidar desse aspecto mediante atividades de formação.

⁴⁴ Para saber mais sobre esse tema, ver texto nº 13, do Volume 2, de CASTRO e SILVA, C. R. e colaboradores.

Momento 3 Socialização no território



3.º Momento: Socialização no Território [do 14.º ao 23.º mês]

O foco é a socialização das inserções e das ações coletivas. Os objetivos desse momento são: dar visibilidade às ações em curso no território (aquelas que as pessoas construíram nos grupos); estimular a articulação com movimentos sociais da região; reforçar o desenvolvimento de lideranças locais; acompanhar os grupos na continuidade de ações e inserções em novas possibilidades e formas de socialização no território.

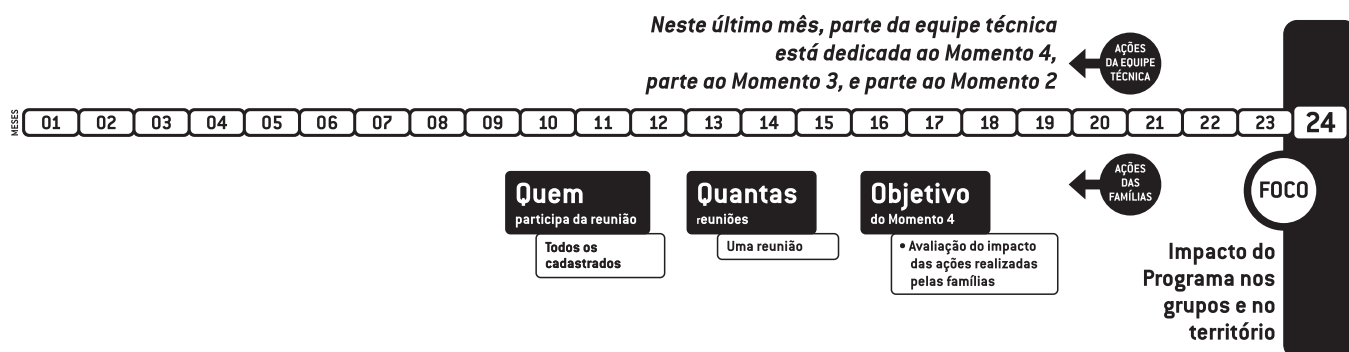
Para o décimo quarto mês, prevê-se uma forma de os grupos apresentarem as possibilidades com que trabalharam na região. Isso significa socializar as ações coletivas já construídas no período. As atividades podem ser de natureza variada, como: teatro, música, atividades desportivas; feira: artesanato, culinária, produções artísticas; painéis das “lutas e conquistas” que se iniciam, que se efetivaram, entre outras. Do décimo quinto ao vigésimo terceiro meses continua o acompanhamento em grupos temáticos de sessenta pessoas, com o suporte da dupla técnica, uma vez por mês, até o término do programa. A função da dupla será acompanhar os grupos quanto à continuidade de ações e inclusões em novas possibilidades e formas de socialização no território.

Esses grupos poderão ser reorganizados conforme os resultados da socialização no território: pessoas poderão ir para outro grupo (mudou seu interesse). Além do representante, outras pessoas da família poderão participar das atividades. Um exemplo: cada membro poderá estar num grupo temático. Os grupos estarão sob atenção dupla: do PFF e dos programas de outras secretarias no território.

4.º Momento: Avaliação de Impactos [24.º mês]

O foco é a socialização do impacto do PFF nos grupos e nos territórios. O objetivo é fazer o balanço com a população residente e avaliar o impacto das ações construídas pelas famílias.

Momento 4 Avaliação de impactos



As duplas técnicas farão o acompanhamento e a avaliação do impacto do Programa, para o que utilizarão técnicas de comunicação de massa.

É necessário fazer a atualização do cadastro das famílias (modelo integrante do SIGS) para verificar qual foi sua trajetória dentro dos grupos temáticos de processamento de políticas públicas e nos programas em que foram inseridas. Esse é também o momento de proceder ao desligamento das famílias.

Em páginas anteriores (49, 55, 63 e 65), foram apresentados quadros-resumo dos quatro momentos do trabalho com as famílias, e dos focos relativos às funções das duplas técnicas no processo. Com essa forma de visualização, pretende-se facilitar a compreensão do movimento e dos aspectos fundamentais da metodologia de trabalho com famílias em grupos socioeducativos.

Com relação ao processo contínuo de inserção de novas famílias e grupos ao longo do Programa, o quadro da página 55 permite uma adequada visualização.

Estrutura e gestão

Um documento como este, destinado à explicitação do desenvolvimento do trabalho socioeducativo, não pode deixar de reforçar a necessidade de se contar com estrutura e mecanismos de gestão adequados.

Desde o estabelecimento do convênio, há muitos aspectos a cuidar: fixação das condições de financiamento; atribuições e produtos da parceria; estabelecimento claro das datas de pagamento de salários e de outras verbas, com sanções em caso de não-cumprimento; previsão de verba para manutenção de condições adequadas dos ambientes destinados às reuniões; análise prévia dos territórios, demandas e políticas públicas; busca e articulação de parceiros institucionais; disponibilidade de equipes administrativas, rede de computadores, material para gestão e para o trabalho socioeducativo, espaço físico e atenção

a questões logísticas; viaturas com segurança: conhecimento do PFF e das regiões pelos motoristas; previsão de planos/formas de segurança para a equipe de campo⁴⁵.

O sistema de monitoramento e avaliação do processo de trabalho deve estar implantado desde o período de implementação do Programa, produzindo resultados parciais e finais⁴⁶.

Referências bibliográficas

- BARÓ, Ignacio M. *Psicologia social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA, Editores, 1989.
- CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. "Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira", in *Rev. Ser Social*, v. 1, nº 12, p. 165-190, Brasília: UnB, jan./jun. 2003.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil — o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, M. C. B. de [org.]. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.
- DIAGONAL URBANA e Secretaria de Assistência Social — PMSP: "Relatório Analítico — Renda Cidadã", São Paulo, jul. a nov. 2002.
- FONSECA, A. M. M. da. *Família e política de renda mínima*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IEE/PUC-SP. Desafios da Gestão Pública. Documento interno. São Paulo, 2003.
- IPEA. LAVINAS, L.; VARSANO, R. Programas de Garantia de Renda Mínima e Ação Coordenada de Combate à Pobreza — Texto para discussão nº 534. Rio de Janeiro, 1997.
- LUFT, J. *Introdução à dinâmica de grupos*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- PEREIRA, P. A. P. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família, in: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995, nº 48, p. 103-114.
- PFF/SP/SP. "Atribuições e Responsabilidades da Equipe — Resposta à solicitação do Conselho Gestor de 8/4/2003" elaborado pela Equipe de Metodologia. São Paulo, 29/4/2003.
- _____. "Sistematização final sobre o trabalho socioeducativo com famílias. Documentos específicos para cada uma das áreas gerenciadas nos Módulos da UNICSUL, UNISA e PUC-SP. Elaborados pelas gerentes regionais e assistentes técnicos. São Paulo, nov. 2003.
- RIVIERE, Enrique P. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SARACENO, C. The Ambivalent Familism of the Italian Welfare State, in *Social Politics*, 60-82, University of Illinois, USA, Spring, 1994.
- SEADS — Governo do Estado de São Paulo: "Resolução 20/01, de 16/11/2001" de instituição do Programa Fortalecendo a Família.
- SEGALEN, M. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1999.

⁴⁵ Para recomendações relativas a esse tópico, consulte o texto nº 11, do Volume 2, de GUIMARÃES, C.

⁴⁶ Sobre esse aspecto, consulte o texto nº 15, do Volume 2, de ARREGUI, C. C.; PAZ, R.; WANDERLEY, M. B.

tha, O motivo pelo qual eu estou li-
 do esta carta é para vocês saber da
 situação aqui em Capazeiras
 viz de eu souberse que aqui n-
 ão tinha mais a situação não era não
 não teria vindo pois eu estou no li-
 araba um lugar sofrido que
 as para nelas e os dias for
 nada fácil viver aqui.

viz de eu não consigo, um e
 o final do mês de Junho eu irei em
 al nem que eu tenha que pedir 200
 migos que eu tenho aí em São Pau-
 não dar para mi viver, Vêo só d-
 ão mãe recebe 200, reais para R
 3 pessoas contando comigo e com
 e para volê saber mesmo como sa-
 s aqui eu vou te explicar, um K
 e custa 9 reais, um Butijão de gás
 seis, um pacote de arroz de 5 Kilos
 o, 1 Kilo de feijão 2,80, 1 pão lu-
 avos, alícal 2, reais 1 Kilo, irra

Relatos da Metodologia Vivida



Marta Silva Campos

Apresentação

Estão aqui reunidos momentos significativos da construção metodológica operada no cotidiano do trabalho dos grupos e das equipes. Sua apresentação se deve ao reconhecimento da necessidade de explicitar concretamente o modo como foi conduzido o processo da ação socioeducativa, visível nas próprias relações estabelecidas entre coordenadores e representantes das famílias.

A seleção dos relatos foi orientada visando destacar as ações básicas a serem desencadeadas em programas dessa natureza. O formato final é fruto de um mergulho na documentação fornecida pelos vários Módulos integrantes do Programa, em busca de registros e imagens mais expressivos e representativos de tudo que foi realizado. Uma viagem partilhada com o responsável pelo projeto gráfico, Francisco Homem de Melo, que compreendeu a natureza do objeto desta publicação.

No tocante ao desenvolvimento do trabalho nas áreas, foram priorizadas técnicas, temáticas e atividades que ultrapassaram os limites de alguns poucos grupos, na medida em que a percepção dos resultados autorizava um direcionamento mais geral*. Em outros casos, foram reunidas experiências pontuais, nas quais é possível visualizar a perspectiva de ações análogas. Entre os dez relatos apresentados, está incluso um não diretamente ligado ao trabalho com as famílias, mas voltado a outro ponto estratégico do processo: a formação continuada do corpo técnico.

Na medida do possível, procuramos situar o contexto de cada uma das ações compreendidas, por três motivos que devem ficar muito claros.

Em primeiro lugar, a propriedade do emprego de determinadas estratégias e técnicas, em qualquer trabalho que se pretenda socioeducativo, está sempre vinculada à avaliação e ao respeito de sua oportunidade nos tempos e espaços das pessoas envolvidas.

Em decorrência da adoção desse princípio, o que foi feito nas situações específicas enfrentadas pelas duplas de coordenadores, bem feito e aqui refletido, assume obrigatoriamente um caráter inspirador, sinalizando linhas e formas essenciais para outras criações, em novas situações.

Em terceiro lugar, fizemos isso considerando a importância de estampar o mais claramente possível as condições das famílias participantes. Essa postura vem ao encontro da riqueza da ação desenvolvida pelo Programa quanto a mostrar o atual contexto socioeconômico e cultural das famílias de baixa renda, freqüentemente desconhecido em sua particularidade e singularidade, e fator imprescindível para o desenho de qualquer programa social

* Esta forma foi conceituada como “tema único”: abordado em quase todos os grupos de uma dupla de coordenadores, valendo-se de uma preparação prévia, relativamente uniforme quanto a conteúdo e abordagem. Contrapõe-se, enquanto forma de organização do trabalho, aos temas diversos para grupos distintos, com dinâmicas e conteúdos variados. (RODRIGUES, A. V. PFF, ago. 2003.)

de intervenção na área da família. Com igual importância, enseja visualizar o pano de fundo em que se estabelecem as relações produzidas por esses participantes e as duplas coordenadoras, especialmente o do compromisso com o destino das famílias e o tom — entrevisto nos bilhetes, nas cartas, nas expressões orais usadas em reuniões — ao mesmo tempo respeitoso e próximo, sobretudo centrado na certeza de que se trata de aprender e ensinar, simultaneamente.

Certamente, nem todas as contribuições significativas puderam ser aqui relatadas, majoritariamente por razões ligadas à impossibilidade do tratamento da documentação disponível, tendo em vista sua publicação em prazo tão exíguo.

Faltavam, algumas vezes, dados complementares importantes. No entanto, em virtude do término do Programa, as pessoas capazes de fornecê-los nem sempre estavam disponíveis, ainda que muitas outras tenham se excedido em paciência e competência quando solicitadas a colaborar. Ao organizar com a maior rapidez possível esse material, adotei em alguns casos a própria redação e disposição dos relatórios, limitando-me a homogeneizar a escrita. A autoria dos trabalhos realizados está sempre explicitada. Outras publicações deverão seguir-se, para revelar e comentar conteúdos importantes e renovar o que aqui consta.

O conjunto de elementos explicativos aqui apresentados acaba por colocar a ambição deste capítulo: recuperar, ainda que tardiamente, o vínculo entre as sínteses metodológicas e os instantes que cumulativamente as possibilitaram. Nó essencial, que foi esgarçado no curto tempo de nossa vivência no Programa, sem que entretanto tenha deixado de estar lá, conforme bem atesta a leitura conjunta dos capítulos deste livro.

Construindo as condições de convivência do grupo

Elementos do contrato grupal*

Para atender às expectativas, necessidades e características com que cada participante se apresenta, ao se iniciarem as reuniões são empregadas algumas técnicas buscando estabelecer um movimento inicial de acolhimento a todos e promover ativamente o conhecimento mútuo. É básica a criação de espaço adequado para a apresentação pessoal, os membros dos grupos identificando-se pelos nomes, ou apelidos, revelando o que esperam do Programa e do grupo, contando de onde vêm, e o que mais quiserem. Além da “rodada” de apresentação na reunião, algumas técnicas foram empregadas.

Crachás personalizados

Utilizando cartolina, barbante e canetas coloridas, os participantes devem preparar seus crachás, usando desenhos que considerem representativos de algum aspecto de sua pessoa. Depois, devem apresentar-se, explicando os significados contidos no desenho. Durante a reunião, cada participante usa seu crachá.

Bola de jornal

Com uma folha de jornal na mão, cada membro do grupo se apresenta, diz o que acredita ser o Programa e o que espera dele. Em seguida, enrola o jornal até formar uma bolinha e a passa para o vizinho, que da mesma forma acrescentará sua folha de jornal, colocando a primeira bolinha no centro dela, envolvendo-a, até formar outra bola, maior, e assim por diante, até que todos façam. Forma-se, então, uma grande bola, que simbolicamente reúne todas as contribuições.

Os resultados obtidos com as duas técnicas acima descritas são tanto a afirmação da identidade pessoal — fundamental para o estabelecimento das relações grupais — como a primeira percepção de problemas, expectativas, qualidades e origens comuns.

Contando também com a diversidade entre todos e certo irrealismo nas esperanças, é preciso sempre equacionar isto em conjunto com o grupo. Daí o estímulo ao processo de estabelecimento de formas claras de convivência, um tipo de contrato grupal.

Normas de convivência

O contrato grupal é escrito — de preferência num cartaz ou papel — de acordo com as sugestões do grupo, respeitados os objetivos e dispositivos fixados no Programa, que devem ser explicitados pela dupla coordenadora. Esse contrato é a base usada pela dupla para decisões sobre dúvidas e problemas que surjam, instituindo um vínculo direto com cada participante. Uma das questões mais constantes diz respeito à justificativa das faltas.

Filipeta de retorno

Para ajudar no cumprimento de datas e horários, e para lembrar o local das reuniões, criou-se a filipeta de retorno, entregue a cada um dos participantes. O modelo mostrado na página 75 foi utilizado no Módulo UNISA.

Escolha do nome do grupo

Para o desenvolvimento do vínculo grupal e, simultaneamente, para a própria gestão do Programa aumentar os elementos de identificação do grupo, foi estimulado um processo de “Escolha do nome do grupo” por seus próprios membros, de acordo com seu desejo e ritmo.

* Técnicas aplicadas pela Equipe Santo Amaro / Módulo UNISA, sob a gerência de Maria Elisa Barbosa de Almeida. A maioria destas técnicas foi adotada em todo o Programa. As duas primeiras foram registradas no Núcleo Cidade Júlia.

**ESPERANÇA
MULHERES GUERREIRAS
SOSSEGO
PAZ E AMIGOS
ESTRELA DA MANHÃ
APOIO À FAMÍLIA
SONHO MEU
UNIDAS VENCEREMOS
BEIJA FLOR
MULHERES SEPARADAS E FELIZES
FORTALECER
RAIO DE LUZ
SOLUÇÃO PARA TODOS
NOVA VIDA
OPORTUNIDADE
CIDADANIA
AGORA É QUE SÃO ELAS**

“ Determinamos nosso nome
depois de muitas reuniões.

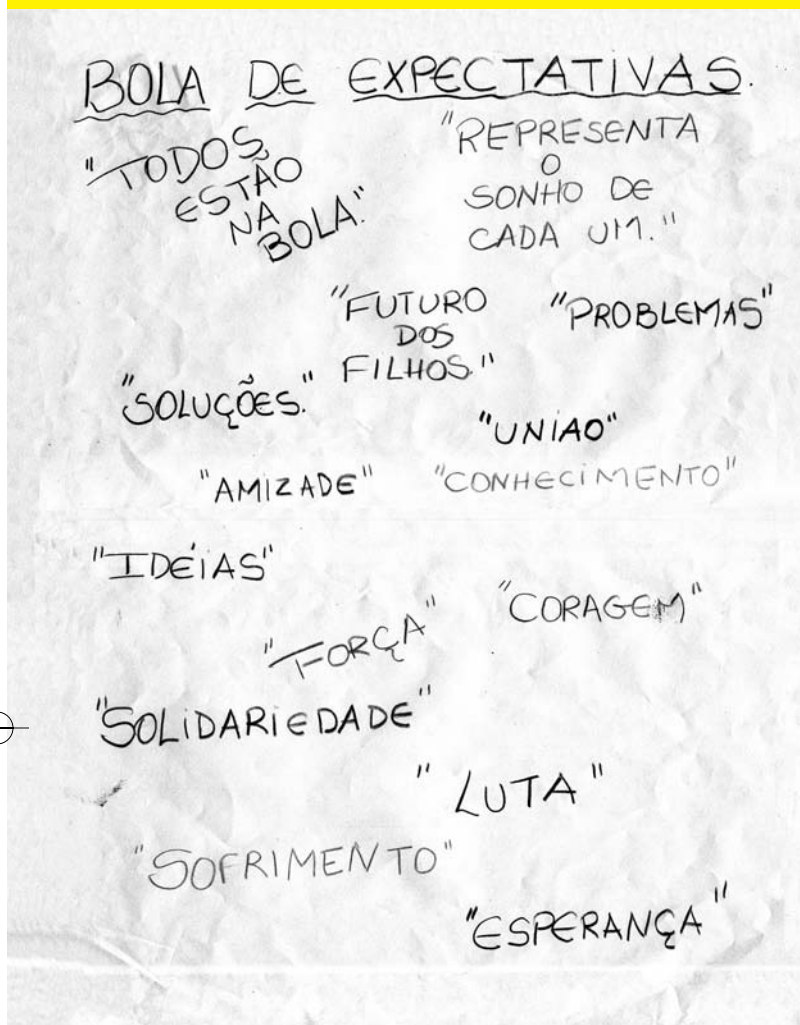
Nomes de alguns dos grupos

PROGRAMA FORTALECENDO A FAMÍLIA

NORMAS DE CONVIVÊNCIA

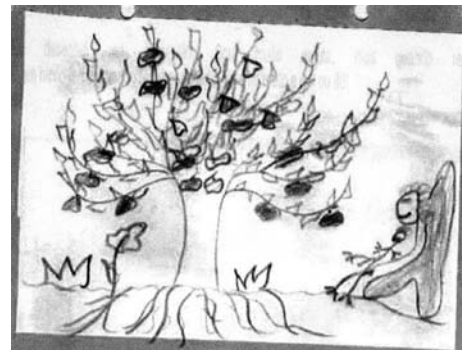
**EVITAR ATRASOS
TOLERÂNCIA DE 10/15 MINUTOS
NÃO PERMITIR GRANDE NÚMERO DE FALTAS
PRESTAR ATENÇÃO NO QUE ACONTECE NAS REUNIÕES
PERGUNTAR, PEDIR OPINIÃO
MANTER SIGILO DOS CASOS PESSOAIS CITADOS NAS REUNIÕES
NÃO FUMAR E NEM SAIR DA REUNIÃO PARA FUMAR
NÃO É PERMITIDO BEBIDA ALCOÓLICA NAS REUNIÕES**

ELABORADAS POR GRUPOS DE CIDADE JÚLIA — SANTO AMARO



Cartaz resultante da dinâmica da "Bola de jornal"

“ A árvore é o que tem os pés no chão, eu tive uma boa educação, os frutos são o que eu vou passar, lembro do dia em que minha mãe morreu, era um lugar que nem esse... Eu sentei perto de uma macieira para chorar...”



“ Pessoas dando as mãos para esquecer aquela Guerra... Pessoas assim sem pensar em briga e violência.”



Outros textos explicativos de desenhos nos crachás

“ Sonho ter uma casa com um grande Jardim para meus filhos brincar, para eu ter liberdade, para eu fazer um almoço, que eu sempre tenho que fazer de porta fechada...”

“ Eu desenhei um escorpião. Sou muito quieta, mas quando resolvo... É um bicho feroz, quando resolve atacar... Vive no mato e é 8 ou 80!

“ Pensei num carneiro e saiu um pinto! O carneiro é como eu, está sempre dando cabeçada mas nunca cai, caindo e se levantando...”

“ Eu nunca desenhei.”

CARTÃO — FILIPETA DE RETORNO
PROGRAMA FORTALECENDO A FAMÍLIA

GRUPO: _____

LOCAL: _____

HORÁRIO: _____ **DIA:** _____

JANEIRO _____ **e** _____ **JULHO** _____ **e** _____

FEVEREIRO _____ **e** _____ **AGOSTO** _____ **e** _____

MARÇO _____ **e** _____ **SETEMBRO** _____ **e** _____

ABRIL _____ **e** _____ **OUTUBRO** _____ **e** _____

MAIO _____ **e** _____ **NOVEMBRO** _____ **e** _____

JUNHO _____ **e** _____ **DEZEMBRO** _____ **e** _____

13

Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sáb

Dr. Luiz e Tati

Hoje não vou poder comparecer a reunião, pois fiz uma cirurgia na sexta-feira e estou sem poder fazer movimento algum. Lamento por não poder ver vocês + uma vez pois tenho muito carinho por vocês.

Dia da Primeira Execução do Hino Nacional (1831) * Dia do Jovem

Por isso desejo a vocês um feliz natal e um próximo ano novo que todos os seus desejos se realizem pois vocês merecem, por serem pessoas tão maravilhosas muito obrigado.

no verso

Dia Internacional do Café

Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sáb

14

Bilhetes de justificativa de ausência às reuniões

“ Hoje não compareci à reunião pois tive que resolver um negócio. É porque estou planejando trabalhar em casa com telemensagem e para fazer telemensagem preciso de uma conta bancária. Então, como fiquei sabendo que na Caixa Econômica estão abrindo conta até com um real fui lá para tentar abrir uma e ainda nessa semana estarei com minha telemensagem funcionando. E foi com o dinheiro do Renda Cidadã que consegui comprar o kit da telemensagem. É por isso que pedi para J. me representar e na próxima reunião explicarei tudo direito. Obrigado. Ass. V.

“ T., estou comunicando que não posso ir à reunião hoje. Por um motivo, estou indo ao hospital, que a visita é de apenas uma hora. Peço, por favor, pra você justificar a minha falta e mandar o papel da próxima reunião! Obrigada, um abraço, da A.

Aprofundando as relações grupais na programação dos encontros

Mão, Cabeça, Coração*

Esta técnica foi usada tanto para avaliar e fortalecer os laços afetivos dos participantes como para fazer o planejamento, com os próprios grupos, dos futuros encontros, dentro de eixos temáticos escolhidos a partir de interesses comuns.

Consistiu em solicitar aos membros do grupo, divididos em torno de quatro subgrupos, compostos por aproximadamente cinco participantes, que fizessem três desenhos, utilizando folhas separadas: numa delas, fazendo o contorno de uma mão pousada sobre o papel; na segunda, uma cabeça, e na terceira um coração. Deviam ainda escrever:

- **na mão:** o que o subgrupo tem a oferecer;
- **no coração:** que sentimentos estavam construindo em relação aos demais;
- **na cabeça:** que idéias gostariam de trocar durante a caminhada do Programa.

Cada grupinho discutiu suas idéias para construir as respostas e depois fez coletivamente os três desenhos.

Depois de terminada a atividade, cada coordenador de grupo apresentou os produtos para todo o grupo, organizando-se um painel para troca de opiniões sobre eles. À medida que o levantamento dessas opiniões era feito, a dupla coordenadora ia registrando no quadro-negro o que era comum. A discussão levou ao estabelecimento de prioridades no ordenamento dos temas e a seu detalhamento, de acordo com uma seqüência definida como lógica e considerando as solicitações mais vivas e urgentes.

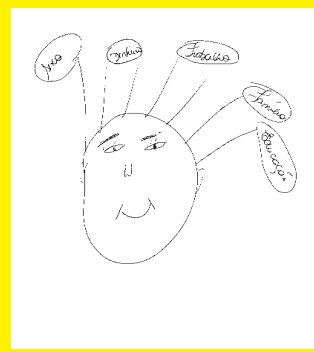
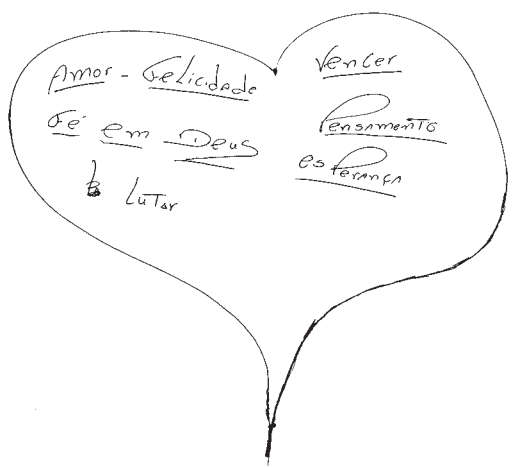
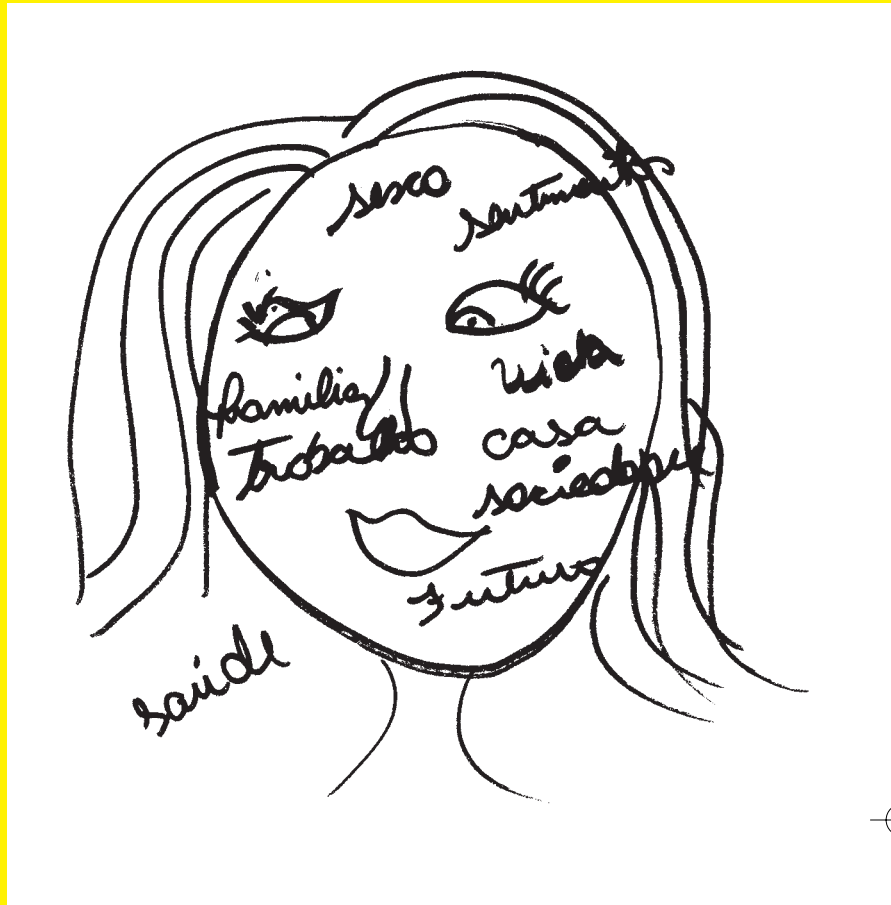
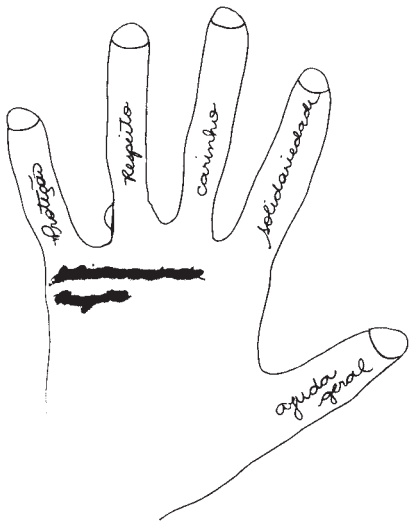
Este trabalho foi desenvolvido simultaneamente em dez grupos, totalizando 192 representantes das famílias, e teve como resultado o estabelecimento de um eixo temático comum, dada a constância dos assuntos levantados. Uniu todos em torno de um programa, baseado tanto no aprofundamento das relações grupais

como nas idéias sobre o que realmente queriam conversar nas reuniões. O conteúdo planejado para discussão foi dividido em dois módulos: a dimensão interna e a dimensão externa. Como primeiros temas, os relacionados a: auto-valorização, condição feminina, destacando o amor; desejos contidos; projeto de vida; papéis da mulher na sociedade; mulher cidadã; Dia Internacional da Mulher; sexualidade feminina e saúde da mulher. No segundo módulo, família e cidadania.

Este processo se iniciou em outubro de 2002, momento em que os grupos passavam pela criação do vínculo e havia uma “tempestade de idéias” sobre o que fazer. Estendeu-se até o final do ano de 2003, quando se encerraram as reuniões. Esta técnica fez parte da estratégia relativa à construção de um “pacto de convivência” do grupo, indispensável ao desenvolvimento do trabalho socioeducativo.

Material utilizado: folhas de papel ofício, canetas e painel, cordão ou qualquer superfície para exibição dos desenhos. A atividade foi também fotografada.

* A atividade foi adaptada para uso específico no planejamento da construção do grupo por Teodora Torres, assistente social coordenadora dos grupos, a partir da técnica “Em cada lugar uma idéia”, do livro *Aprendendo a ser e a conviver*, de Margarida Serão e Maria Clarice Baleeiro / Projeto Crescer e Ser. Reforça a reflexão sobre os sentimentos de cada componente do grupo e a sua relação com a caminhada a seguir no programa, com a convivência dos próximos meses. Foi desenvolvida em conjunto com Tiago Campoy (inicial) e Jamila Casimiro Pereira (final), estagiários de Psicologia, na região do Campo Limpo (Jardim São Luiz e Piraporinha).



Ver reprodução ampliada na p. 20

Ver reprodução ampliada na p. 144

Situando a história do grupo na história das famílias e de suas expectativas

Dinâmicas das pegadas e dos pés

*O corpo da gente precisa dos pés
para sustentar. Sem eles, não anda.*
Participante do Programa

A força dos pés foi elemento-chave de duas técnicas utilizadas, com um significado distinto em cada uma delas.

Pegadas*

Esta técnica foi utilizada dentro do processo contínuo de avaliação, realizado ao longo de todo o trabalho socioeducativo. O processo de avaliação foi sempre acompanhado de dinâmicas facilitadoras, em geral bem aceitas, já que consideradas pelos grupos capazes de tornar as reuniões mais divertidas e interessantes — “quebrando a rotina”, segundo eles.

A técnica das pegadas foi desenvolvida com 10 grupos da área de Guaianazes na fase final do trabalho, quando se iniciava o processo de desligamento dos participantes. O objetivo era permitir a todos avaliar sua “caminhada” dentro do Programa, tanto individualmente como em grupo. Levou à expressão de aspectos das vivências e atividades do grupo, e deu oportunidade à reflexão ampla acerca dos fatores percebidos como influentes no alcance dos objetivos propostos.

Foram distribuídas duas folhas de papel sulfite para cada participante, solicitando-se que traçassem nelas o contorno de seus dois pés. A seguir, foi pedido que listassem, no contorno do pé esquerdo, as dificuldades percebidas no Programa, e no do pé direito, os avanços. Depois, cada participante leu sua produção, colocando as folhas no chão, e assim formando um caminho. Terminadas as apresentações, foi feita em conjunto uma análise dos resultados. Ao final, todos foram convidados a acompanhar a coordenadora, percorrendo o trajeto formado pelos trabalhos — os pés desenhados e espalhados pelo chão de maneira a construir uma trilha —, e que, simbolicamente, estavam representando a “caminhada” no Programa.

Esta dinâmica continuou na reunião seguinte, quando, a partir do desenho de um par de pegadas gigantes, no qual foram registrados, separadamente, avanços e dificuldades, conforme explicitados na ocasião da “Dinâmica das Pegadas”, o grupo voltou à avaliação.

* A técnica foi adaptada pela psicóloga e pedagoga Denise Andere e desenvolvida em conjunto com a estagiária de Serviço Social Cacilda Modesto de Almeida.

** A técnica foi adaptada pela Equipe Santo Amaro / Módulo UNISA e desenvolvida em Cidade Júlia, Mata Virgem e Santa Amélia.

Cada pé tem uma vida e uma história pra contar.

Pés**

Nesta técnica, o pé foi usado para retomar a origem dos representantes das famílias, enquanto início das atividades de reconhecimento e apropriação do território onde as famílias moram hoje.

Cada integrante desenhou seu pé no papel kraft, apoiando-se no chão, e escreveu nele seu nome e local de nascimento. Em seguida, os cartazes foram fixados e cada um contou brevemente o histórico de sua vida, antes e depois da chegada ao bairro, e o porquê de sua vinda (cerca de 56% das famílias são originárias do Nordeste): “Esse é o meu pé, ele veio comigo pra aqui desde 1980, da Bahia, e hoje eu estou aqui apresentando esse pé pra vocês...”.

A técnica propiciou a todos a oportunidade de compartilhar saudades de momentos felizes da infância, e de relembrar as dificuldades antes e depois da chegada a São Paulo. O sonho contrariado de uma vida melhor pôde ser expresso e compartilhado, ajudando a superar o desagrado e o conformismo com o território onde se vive agora, com seus recursos insuficientes, vizinhos indesejáveis, e aparência degradada, como freqüentemente relatado nas reuniões. Para as duplas coordenadoras, possibilitou o levantamento da naturalidade das famílias e o aumento da compreensão do significado da mudança das famílias para São Paulo, e das condições em que foi feita.

Todos são pés, mas são diferentes.
Participante do Programa

A técnica faz com que a recordação do passado vivido venha à tona carregado de emoções, reeditadas pela pessoa, oferecendo um solo fértil para a valorização individual. Ao mesmo tempo em que cada sujeito conta sua trajetória de vida, põe à disposição do grupo um enredo para identificar-se, ou diferenciar-se, fortalecendo a importância de ser e de compartilhar com o grupo condições de vida que passam a ser vistas como caminhos das possibilidades humanas.

O tempo para desenho dos pés foi de aproximadamente 30 minutos, sendo de três horas o de apresentação (no mínimo duas reuniões), para que cada participante pudesse contar sua história. A atividade ocorreu em 25 grupos, envolvendo representantes de 500 famílias. O material utilizado foi papel kraft, canetas hidrográficas de 12 cores e fita crepe.



Foto: Denise Costamilan Andere

“Minha vida não tem muito o que contar, porque é muito triste. Vim de Alagoas para cá e pretendo morrer aqui, porque trabalhei muito na roça e nunca consegui nada, aqui também só consegui um barraco.

“Eu pensei que ia chegar na rodoviária e já estava em casa, mas tive que viajar muito, pegar um ônibus, pegar outro e todos olhavam e falavam: “isso é aqueles nordestinos, que vêm chegando com estas malas”.

“Porque viemos do interior e lembramos muito a vida lá, picada de boi, lavar roupa no sol, plantação, deixar as pessoas lá... às vezes morre e não se vê mais!

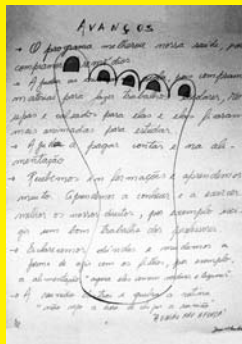
“Minha casa no Pernambuco era grande e ninguém sentava na minha cama... aqui em SP todo mundo chega e senta na sua cama... Até hoje eu sou revoltada com gente que senta na cama, cama é um lugar sagrado da gente dormir!



Ver reprodução ampliada na p. 1



Ver reprodução ampliada na p. 16



Ver reprodução ampliada na p. 102



Ver reprodução ampliada na p. 104

Produzindo e valorizando conhecimentos e significados do “lugar”

Ações de territorialização*

Muitas foram as técnicas criadas ou adaptadas para o reconhecimento, pelos participantes, do território onde vivem e de sua percepção quanto às relações construídas com ele ao longo de sua experiência. Seguem descrições de algumas delas.

Pintar o mapa

Esta atividade consistiu em construir um mapa do território de residência dos membros do grupo, colando-se as páginas pertinentes de um guia (Mapograf), e colocá-lo à disposição dos participantes, solicitando que nele fossem pintados: as ruas onde moravam; as casas de cada um e os diversos equipamentos do bairro. Os resultados foram: a descoberta dos vizinhos da mesma rua; ajuda mútua na tarefa, relativamente difícil se considerarmos o fato de muitos não saberem ler e a necessidade de domínio do mapa enquanto representação, além da insuficiência do registro de algumas ruas.

Escrever ou desenhar o caminho de casa até o local da reunião

Com auxílio do mapa, as pessoas, em grupo, situavam suas casas e, identificando nele as ruas por onde passavam para chegar à reunião, iam escrevendo os nomes delas. Também iam localizando os recursos encontrados pelo caminho. Os resultados foram: a “medição” da distância de suas casas até o local da reunião e a descoberta de caminhos comuns utilizados; uma visão mais de conjunto do território. Dificuldades, as mesmas anteriores quanto ao uso do mapa e o fato de não serem encontradas as vielas, muito usadas para cortar caminho. Com o desenho do mapa, a tarefa é semelhante, sendo traçado o caminho, e situados as casas e os recursos.

Linha do tempo

Consiste em fixar um longo papel na parede, sobre o qual cada participante colocará seu pedaço de cartolina — onde escreveu o nome, origem e tempo de residência no território — na seqüência dos anos, começando com a primeira pessoa a chegar ao bairro. Ao colocá-lo, ele conta como encontrou o local, em todos os seus aspectos. E assim sucessivamente. Ao término, temos uma grande linha do tempo com a história das famílias e do território. Também falam sobre onde nasceram e moraram até chegarem e do porquê de terem vindo. Pode-se ainda separar as pessoas de acordo com a década em que chegaram e pedir que reúnam as informações sobre como era o território na época: moradia, transporte, infra-estrutura urbana, violência, entre outras, e façam um cartaz. A duração é de duas a três reuniões. Como desdobramento, pode-se ainda propor a confecção de cartazes, com colagem a partir de fotos de revistas, mostrando como era “antigamente” e como está hoje. Um trabalho pode ser desenvolvido sobre os sonhos de criança, os desejos e o que foi feito deles, para troca de idéias em subgrupos. O assunto sensibilizou os participantes, que recebiam apoio do grupo: “Filha, enquanto o coração bate, há tempo...”. Os resultados são a reconstrução da história do território, como vista pelos moradores e sua apropriação pelo grupo. Entre os participantes, aumenta a identificação e a valorização da participação: “Conto das vigílias para se conseguir o terreno do Hospital...”

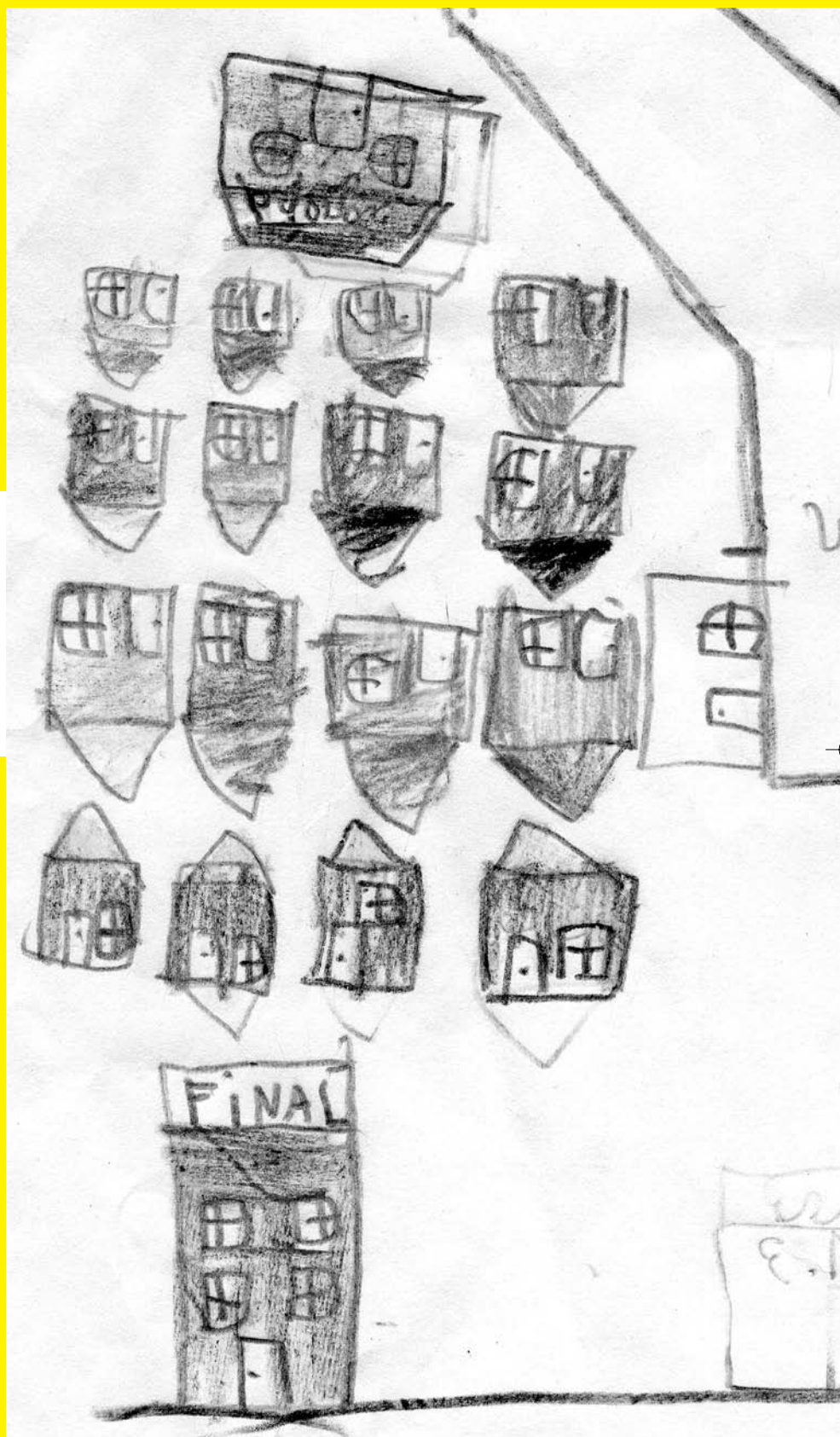
* Técnicas aplicadas pela Equipe Santo Amaro / Módulo UNISA, sob a gerência de Maria Elisa Barbosa de Almeida.



Ver guia de ruas pintado na p. 4

“ Nossa!!! Já pintaram meu bairro, então tem gente do outro grupo que mora perto de mim e eu nem sabia.

Participante da Capela do Socorro



Caminhada pelo território

Para além das representações, uma técnica foi a de percorrer fisicamente o território com o grupo, incluindo os participantes nas visitas a famílias não localizadas, ou passando por suas próprias casas, e sobretudo descobrindo a localização dos serviços, e posteriormente visitando-os. Também foi o caso das visitas a locais objeto de preocupação do grupo, como depósito de lixo, córregos, áreas de mananciais habitadas, entre outros. Ainda visitas a associações de moradores e conhecimento de lideranças. Demandou esforço — “isto é algum tipo de penitência dos diabos?”, indagado sob risadas — especialmente na companhia de crianças pequenas. “Caminhada é saúde e fortalece a família”, na assertiva do coordenador. Os passeios locais, com piqueniques, ou brincadeiras em parques, reforçaram as relações grupais, com o lanche compartilhado, a conversa e a descontração. Nas “Caminhadas Fotografantes”, cada um tinha direito a tirar uma fotografia.

Como resultados, podemos ressaltar: serviços foram “descobertos” (internet pública, inclusive para acesso a programas sociais; cursos de alfabetização de adultos mais próximos; atendimento especializado de saúde, como, por exemplo, no acesso à vasectomia dentro de trabalhos de planejamento familiar, entre outros), e alguns passaram a ser usados. Esse encontro entre demandas e ofertas de oportunidades tende a otimizar os recursos. Desse conhecimento originou-se também a discussão sistemática sobre as questões do cotidiano no território, inclusive de acesso a esses recursos. Em grande parte dos grupos, um tempo da reunião era sempre reservado a essa troca de conhecimentos e opiniões. Desenvolveu-se a crítica latente à situação de carências, propiciando o início de alguma organização, embora ainda de forma incipiente, como a fundação de uma associação de moradores, a participação no Orçamento Participativo, a adesão a movimentos reivindicatórios.

De uma situação de consciência generalizada em relação ao desconhecimento da região, passou-se a uma sensação de valorização das informações pelos participantes, à medida que iam se situando. Para os que moram em favelas ou em áreas rurais, este processo adquiria um significado maior. Com o uso do mapa, com as incursões pelo território, com a troca de informações sobre recursos disponíveis, com as histórias contadas acerca do bairro e de suas mudanças ao longo dos anos, com as opiniões sobre o que é morar no local, os conhecimentos foram aparecendo e se interligando, sendo respeitados coletivamente. Além do progresso quanto ao objetivo final visado — reconhecimento e apropriação do território —, o pertencimento ao lugar ganhou positividade, aprofundando o interesse por mais informação, gerada simultaneamente ao reforço das relações afetivas nos grupos. Pelo fato de as ações de territorialização terem sido desenvolvidas de formas assim diferenciadas pelas duplas coordenadoras, o tempo dispendido foi muito variável. Partindo do acúmulo propiciado pelo trabalho feito e de alguns elementos avaliativos, pode-se definir um período de dois meses de trabalho como suficientes para seu desenrolar.



Desenho de Cristiana E., participante do Grajaú. Ver reprodução ampliada na p. 2-3



Desenho de Janeide Boaventura dos Santos, participante do Grajaú. Ver reprodução ampliada na p. 22

“ Quando fiz o desenho de casa até o grupo eu descobri que é importante a gente observar o bairro onde mora. Prestar atenção em pequenos detalhes, que às vezes a gente não vê. Me senti uma criança que fez o primeiro desenho na escola. E achei que eu posso ser criativa, útil, apesar de não ter muito estudo, mas posso falar do meu bairro, como ele é, e o que necessita.

Participante do Grajaú

Reconhecendo na prática os direitos de cidadania

Expressão de demandas, conhecimento de recursos locais, promoção de ações coletivas

As estratégias e técnicas para avanço da perspectiva dos direitos de cidadania no Programa foram muitas e diversificadas. Entretanto, procuraram sempre fazer a montagem das condições básicas para que ela se desenvolvesse: a explicitação das demandas das famílias, na medida do conhecimento de suas necessidades e do respeito às aspirações; a aproximação das fontes de recursos locais capazes de corresponder a essas demandas, especialmente no tocante ao conhecimento dos serviços disponíveis — suas características, localização e alcance; a articulação de pessoas, movimentos e organizações, no sentido da melhoria da qualidade de vida.

Paralelamente se fez a apresentação e o debate da legislação e Declarações que consagram direitos construídos historicamente, frutos de lutas e organização. Uma plataforma de direitos deriva, então, simultaneamente, das necessidades do cotidiano, incluindo a compreensão e o sentimento das pessoas sobre sua importância, do conhecimento da legislação e normas que jogam um papel de apoio às lutas, e da oportunidade de se lançar em reivindicações dentro dos diferentes campos de expressão da política social.

O processo inicia-se geralmente pela manifestação em forma de queixas, de insatisfação e mesmo revolta com a distância entre sua realidade e os direitos legal e moralmente reconhecidos. Foi básica a vinculação das ações por direitos ao processo de territorialização. Ao desencadear uma ação coletiva em relação à questão da saúde, com o sugestivo nome **Participação faz bem à saúde**, a equipe técnica de Campo Limpo considerou que “não se trata apenas de efetivar mais uma parceria para articulação com a rede local de serviços, mas é uma ação que vai além, na medida em que a política de saúde está estruturada enquanto inscrita na lógica do território. Daí sua importância estratégica.”

O início dessa ação vinculou-se justamente ao aparecimento da saúde como um tema que sensibilizava e interessava à maioria dos grupos. Havia

comentários e muitas queixas em relação à qualidade do atendimento do hospital, único dos recursos de saúde dotado de atenção secundária e terciária na região, e o relato de vivências de descaso e humilhação, com perda e demora de exames periódicos de prevenção, negligência ou despreparo de profissionais e falta de medicamentos, no caso das UBSs. Há um certo sentimento de injustiça, mas nenhuma proposta de ação. É ativada a discussão de temas de saúde de interesse do grupo: gravidez na adolescência, prevenção de DSTs, métodos contraceptivos, uso de drogas, alcoolismo, entre outros. Também se coloca o conceito de saúde como direito para debate e se esclarece sobre os canais institucionalizados de representação popular existentes no SUS.

Só com palavras, os técnicos não encontram eco nas famílias — cuja história é marcada por uma longa exclusão de direitos —, sempre responsabilizadas individualmente pelos problemas. Sem raízes no local, e também desprovidos de recursos de transporte e tempo destinado especialmente a essa ação geral, os técnicos não têm possibilidade de empreender um movimento mais amplo. Vai potencializar sua força o encontro com o pessoal das UBSs, com objetivos convergentes, afinidades de princípios, disponibilidade, além de vivência na região.

Há que superar o fato de que, no primeiro momento, a equipe do PFF aparece ao pessoal da Saúde como porta-voz das queixas da população. Também não está familiarizada com a dinâmica político-institucional local.

Em parceria com a Coordenação de Saúde da Região, a Gerência Regional de Campo Limpo realiza um trabalho de identificação dos endereços de residência das famílias agrupados por área de abrangência de cada UBS e um levantamento por amostragem de quantas famílias conheciam seu agente de saúde. Visitas são preparadas nas UBSs, entre as equipes de saúde das Unidades de referência da maioria das famílias atendidas pelo Programa e a Gerência Regional do PFF/SP/SP.



Autoria: Grupo Raio de Luz, de Sapopemba. Ver reprodução ampliada na p. 8-9

São Paulo, 25 de junho de 2003.

O mau atendimento nos hospitais públicos!

Isto que eu vou te contar parece mentira, mas não é!

No Hospital Geral de Guaianazes as pessoas doentes são obrigadas a entrar em uma fila para fazer uma ficha, pois os acompanhantes ficam do lado de fora. As atendentes demoram para fazer uma ficha de atendimento médico, porque muitas vezes estão conversando. Nós, pacientes, mal nos agüentamos em pé e ali ficamos até a boa vontade deles.

Você pensa que tudo acabou! O pior está por vir! Quando o doente entra na sala do médico, depois de muita espera, à procura de soluções para a sua doença.

Nós nos sentimos um lixo.

Muitas vezes entramos na sala do médico, ele pergunta o que você tem. E você responde: dor de barriga, vômito, diarreia e febre.

De quantos graus? 39° a 40°.

Ele não te examina e fala: É psicológico! Bom, se você não estava doente, você acabou de ficar!

Isto não só acontece neste hospital, mas lamentavelmente isto acontece em muitos outros hospitais públicos.

Talvez uma solução que possa dar certo. Todos os pacientes entram acompanhados de uma pessoa. Só aqueles que vierem sós, podem entrar sozinhos. Os médicos e atendentes deverão ter um acompanhamento psicológico. Ter nos hospitais uma caixa de sugestões e uma ficha de como foi seu atendimento, com várias perguntas.

Exemplo:

Como foi seu atendimento pelas atendentes?
Ruim () bom () ótimo () porque...

Os hospitais deverão ser vistoriados ocultamente. Os hospitais deverão sempre ter conversas entre eles, ou seja, os que administram os hospitais, para assim saber como os outros estão conseguindo melhorar esta situação que não dá mais para agüentar."

Participante de Guaianazes

Famílias do PFF são recebidas nas Unidades Básicas de Saúde do Jd. São Luiz

A visita foi voluntária, da parte das famílias, e coletiva, de acordo com a Unidade de referência. Mostrou-se principalmente um espaço de conversa entre profissionais e usuários dos serviços, muito diferente do que acontece no momento em que esses usuários ocorrem, tensos, em busca de assistência médica, especialmente a de urgência.

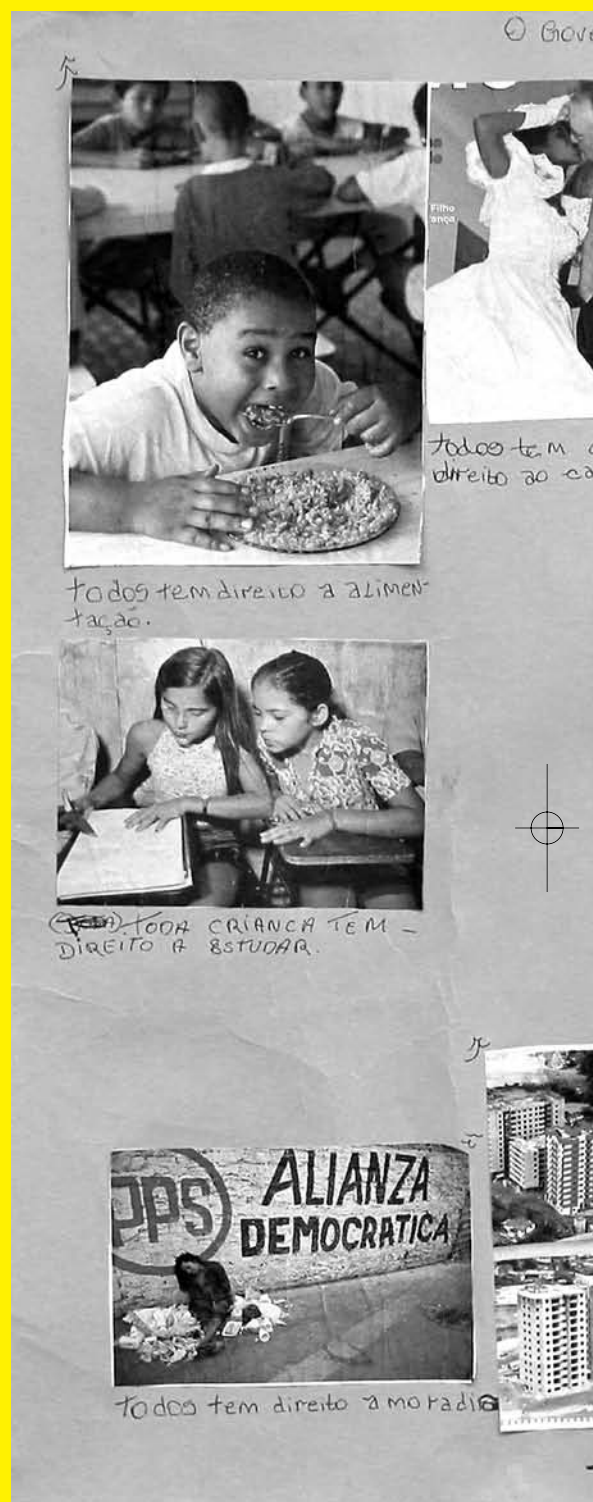
Nas reuniões dos grupos, aproveitou-se a experiência dos que foram à UBS para fazer ressoar os ganhos de participação. Assim, num dos grupos, em que apenas duas pessoas haviam ido, contrastaram-se as experiências, concluindo-se que aqueles que não foram assim agiram por não acreditar que participar mudaria alguma coisa. A reflexão sobre os motivos desse descrédito e as possibilidades de mudança resultaram na marcação de nova visita à Unidade.

Como resultados, além dessa nova postura, houve uma mudança da imagem do Programa na região, com a aproximação de muitas organizações, como o Fórum de Mulheres, o Fórum de Assistência Social, paróquias e organizações não-governamentais. Foi possível também localizar e quantificar os participantes de cada UBS, e suas questões específicas. A partir dessa participação, verifica-se um interesse maior de muitas entidades públicas e particulares pelo contato com a população atendida. A forma como foi abordada a temática da Saúde facilitou o enfrentamento de outros temas recorrentes nos grupos, entre os quais o da geração de renda.

A atividade ocorreu entre de junho e setembro de 2003, abrangendo 150 famílias, com a coordenação da Assistente de Gerência Rejane T. Coelho, a gerente regional Regina M. Ignarra e a equipe de técnicos e estagiários do Jardim São Luiz.

Em todas as áreas do Programa, no sentido do reconhecimento e promoção dos direitos, incorporou-se o conhecimento dos participantes sobre o tema, estimulando produções, tais como cartazes, manifestação em textos e discussões, sobre todos os direitos de cidadania gradativamente reconhecidos pelos grupos.

Os cartazes exemplificam o processo de construção de uma cidadania por meio do desenvolvimento da "consciência do direito a ter direitos", na expressão de Lefort (Apud TELLES, V. da S., 1994), do direito de inventá-los e de lutar pelo seu reconhecimento, nas mais variadas expressões nascidas das necessidades, da sociabilidade e da cultura. Amplia-se a concepção dos direitos para além do conjunto daqueles reconhecidos legalmente, no qual as pessoas precisam ser incluídas: além disso, elas podem participar da própria redefinição desse quadro, articulando politicamente dimensões dos anseios de múltiplos direitos concebidos a partir do cotidiano dos vários grupos da população.



GOVERNO NÃO ENSINA OS DIREITOS PARA GENTE COM MEDO DE A GENTE ACOBRIAR



todos tem que ter direito ao casamento



Todo MUNDO TEM DIREITO A REMÉDIO DE GRAÇA



todo idoso tem direito a uma boa aposentadoria



todo mundo tem direito A LAZER



todos tem direito a empregos



DIREITO A PAZ



moradia



cidadania
Hora de
Toda criança tem direito a estudar e brincar e não a trabalhar.

Representando a família a partir de suas gerações

A construção da árvore genealógica pelas próprias famílias

Aline Guerrieri Moreira*

Esse trabalho consistiu em propor aos participantes dos grupos a construção de sua árvore genealógica, com o nome das pessoas da família — dos avós aos netos —, a partir do fornecimento de um padrão já desenhado. Com auxílio do quadro-negro, foram explicados os símbolos utilizados na disposição da árvore e o objetivo da construção, passo a passo, pelo grupo. A atividade foi desenvolvida em janeiro de 2003, com nove grupos, envolvendo 176 representantes das famílias. Foi feita após a realização de no mínimo quatro reuniões, fundamentais para o esclarecimento das características e metas do Programa e estabelecimento de vínculos, e durou duas reuniões.

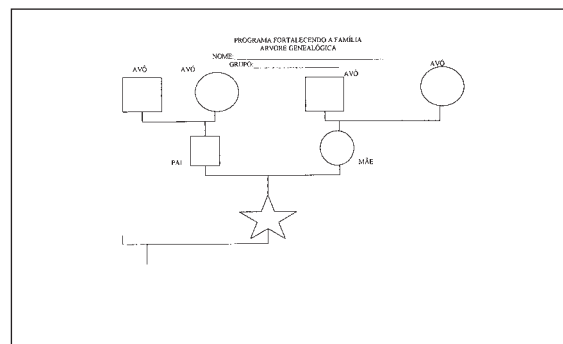
Enquanto desenhavam, os participantes tiveram a oportunidade de resgatar suas origens e visualizar seu presente, refletindo e expressando-se sobre suas famílias, a saudade da infância, a dificuldade em aceitar a morte de familiares, o significado de separações e as diferenças entre a realidade vivida pelas várias gerações. A abertura para o registro gráfico do nome do companheiro, com o uso do termo *união* — combinado com o grupo para designar a união que gerasse filhos ou não —, tornou possível a discussão do significado da paternidade na vida dos mesmos. Muitas se sentiram valorizadas por poderem representar os companheiros, mesmo não sendo legalmente casadas. Os que não sabiam escrever receberam ajuda de outros integrantes.

Muitas árvores foram levadas com orgulho para casa e mostradas aos filhos. Várias informações desconhecidas na primeira reunião — como nome dos avós e datas de nascimento — foram trazidas voluntariamente, na segunda reunião, freqüentemente após consulta aos mais velhos. O material, considerado pelos participantes um documento muito importante, lhes foi devolvido no encerramento do ano de trabalho, como combinado.

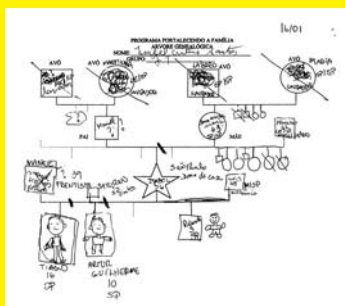
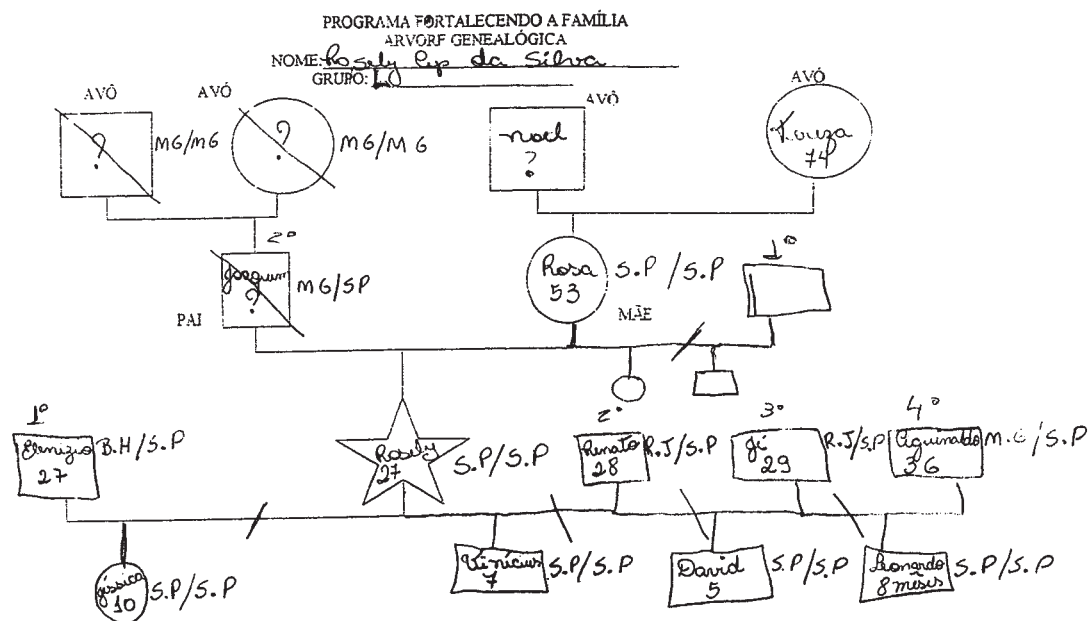
* A técnica foi elaborada e desenvolvida pela assistente social da Equipe Santo Amaro / Módulo UNISA, Aline Guerrieri Moreira, gerente da equipe da Capela do Socorro / Módulo UNISA e professora da Universidade de Santo Amaro; aplicada em conjunto com a estagiária de Serviço Social, Kátia dos Santos Silva.

Ao final de cada reunião, houve um momento para avaliação grupal. A técnica teve como resultado o reavivamento da memória do encadeamento das gerações, origens e futuro de sua família, como ela é, e a valorização desses elementos para si e para a criação de seus filhos. O reconhecimento do desconforto com o que seria a “desintegração” familiar, por não se enquadrarem nos padrões da família tradicional, permitiu uma primeira reflexão sobre a distância entre a “família real” e a “família ideal”. Foi estimulada entre os participantes a discussão sobre o sentimento de pertencer a um grupo social claro e o entendimento, pela visualização dos desenhos dos companheiros do grupo, de que cada família é única e não existe um modelo a seguir. A árvore foi também fonte de compreensão de importantes aspectos vividos pelos participantes, tais como: imigração, valores culturais, profissionalização, gerando subsídios para futuras discussões com os grupos.

A estratégia básica desta técnica é ativar a memória para a compreensão da influência que têm as histórias dos relacionamentos familiares anteriores quanto à realidade atual da vida e dos valores dos participantes. Assim, estes podem se situar em relação à instituição familiar e, concomitantemente, ao mundo.



Material utilizado: papel sulfite, com o modelo inicial xerocado, e um lápis para cada integrante. Os grupos atingidos foram de famílias provenientes de Cidade Dutra, Grajaú, Marsilac e Parelheiros.



Ver reprodução ampliada na p. 14

- “ Acho engraçado ver no papel a estrutura de minha família.
- “ Percebo que minha mãe me afastou de meu pai por não se darem bem. Me sentia só. E hoje não conheço muito a história da minha família. Procuro hoje fazer diferente aproximando minha filha do seu pai mesmo não estando mais com ele.
- “ Não vai caber porque tenho muitos filhos... não vou colocar o nome do pai porque são filhos de vários pais diferentes e o pessoal do grupo vai saber.
[Falou baixinho para os coordenadores, e outras integrantes do grupo ouviram e se identificaram com ela].

- “ Fico feliz de me ver na árvore da minha neta. [A neta também integrava o grupo e fazia sua própria árvore.]
- “ Mesmo os ex-maridos têm a ver com a nossa história.
- “ Fazer o quê? Sem ele não teria a minha filha.
- “ Família não precisa ter relação de sangue. No meu caso, sou só eu e meu filho, e agora minha comadre também é da família... Tenho irmãos do outro casamento... Os meus irmãos não me tratavam bem... Eu achava que eu não era da família... Hoje eu acho que não... eu me dou bem com eles, me sinto querida.

Ampliando a compreensão da identidade feminina dentro da família

“Ser mulher é...”*

Considerando a presença feminina majoritária e a desigualdade de tratamento de gênero dentro da família, a tematização da identidade feminina se impõe para o trabalho socioeducativo.

O objetivo da técnica foi ampliar a compreensão dessa identidade, partindo de como ela se apresenta para as participantes, proporcionando, entre outros aspectos, reflexão acerca das relações de gênero dentro do grupo familiar.

A discussão sobre o assunto foi preparada em reunião anterior, com a exibição do filme *Acorda, Raimundo*, seguida de debate. Consistiu em estimular a troca ampla de opiniões sobre o tema, entre os membros do grupo, a partir da apresentação da frase “Ser mulher é...”, escrita num cartaz. Às participantes solicitou-se que escrevessem num papel uma frase que a completasse. Terminada esta tarefa, as participantes foram divididas em quatro subgrupos, de quatro a cinco pessoas cada um, com a responsabilidade de integrar as frases de todo o subgrupo à primeira, escolhendo os aspectos relevantes e comuns levantados. Finda tal atividade, todo o grupo se uniu novamente para ler a produção conjunta.

A técnica, reunindo a expressão de pontos de vista individuais, de pequenos grupos e do grupo inteiro, teve como resultado a filtragem de um pensamento de todos. Tal resultado é especialmente importante no caso do tema tratado, dado o envolvimento pessoal intenso dos participantes, o processo de transição que a posição da mulher na sociedade vem apresentando, resultando em certa ambigüidade das opiniões: é “bom” que a mulher seja “dominadora” ou “responsável por tudo no lar”, por exemplo?

“O que é ser mulher”

O mesmo objetivo foi procurado em técnica semelhante, que constituiu em estimular os participantes a escrever pequenos textos sobre a condição da mulher, refletida na questão “O que é ser mulher?”. O tema foi debatido antes e depois da atividade. As trocas alimentaram a seleção posterior de outros temas de interesse específico para as mulheres, entre eles as “conquistas femininas”; os tipos de trabalho que hoje desenvolve; vestuário; superação de preconceitos; violência doméstica; encargos da mulher como cuidadora da família; cuidados específicos com sua saúde, tratados nas reuniões subseqüentes. Também alimentaram a crítica sobre a disponibilidade e a qualidade dos serviços de saúde na região, apontando para a mobilização das participantes e da população local, no sentido de sua melhoria.

* A primeira forma da técnica foi aplicada em oito grupos da região de Guaianazes, envolvendo cerca de 160 participantes, durante os meses de julho e agosto de 2003, sendo desenvolvida em conjunto pela psicóloga e pedagoga Denise Andere e pela estagiária de Serviço Social Cacilda Modesto de Almeida. A segunda atingiu nove grupos, durante cinco reuniões em média, num processo desenvolvido pela psicóloga Sandra Carvalho e pelo estagiário de Serviço Social Luiz Antonio Küll.

BOM

MULHER é
 FORTE, VITORIOSA
 DOMINADORA
 RESPONSÁVEL.
 TRABALHADORA.
 PODEM ESTUDAR.
 É MUITO UNIDA À
 SEUS FAMILIARES.
 SABE SE DEFENDER
 SOZINHA.
 TEM OPINIÃO PRÓPRIA
 AMA SEMPRE SEUS FILHOS
 Deus NOS AMA!...

**“Vão passando as épocas,
 as mulheres vão querendo mais
 liberdade, e só sobra
 mais responsabilidade.**

Grupo do Jardim São Jorge

“O que é ser mulher?

Ser mãe, guerreira.

Ter o mundo em nossas costas, muitas vezes ninguém pára para pensar que a mulher é muito importante na vida da família. A mulher que escuta, conforta, resolve problemas, multiplica e cuida. Sem a mulher o mundo não iria pra frente. A mulher é mais segura, ela multiplica 5 reais para 10 reais. E educar e guiar nossos filhos para serem cidadãos e ter um mundo melhor. E estar ali na alegria e na tristeza, dos filhos e da família. Isso é ser mulher...

Trabalho feito em grupo, em Guaianazes

“Ser mulher é...

Lutar, vencer obstáculos, ser forte na hora certa, ajudar o companheiro e os familiares. E principalmente, só a mulher tem o dom de gerar um novo ser em seu ventre, mesmo sem a companhia de um companheiro, seja ele falecido ou que abandonou o lar. A mulher, mesmo assim, tem garra de trabalhar e de educar seus filhos fazendo o papel de pai e mãe. Muitas mulheres se sentem pequenas e frágeis diante dos homens e se submetem a viver sendo espancadas, traídas, humilhadas pelos homens, essas mulheres precisam se valorizar mais.

Trabalho feito em grupo, em Guaianazes

Reavivando saberes e habilidades para construção da autonomia e da cidadania

Artesanato e outras expressões

Pedagogia do fuxico

A atividade consistiu em promover nos grupos a confecção coletiva de uma colcha de fuxico, a partir do aprendizado dessa técnica e do estabelecimento de um acordo quanto às tarefas sob responsabilidade de cada membro. O trabalho de produzir seis “quadrados” era então realizado em casa. Com a aceitação por todos de um prazo para que a colcha ficasse pronta, a responsabilidade aparecia claramente e adquiria sentido no grupo. Algumas participantes recorreram ao auxílio da família, incluindo filhos e maridos. Houve ainda cooperação entre os membros para oferecer o material necessário aos que não dispunham dele. A atividade artesanal escolhida utiliza material barato e de fácil obtenção. Quando a colcha ficou pronta, foi decidido rifá-la, pois assim cada um teria oportunidade de vender sua parte.

Um dos objetivos da atividade foi satisfazer a demanda do grupo por uma prática concreta, palpável, principalmente para superar a passividade diante das dificuldades de encontrar trabalho e obter renda. A realidade do desemprego, experimentada por longo tempo, e a discussão recorrente nas reuniões sobre suas causas, difíceis de superar, reforça em todos os grupos a angústia e a desesperança em relação ao futuro.

“Depois dessa reunião, entendi que se eu continuar esperando por um trabalho com registro em carteira pode demorar muito mais para eu conseguir ganhar dinheiro. Entendi que posso fazer alguma coisa hoje.”

Desenvolver em grupo potencialidades individuais, e desse modo unir as capacidades de todos para superar essa situação, pareceu uma perspectiva desafiadora. Tratava-se de criar “com o próprio esforço”, e vender de forma independente. Ao mesmo tempo, afirmando: “Juntas venceremos, pois unidas seremos fortes”. A atividade levou também ao aprofundamento de temas que os grupos já haviam discutido, tais como “Projeto de vida” e “Mundo do trabalho”.

O tipo de trabalho manual escolhido é antigo e cheio de significados, passando de geração a geração, pelo menos desde os avós dos participantes. Dessa forma, permitiu também a recuperação da importância da origem das famílias e de sua trajetória até o presente.

“A perspectiva estratégica básica pode ser traduzida como o estabelecimento do **elo** não só entre os participantes — um compromisso conjunto —, como também deles com suas famílias, e **elo** ainda com os termos abordados”, segundo a dupla coordenadora. Elementos constitutivos do desenvolvimento da autonomia e da cidadania estão presentes no processo percorrido pela atividade.

Foi realizada com dez grupos, envolvendo 200 famílias do Jardim Vista Alegre e Interlagos, em outubro de 2002, tendo sido concebida pela Assistente Social Miriam Valéria Tácito e desenvolvida em conjunto com a estagiária de Psicologia Renata M. Palombo.

Feira em Sapopemba

O processo de realização de um evento público, denominado **O que é que Sapopemba tem?**, envolvendo todos os grupos dessa área, destacou a positividade do desenvolvimento dos talentos — entendidos como saberes e habilidades — dos participantes e de suas famílias, não só para o artesanato, como também para atividades artísticas e para a culinária. Realizado em espaço público, incluiu exposição e comercialização de trabalhos, apresentações, além de uma barraca de informações sobre serviços públicos. Sua organização contou com a participação de 190 famílias, e de representantes de 36 serviços e entidades, além da Subprefeitura de Vila Prudente/Sapopemba.

O clima de cooperação criado resultou na formação de grupos ampliados por interesses específicos, e no aumento da participação das famílias em movimentos sociais existentes na área — na direção metodológica de socialização das ações coletivas no território. A Subprefeitura oficializou uma Feira Permanente de Artesanato nos fins de semana.

A atividade ocorreu entre fevereiro e agosto de 2003, envolvendo de maneira geral o trabalho de toda a equipe técnica, da gerente regional e da assistente técnica.

Ainda que reconhecendo a impossibilidade de a venda de artesanato e produtos culinários fornecer uma renda suficiente, e com debates que tornam isso claro também para os participantes, a confecção de trabalhos manuais foi utilizada no Programa dentro de objetivos mais amplos.

É este também o caso da atividade de ornamentação de ovos por ocasião da Páscoa, associando-se às celebrações de ressurreição, de libertação, e outras de fundo mais antigo, ligadas aos pedidos ou agradecimentos pela abundância das colheitas, pela fertilidade, pela vida. Tematizou-se dessa forma a diversidade de crenças no grupo, respeitando os diversos significados presentes nos costumes.

Técnica desenvolvida por Denise Andere e Cacilda M. de Almeida, em seis grupos de Guaianazes, com cerca de 120 pessoas.

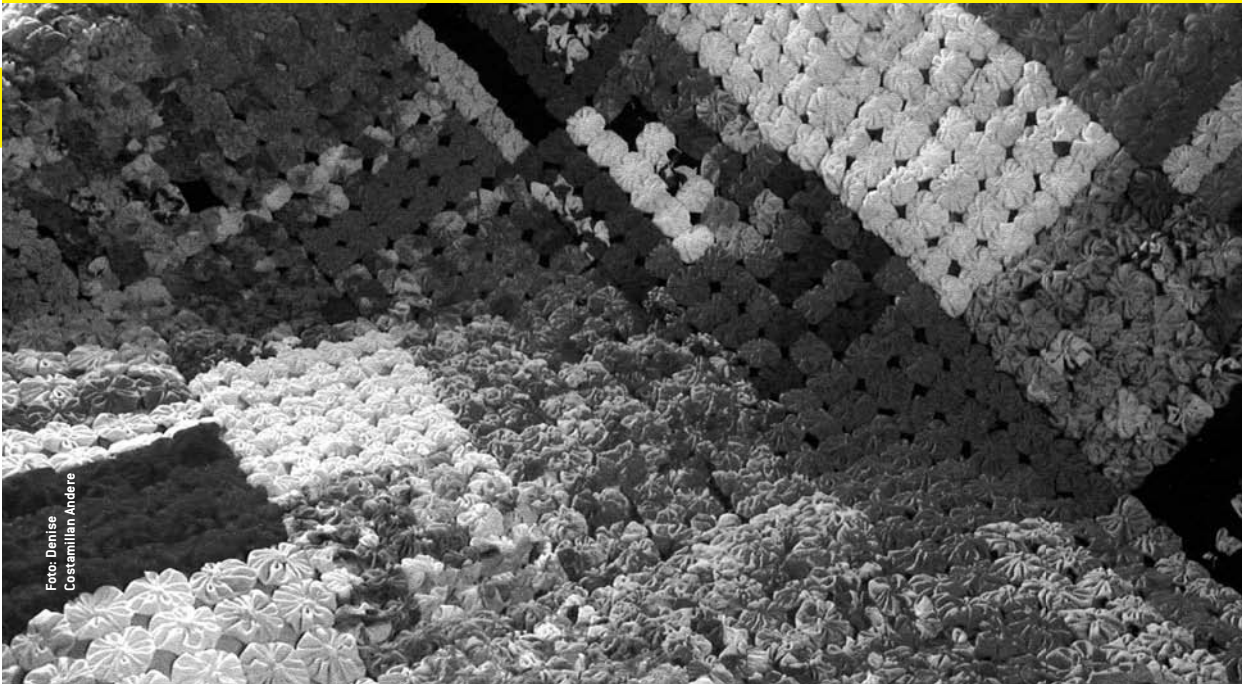


Foto: Denise Costamilan Andere



Técnica artesanal do fuxico.

Autorias: no alto, grupo de Guaianazes; acima, Grupo de Capela do Socorro [ver reprodução ampliada na p. 5].

- “Depois que aprendi a fazer fuxico, fiquei mais unida com a minha filha. Pois ela me ajuda e podemos conversar mais.
- “O fuxico lembra a minha infância. Eu lembro que quando eu era pequena eu ficava admirada olhando uma colcha de fuxico que tinha na cama da minha tia.
- “Faço fuxico com a minha mãe enquanto assistimos a novela. Ela faz as bolinhas e eu vou unindo.
- “É como se cada uma de nós fosse um fuxico; se nos uníssemos, poderíamos fazer muitas coisas para ganhar dinheiro.

Técnica artesanal de marmorização em cascas de ovos.

Realizada em Guaianazes.



Foto: Maurício Andere

Expandindo as experiências para além do território local

Oportunidades de lazer e cultura

“... sequer há praças para a gente sentar e conversar...”

Participante do Programa

A falta de espaços públicos de convivência na periferia da cidade não atinge apenas a possibilidade de encontrar locais confortáveis para as reuniões dos grupos. Ela se faz presente em muitos outros sentidos, em particular quanto ao desenvolvimento de atividades de lazer e cultura em geral.

A estratégia de ação para aumentar as possibilidades de fruição das oportunidades culturais e de puro divertimento baseou-se em várias atividades.

Os grupos como espaço de descontração e lazer

A “rotina” dos grupos buscou sempre apoiar a livre participação, facilitada pelas dinâmicas. Quando possível, entre tantas situações difíceis trazidas, era aberto espaço para a expressão dos “sonhos”, a realização de brincadeiras, trabalhos manuais criativos, passeios, piqueniques, visitas a equipamentos culturais próximos, festas tradicionais, entre outras oportunidades de conagração no território, a partir de informações trocadas nas próprias reuniões dos grupos.

A divulgação da programação cultural da cidade

Foi colocado mensalmente à disposição dos participantes um boletim, com agenda de espetáculos, relação de bibliotecas, cursos, oficinas, atividades recreativas e esportivas, especialmente os disponíveis na região, e também na cidade, quando importantes. Elaborado pela Assessoria de Comunicação e Atividades Culturais e Sociais — ACACS, destacou e chamou a atenção para a programação gratuita, ou de baixo custo, bastante numerosa em São Paulo. O boletim foi amplamente distribuído e bem acolhido, sendo mesmo referido pelos participantes o “repasso” de suas informações para parentes e vizinhos, e o aproveitamento das oportunidades sugeridas, até com organização de saídas coletivas.

Os passeios

Foram organizados passeios reunindo participantes de vários grupos, que assim se integraram para alcançar o espaço maior da cidade, nos sentidos já previstos no convênio: “ampliação do universo cultural, social e informacional das famílias”, e “acesso a bens, recursos e serviços produzidos pela sociedade, disponíveis nas regiões e na cidade”.

Essa atividade iniciou-se em abril de 2003. Os passeios incluíram locais muito variados, entre os quais museus de arte, de história e de ciências, centros culturais, Parque Ibirapuera e Memorial da América Latina.

Em termos de resultados, constituíram formas notáveis de superação das restrições de oportunidades impostas pelos territórios de moradia, resultando em verdadeiras descobertas, como por exemplo a da avenida Paulista, visitada pela primeira vez por vários dos participantes. As emoções de prazer e alegria pela apreciação do novo estenderam a outros participantes dos grupos e aos familiares o desejo de também usufruir dessas oportunidades.

Constituíram ainda uma experiência de organização alargada, ampliando a troca de informações entre os participantes de grupos diferentes, em ambientes antes negados. Vivenciando a grande desigualdade existente de apropriação da cidade, tenderam a aumentar o nível de aspiração a esta, planejaram voltar, trazer seus familiares, a máquina fotográfica...

Como obstáculo a essas atividades estão seus custos e aspectos organizatórios. Na maioria dos passeios nos quais não havia parcerias externas que auxiliassem no financiamento, era difícil incorporar toda a família. Vários participantes expuseram suas dificuldades para se ausentar dos filhos e da casa por ocasião dos passeios.

Daí a importância de atentar para uma política efetiva que propicie uma rede de equipamentos e programações de lazer e cultura nas periferias da cidade, de modo a permitir o acesso a toda a população. Algo que vá além das essenciais praças “para se sentar e conversar”.



Foto: ACACS/PFF/SP/SP

Grupo em visita ao Parque Ibirapuera.

Comentários sobre as vantagens de ir aos passeios

- “ Na vida da gente não acontece coisa que nós podemos rir direto. De repente tem um passeio e a gente consegue até se distrair.
- “ Conheci mais coisas na cidade que eu não conhecia, e vi quadros da idade de meu pai, que tem 59 anos.
- “ Parece que você entra dentro do quadro e vive a história. A sua imaginação vai longe... tem muita coisa que a mídia não mostra e lá a gente descobre o outro lado... O quadro mostra os dois lados. Pena que foi rápido. As pessoas têm que ir menos ao shopping e mais nesses lugares.
- “ Que lindo esse mapa! Só por ele, o passeio já valeria a pena.

Comentários sobre as dificuldades de ir aos passeios

- “ Eu gosto muito de passear, porque a gente se distrai e se diverte. Mas eu não posso passear porque eu tenho filhos e não tenho com quem deixá-los. Eu não tenho dinheiro para tomar um lanche.
- “ Passear é bom para espairar a cabeça, esquecer um pouco as dificuldades da vida. Gostaria muito de ir a vários passeios. Só que não posso ir porque tenho dois filhos. Não tem quem fique com eles. Como posso falar que vou para um passeio, e não levá-los?



Programa-se com o PFF O seu Guia de Cultura, Lazer e Serviços

PROGRAMAÇÃO MAIO

REGIÃO SUL

O Programa Fortalecendo a Família traz neste mês uma nova programação para você organizar o seu lazer.

Abaixo você vai encontrar um roteiro em que são oferecidas peças de teatro, exposições, filmes, shows, concertos, atividades esportivas e de recreação, etc.

Grande parte da programação tem entrada franca, ou seja, você não vai ter que pagar nada.

No final do Guia não deixe de conferir os cursos, que você poderá se inscrever gratuitamente, e também uma lista de serviços de saúde especializados em Saúde Mental e

Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS.

Não deixe de divulgar às pessoas que você conhece.

TEATRO

• **AUTO DA PAIXÃO E DA ALEGRIA** Relata a aventura de quatro atores de rua que contam os acontecimentos bíblicos. Dir.Ednaldo Freire, texto: Luis Alberto de Abreu, com: Aiman Hammoud, Edgar Campos, Mirtes Nogueira e Luti Angelelli.

Paulo Eiró Av. Adolfo Pinheiro, 765, Santo Amaro. Tel: 5546-0449. Sáb. 20h, Dom 19h. **ATÉ 29/06 - GRATUITO**

• **FIO** Grupo FIO, de Teatro de Marionetes de Curitiba, monta um espetáculo que explora a relação entre o marionetista e o universo da vida urbana, colhendo dados da vida diária de diversas pessoas e os transformando em história. Cada apresentação conta uma história diferente. Apresentações nos dias: **16, 23 e 30/05, sempre às 20h - GRATUITO** - Biblioteca Monteiro Lobato R.General Jardim, 485 Sala Multiuso Centro. Tel: 3256-4122.

• **“QUAL É A SUA?”** Peça de teatro direcionada para a cidadania. Organizada por Diego Produções. **26/05 às 20h - GRATUITO** - Memorial da América Latina - Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 Barra Funda. Tel:3823-4600.

TEATRO INFANTIL

• **A CIA TRUKS TEATRO DE BONECOS**, organiza todos os meses um roteiro de peças infantis e adulto, segue abaixo a programação deste mês:

18/05 - A2CN33C-Um viajante muito especial, com a Cia Metamorfases (SP). - **25/05** A vida de Cachorro, com a Cia Stromboli (SP). - Biblioteca Monteiro Lobato R. General Jardim, 485 Sala Multiuso- Centro. Tel:3256-4122. **SEMPRE ÀS 11h. - GRATUITO**

• **DOMINGO DA CRIANÇA** O Memorial da América Latina organiza todos os domingos, peças direcionadas ao público infantil a partir de 1 ano. Abaixo está a programação deste mês: **18/05** Capelinha de Melão - **25/05** Senhor dos Sonhos - Memorial da América Latina Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 Barra Funda. Tel: 3823-4600. **Todo domingo às 11h- GRATUITO**

• **CIRCULAR-TEATRO** Apresentações de espetáculos de bonecos e de circo-teatro dentro de um ônibus que circula por parques, praças e espaços públicos da cidade. Pq. do Maluco R.Juan de la Cruz, s/nº e sem telefone - Jardim Jabaquara. Todo domingo. **ATÉ JUNHO - GRATUITO**

“A gente não foi só aprender, foi pra se divertir, jogar conversa fora, lembrar um pouco do passado, das travessuras que a gente fazia.

“Nesse dia, a gente tornou a ser criança; eu estava tão feliz que nem lembrava de casa.



Grupo em visita ao Parque Ibirapuera.

Foto: Luciane de Cássia Faria

Depoimento do técnico que acompanhou a visita a uma exposição de pintura

“R. veio sem nenhum de seus 6 filhos. Tem 14 anos a mais velha e 5 meses o mais novo. “E quem ficou com o nenê?”. “A minha filha de 14 anos” (mora só com os filhos). Também não veio com o seu grupo. Diz ela: “Fui representar minha colega (vizinha) na reunião, porque ela está para ganhar nenê e aí resolvi vir para o passeio, ninguém do grupo quis vir”. R. comenta, a propósito da pergunta do monitor, se alguém já havia ido àquele lugar: “Eu nunca nem vim à Paulista. Nunca tinha visto!”.

[...]

O encontro com o passeio, com aquele espaço, com aquela conversa com os monitores, a conversa com a cidade que estava descobrindo, com a arte que estava ali diante de seus olhos.

[...]

R. e L. pareciam estar muito envolvidos com aquele momento. Mas não foram somente eles. Todos, de um modo ou de outro, deram mostras do seu prazer daquele encontro. Adultos, adolescentes e crianças de seis a oito anos comentaram as obras, quando estimulados pelos monitores; opinaram, riram, divertiram-se.

[...]

No meio do caminho alguém perguntou: “Por que marcaram tão pouco tempo assim de 10 ao meio-dia só? Devia ser mais!”. R.: “Aquele grupo não sabe o que perdeu”. “Da outra vez vou trazer meus filhos mais velhos”.

Enquanto descansávamos sentadas:

— Você gostou?

R.: Oô!!!

— Eu também gosto de visitar esses lugares, ver pinturas. É bom né?

R.: É bom porque dá outras idéias... assim...”

Na despedida, em pé no saguão, os monitores agradeceram a vinda de todos, e uma das visitantes, espontaneamente e como se fosse porta-voz do grupo, agradeceu a atenção e expressou o tanto que foi bom aquele tratamento que receberam.

Ana Verônica Rodrigues
Assistente de Gerência de Guaianazes

Acompanhando os momentos da formação profissional

Estudo de casos e uso da documentação

A sabida necessidade de uma formação continuada adquire importância extrema quando se trata de um trabalho que envolve experimentação de formas interdisciplinares de ação, adaptação de conhecimentos e técnicas a realidades pouco conhecidas, contato com situações e relações sociais novas na própria experiência de vida. Ainda que as instâncias e a periodicidade das atividades de formação sejam variadas, elas estão sempre orientadas no sentido de prover conhecimentos e apoio para que o trabalho das pessoas integre positivamente estes elementos, sobretudo promovendo oportunidades de reflexão e construção profissional, a partir das expressões pessoais diante das exigências do trabalho.

Relatório de reunião de acompanhamento teórico-metodológico da Equipe do Campo Limpo em 19 de março de 2003

Em função da repercussão de episódios de violência, ocorridos com as equipes do Grajaú e de Guaianazes, sobre o trabalho da equipe, e seguindo caminho semelhante ao das várias instâncias técnicas e administrativas do Programa, foi proposta e aceita a alteração da pauta desta reunião, para debate do assunto. O objetivo era trocar informações, refletir sobre o ocorrido, partilhar sentimentos sobre ele e verificar formas de ajudar a fortalecer as equipes para lidar com essas situações. Foi proposta uma dinâmica de trabalho que consistiu em três etapas distintas:

1. Cada pessoa deveria registrar numa folha de papel, em mais ou menos dez linhas, como se estivesse narrando a alguém de sua amizade, o que sabia do ocorrido e o que mais havia lhe marcado no episódio.
2. No segundo momento, já com os devidos papéis preenchidos e recolhidos, as pessoas organizaram-se em três subgrupos, de até sete pessoas. Foram distribuídos os textos escritos, para cada integrante dos diversos subgrupos, tendo o cuidado de que cada participante recebesse o material redigido por outra pessoa da equipe. O objetivo era que cada um lesse o material para todos os integrantes do respectivo subgrupo e que discutissem e

registrassem, a partir desses conteúdos, propostas, sugestões e considerações, o que estava emergindo.

3. Enfim, cada subgrupo apresentou o conteúdo de suas discussões para toda a equipe e, com o debate, estabeleceram-se as conclusões e propostas gerais, girando basicamente sobre três pontos:

- a) Normas de Segurança locais e gerais, construídas, de modo a incluir cuidados com: os horários de uso dos veículos e a qualidade destes; a escolha dos locais de reuniões; maior visibilidade do trabalho junto às organizações locais e à população; decodificação de sinais de risco na área e reavaliação dos pontos mais críticos, entre outros.
- b) Ampliação da Informação que é produzida e circula dentro do Programa, para situar suficientemente as pessoas sobre os acontecimentos e procedimentos.
- c) Respaldo institucional: verificação das condições do seguro; restituição dos objetos roubados; oportunidade de transferência de local de trabalho para os atingidos; apoio psicológico e jurídico (preocupação com os que ficaram retidos no seqüestro e na delegacia e assim se expuseram).

Em resumo: cuidar das condições de trabalho de modo a permitir maior tranquilidade para o desempenho de técnicos e estagiários.

Ao mesmo tempo, refletir sobre as condições subjetivas de cada um para lidar com o estresse e o medo, se elas permitem continuar no trabalho, já que os episódios não foram totalmente surpreendentes, nem são facilmente evitáveis: sinais de violência vinham sendo notados no cotidiano de muitas áreas. Medo, confusão, negação ou grande preocupação transpareciam nos bilhetes aos amigos. Valia registrar que com dois fatos no mesmo dia não se podia concluir pela existência de uma “conspiração”. Era preciso evitar a paralisia do medo e o alarmismo, mas não negligenciar os riscos reais (a precaução em evitar o tempo de espera, na rua, tanto por parte do técnico como da viatura, já vinha atingindo o cumprimento do horário de término das reuniões). A maioria das providências sugeridas foi tomada pelo Programa.

A reunião foi planejada e coordenada pelas responsáveis pelo acompanhamento teórico-metodológico da equipe do Campo Limpo — psicóloga Chica Guimarães e assistente social Marta Campos. O registro da reunião foi feito por Chica Guimarães e Rejane Coelho.

“ Marisa,

Ontem aconteceu um caso muito chato no meu estágio, duas kombis foram roubadas. A de Guaianazes foi roubada, mas não fizeram nada com ninguém, só roubaram o carro. A de Grajaú foi seqüestrada com algumas pessoas dentro, os homens estavam armados; e soltaram todo mundo em Guarulhos, mas como a kombi tinha rastreador, ela foi recuperada e os assaltantes presos. Parece que o pessoal do Grajaú há havia recebido algumas ameaças com relação ao local das reuniões. Eu estou com medo, mas nada que me impeça de vir trabalhar. Meu maior problema foi em casa, com meus pais.

“ Carlos,

Após o fato ocorrido com colegas de trabalho fiquei muito assustada, até então não via perigo algum no trabalho que fazemos. Chegando em casa comentei com minha irmã o que tinha acontecido e como fiquei sabendo. Fui cumprimentar uma colega da Zona Leste e esta me contou o que estava acontecendo, ela [colega] estava muito triste porque eram as meninas de sua área. Conversando com minha irmã ela ficou muito assustada e perguntou se esse meu trabalho valia a pena. Eu respondi que eu sabia do tipo de trabalho e eu não tenho medo. Acho que se formos prudentes não há o que temer. Na minha opinião a violência está em todo lugar e sem controle. Portanto estamos inseguras em qualquer lugar, não só nas áreas que trabalhamos.

“ ... fiquei com medo e, depois do episódio, procurei observar as pessoas que estão nas ruas, próximas aos locais onde atendemos.

“ Rita

Aconteceu um lance no estágio que me faz desconfortável, fiquei sabendo que dois carros do Programa que têm diferentes destinos foram roubados. Fiquei sabendo depois das pessoas, só na sexta quando ia a campo. Minha maior preocupação é em relação aos companheiros de trabalho (que não conheço bem), mas soube que estão todos bem. Não enxergo relação entre os roubos (ou prefiro não enxergar), muitos carros são roubados na cidade de São Paulo... de alguma maneira essa atividade cada vez mais se torna um emprego. Em contrapartida algumas pessoas do grupo ficaram preocupadas, inclusive M., C. e R. [pessoas responsáveis pela formação] que foram até a porta nos dar tchau... o que foi engraçado e confortável. No mais, tudo segue...
Abraço.

Documento 1

[...]

Os resultados foram mais positivos do que eu esperava. Mesmo com nossas dificuldades orgânicas na área... tivemos bons resultados para esse primeiro ano no que se refere a uma maior participação no grupo, uma maior expressão, uma maior abertura à alteridade, uma maior percepção das relações de poder na sociedade, não só econômicas, mas principalmente culturais... Minha postura inicial nesses grupos foi a mesma, porém as pessoas de cada grupo, as relações criadas entre elas é que trouxeram o grande diferencial. O quanto o participante se lança na experiência e procura a transformação, acredito, foi o grande diferencial. E, acredito, que o papel do coordenador do grupo é enxergar as potencialidades e facilitar para que emergam... Escolhemos previamente temas para a discussão que servirão de diretrizes para o trabalho no grupo. Propomos o tema e na aceitação deste, passamos a trabalhá-lo... Um outro problema são os pactos e alianças (inconscientes) que fazemos com o grupo sem saber. Às vezes tenho a impressão de que o grupo fala de uma coisa, um sentimento muito bom para velar algo que está ruim e, às vezes sinto que devo compactuar com esse sentimento de felicidade (porque para mim imaginariamente estará bom também) e talvez acabo compactuando em alguns momentos. O problema disso é que o grupo pode ficar numa estereotipia na qual idealiza uma instância ilusória de que tudo no grupo está bom e que fora está mal, ou seja, o grupo adquire um estatuto de simples continência às ansiedades, mas não oferece artifícios para superar os problemas reais do sujeito na região, assim configurando-se uma espécie de bolha, espaço de anestesia, na qual acabamos ficando capturados!... Algo que otimiza muito o trabalho e devemos discutir mais atentamente é o caráter pedagógico das reuniões, no que se refere à transmissão pura de algum tipo de informação. No início eu era um pouco resistente a isso, mas com os bons resultados que a discussão-apresentação de DST teve, julgo que em algumas atividades teremos que ter uma postura um pouco mais diretiva (um bom ponto de discussão)...

Para otimizar o tempo é imprescindível que os técnicos e estagiários possuam informações acerca da região e de programas sociais, para poder informar a população, como também para poder traçar o projeto e limites da atuação... Ter metas coletivas facilitou o meu trabalho, no início eu ficava inseguro sobre o que eu estava fazendo, não tinha muito feedback, depois que uniformizamos um campo de ação conjunto para a equipe, me senti muito mais confortável e produtivo... Um ponto ótimo é a liberdade técnica que os trabalhadores tem em realizar o trabalho prático. Ter a liberdade de inventar um dispositivo singular de atuação para chegar ao mesmo fim, coletivo, da equipe é muito positivo. Assim podemos criar uma diversidade de ações e técnicas singulares a cada um e a cada grupo... Pois, se massificássemos a técnica de intervenção, talvez pudéssemos criar a autonomização da técnica, a sua reificação e mistificação... Os seminários evoluíram quando perceberam que estamos com uma demanda real e ela foi colocada em primeiro plano... A supervisão no antigo molde de 2002 não contemplou os anseios da equipe. Fazer o estudo de caso foi muito rico... Nossa reunião de equipe ainda carece de objetividade nos encaminhamentos e decisões... Felizmente muitas coisas saem... Talvez o que falte é um melhor denominador comum da significação da reunião para o coletivo..."

Domenico Hur

Psicólogo da Equipe do Campo Limpo

Pessoal, isso que falo pode parecer um exagero, mas é que é fácil ser seduzido pelo grupo, ainda mais em casos de dificuldade e ansiedade. Podemos nos lembrar dos estudos de caso que fizemos nas supervisões.

Trecho extraído do *Relatório Anual*, item II.
Avaliação geral do trabalho da dupla.
Região Campo Limpo, novembro de 2003

Documento 2

A periferia da periferia: uma visita a Paraisópolis

“O primeiro lugar que visitamos, e que foi certamente o mais marcante, foi uma creche particular, muito conhecida das pessoas do bairro, de que ouvimos falar. A empreitada até lá, no entanto, não foi fácil. Tínhamos como referência o nome oficial da creche, que, conforme descobrimos, não era o conhecido das pessoas. Então, só depois de muito circularmos com o carro pelas redondezas é que conseguimos nos aproximar da creche. Quando recebemos a indicação que finalmente nos levaria ao local procurado, fosse pela desconfiança de estarmos recebendo mais uma indicação errada, fosse pelo aspecto desabitado da estradinha de terra que deveríamos tomar, descemos pelo caminho indicado alguns metros. No entanto, ao nos vermos sozinhas, em meio a muito capim, voltamos para a entrada da estrada, supondo que estávamos enganadas mais uma vez. Tornamos a perguntar sobre a creche para alguém que estava na rua e recebemos a mesma orientação: descer a ladeira até o final... A creche está praticamente na fronteira da favela com o Cemitério ali próximo. O acesso à creche não era possível de carro; por isso, estacionamos num espaço baldio... Este foi um dos lugares mais precários que já pude conhecer e talvez de boa parte da equipe... A alguns metros das grades que faziam a divisória com o Cemitério, os barracos davam lugar a um enorme depósito de lixo a céu aberto, onde alguns moradores estavam, quando chegamos. A extrema degradação daquelas pessoas, em meio ao lixo, aos ratos, confundidas com o ambiente, me fez pensar sobre como é triste o efeito da capacidade que temos de nos adaptar a situações tão precárias de sobrevivência. O risco de doenças, de acidentes e mesmo de vida é iminente naquele espaço e nas redondezas. Uma chuva forte na cidade certamente poderia levar muitos daqueles barracos e daquelas pessoas ladeira abaixo, direto para o Cemitério, literalmente. Mesmo que seja esta uma coincidência, podemos pensar como reflete a realidade concreta daquelas pessoas o fato de o lugar onde vivem ser concretamente vizinho ao

lugar da morte. De fato, elas estão constantemente no limite entre a vida e a morte, objetiva e subjetivamente e quanto mais próximas do Cemitério, como pudemos notar, mais precária sua condição de vida.

Nós, quando chegamos, nos impressionamos de imediato e um breve silêncio se estabeleceu entre nós. Era como se nos perguntássemos “Será que vamos mesmo?”, já que aquele era apenas o lugar onde parariamos o carro, para aí então podermos seguir a pé na direção da creche. Fomos... seguimos morro acima. Estávamos receosas, talvez por não sabermos o que poderíamos encontrar pela frente, após a experiência da região periférica da favela, mas seguimos subindo. Esta região... não tem ruas definidas nem vielas, mas é sim constituída por barracos de madeirite em sua totalidade. Quem circula por ali passa quase por dentro das casas das pessoas, dentre as quais algumas ficam por ali, fumando um cigarro no espaço entre sua casa e a casa da frente ou conversando com um vizinho. Cruzamos também com algumas crianças no nosso trajeto, que brincavam muito soltas, sem aparentemente estarem sendo cuidadas por algum adulto e, algumas vezes, paravam o que estavam fazendo para nos olhar. Não só as crianças, mas também os adultos paravam de conversar e nos olhavam ou abaixavam a cabeça quando passávamos, chamando atenção para a diferença de classe que se coloca entre nós e eles e que, naquela situação, ficara muito evidente. Nós não estávamos sequer identificadas como profissionais “representantes” da Prefeitura (a não ser no carro), podendo ser, para eles, um grupo qualquer de mulheres de classe média investigando a favela, sem um objetivo claro ou qualquer outra idéia que lhes pudesse ocorrer. Esta questão da identificação (por crachá ou, de preferência, por uma camiseta) nos pareceu, posteriormente, um elemento importante a ser considerado nas próximas visitas. Poderia ser interessante também, para podermos circular de maneira menos invasiva, contarmos com a companhia de alguém do bairro em todo o trajeto, que

pudesse amenizar a preocupação das pessoas quanto às nossas intenções. Tudo isso, ao meu ver, poderia ter sido melhor pensado se esta visita tivesse sido discutida pela equipe... Talvez seja o caso de adotarmos como medida de melhoria da nossa comunicação um registro das reuniões (ata), em que conste tudo o que for discutido e encaminhado e que possa estar à disposição de todos da equipe.

Apesar da riqueza da experiência, nossa caminhada até a creche não durara mais que 10 minutos. Ao chegarmos lá, fomos encaminhadas à diretora, uma jovem, moradora de Paraisópolis... Fomos bem recebidas e, após uma breve conversa, fomos autorizadas a utilizar uma sala da creche, muito apropriada às nossas necessidades. Agradecemos à diretora e nos dividimos em dois subgrupos: um que voltaria para o carro, descendo a ladeira, no qual me inseri; e o outro que iria da creche à União de Moradores a pé, para checar a distância e a viabilidade de realocarmos alguns grupos de um lugar para o outro. Quando nos encontramos... a parte da equipe que continuara a subida a pé nos contou, desolada, que o acesso a pé à creche era muito difícil e perigoso e que não recomendavam que adotássemos aquele como um dos locais de reunião... Acabamos decidindo

então por não usar o espaço daquela creche.

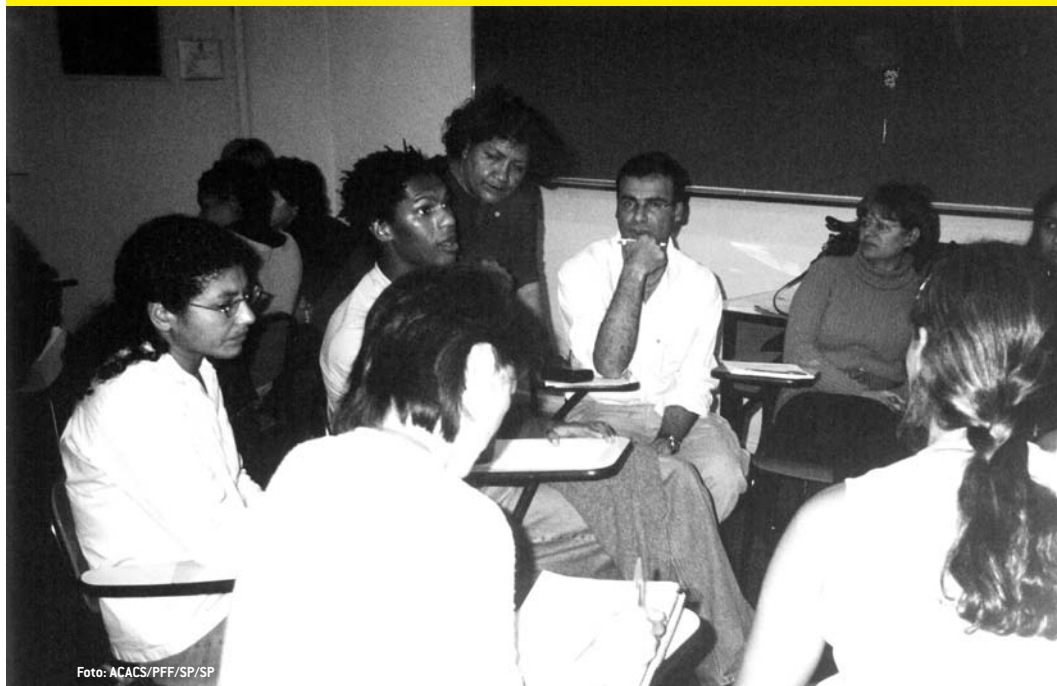
Depois disso, fomos ainda a uma creche pública, a uma paróquia e a um posto de saúde, se não me falha a memória... alguns espaços que poderão eventualmente nos ajudar... numa região mais central de Paraisópolis, menos precária e de acesso mais fácil.

Numa reunião posterior com as moradoras que participam do grupo, este espaço da creche próxima ao Cemitério foi citado por algumas mulheres e percebemos que... é considerado, também por elas, um lugar de maior precariedade. Essa reunião terminou com a manifestação das mulheres de que seu desejo era o de que naquele lugar houvesse uma grande praça com área verde para que pudessem levar os filhos para brincar, começando, ainda que um tanto desanimadas, a delinear algumas estratégias que poderiam ajudá-las a conquistar esta praça.

Foi uma experiência e tanto, antropológica e politicamente, que nos dá a possibilidade de termos uma percepção um pouco mais apurada das pessoas com quem trabalhamos. No nosso Brasil, há mais Brasis do que podemos imaginar. E é por isso que temos que ir lá e ver."

Juliana Breschigliari

Estagiária de Psicologia da Equipe de Paraisópolis



Reunião de técnicos e estagiários.

Gerência do Campo Limpo

AVANÇOS

Referências bibliográficas

→ O programa **morou** nossa saúde, pois compramos **resmas de papel**.

→ Ajudamos **na escola**, pois compramos **materiais para trabalhos escolares**, roupas e **alimentos para elas e elas ficaram mais animadas para estudar**.

→ Ajudamos **as famílias a trabalharem melhor** e **na alimentação**.

→ **Reunimos** **as famílias em formações e aprendemos muito**. **Aprendemos a conhecer e a exercer melhor os nossos direitos**, por exemplo **exigir um bom trabalho dos professores**.

→ **Esclarecemos** **as famílias e mudamos a forma de agir com os filhos**, por exemplo, **a alimentação "agora eles comem verduras e legumes"**.

→ A reunião **distrai e quebra a rotina** "não vejo a hora de chegar a reunião"

"A UNIÃO FAZ A FORÇA"

ALMEIDA, C. M. DE; KÜLL, L. A. Programa Transferência de Renda — Programa Renda Cidadã / Programa Fortalecendo a Família na região de Guaianazes. TCC da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. São Paulo, 2003.

PFF/SP/SP. "A auto-representação da família através da construção de uma árvore genealógica". Módulo UNISA / Cidade Dutra. Aline Guerrieri Moreira e Kátia dos Santos Silva. São Paulo, 2003.

"Como envolver as famílias na construção da cidadania?". Módulo UNISA / Capela do Socorro. Miriam Valério Tácito e Renata M. Palombo. São Paulo, 2003.

"Construindo a cidadania". Miriam Valério Tácito. São Paulo, mar. 2004.

"Desafiando vidas e desejos — Produtos de Guaianazes". Sandra de Carvalho e Silvia Talaballa (orgs.). São Paulo, dez. 2003.

"Diversão e arte no Programa Fortalecendo a Família (SAS-PUC) — Programa Renda Mínima (STDS)". Ana Verônica Rodrigues. São Paulo, abr. 2003.

"Famílias do PFF são recebidas nas Unidades Básicas de Saúde no Jardim São Luiz". Regina Ignarra. São Paulo, dez. 2003.

"Participação faz bem à saúde — Articulando a rede local". Rejane Coelho, Gerência Regional de Campo Limpo. São Paulo, set. 2003.

"Projeto de vida de representantes das famílias: dignidade e acesso a direitos". T. Torres. São Paulo, 2003.

"Quadro-resumo — Metodologia Vivida". Marília Pardini e Patrícia Mortara. São Paulo, dez. 2003.

"Relatório Analítico II — Perspectiva Socioterritorial — Versão Preliminar". Equipe de Monitoramento. São Paulo, nov. 2003.

"Relatório mensal — Guaianazes". Ana Verônica Rodrigues. São Paulo, ago. 2003.

"Sistematização final sobre o trabalho socioeducativo com famílias. Documentos específicos para cada uma das áreas gerenciadas nos Módulos da UNICSUL, UNISA e PUC-SP. Elaborados pelas gerentes regionais e assistentes técnicos. São Paulo, nov. 2003.

TELLES, V. das S. "Sociedade civil e construção dos espaços públicos", in DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 91-102.

João A. Lucchesi

Monitoramento e avaliação do trabalho com famílias

Texto elaborado pela Equipe de Monitoramento do PFF/SP/SP

Carola Carbajal Arregui

Mariangela Belfiore Wanderley

Vergílio Alfredo dos Santos

Dirce Koga

Frederico Ramos

Marcelo Turine

DIFICULDADES

- O dinheiro é pouco e o programa não oferece curso profissionalizante, nem esta básica
- Precisamos de escolas e creches de qualidade, e de local para as crianças ficarem fora do horário das aulas para a gente poder trabalhar
- Faltam lugares em Guaiaranazes para a gente se divertir.
- Muitas colegas faltam por problemas de saúde.

"A UNIÃO FAZ A FORÇA"

Introdução

O Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP, na perspectiva de desenvolver ações de caráter socioeducativo, teve por objetivo “articular a dimensão individual com a familiar, grupal e coletiva, buscando a inserção dos beneficiários no circuito do território e na rede de segurança social”¹. De saída, surgiram duas questões desafiadoras para o trabalho de monitoramento: o aspecto familiar articulado individual e coletivamente e o aspecto socioterritorial.

Esses desafios inseriram-se em um contexto particular do Programa — a megacidade de São Paulo. O PFF/SP/SP caracterizou-se como um programa social de massa, envolvendo aproximadamente 14 mil famílias ou quase 50 mil pessoas, população equivalente a cidades brasileiras de porte médio². Essa dimensão impôs um terceiro desafio ao trabalho de monitoramento: a criação de um instrumental técnico capaz de acompanhar as situações de vida de 14 mil famílias, que fosse tecnologicamente eficaz e ao mesmo tempo eficiente no monitoramento do trabalho socioeducativo.

A área social sempre apresentou resistências ou dificuldades em incorporar instrumentos tecnológicos na sua dinâmica de trabalho, por motivos de capacitação ou mesmo de opção metodológica diante da aparência “artificial” de mecanismos informatizados.

No caso do monitoramento do PFF/SP/SP, o Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — IEE/PUC-SP optou pela ferramenta denominada Sistema de Informação para a Gestão Social — SIGS, dada a sua capacidade de processar grande quantidade de dados cadastrais e armazenar informações do trabalho desenvolvido com as famílias. Produto de projeto piloto desenvolvido no contexto da cidade de Santo André (SP)³, o SIGS apresentava boas perspectivas de funcionalidade e potencial de insumos para análise de resultados e produção de indicadores.

Tendo em vista a proposta do PFF/SP/SP e a necessidade de territorializar as informações sobre as famílias e suas condições de vida segundo o lugar que ocupam, o SIGS passou a incluir dados sobre os territórios de residência das famílias, espalhados por nove distritos eleitos como prioritários. Isso exigiu adaptações na ferramenta informacional, para atender às singularidades da proposta metodológica estabelecida pelo Programa.

Se a vertente territorial permitiu dimensionar a perspectiva particular-coletiva junto ao trabalho socioeducativo com as famílias, a ferramenta SIGS passou a oferecer insumos territoriais que possibilitaram ao monitoramento do Programa gerar análises específicas para cada território, dinamizadas com a introdução da ferramenta do geoprocessamento, com a qual foram construídos mapas temáticos baseados nos bancos de dados do PFF/SP/SP.

¹ Plano de trabalho do Programa Fortalecendo a Família. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Assistência Social. Agosto de 2002.

² Somente 17% das cidades brasileiras possuem população entre 20 mil e 50 mil habitantes.

³ Projeto de pesquisa Fapesp, “Desafios da Gestão Social Pública: impacto social e estratégias de articulação municipal no âmbito do Programa Renda Mínima da Prefeitura Municipal de Santo André — Família Cidadã”. IEE/PUC-SP, 1997–2003.

Para garantir a vinculação social e tecnológica, procurou-se garantir a composição interdisciplinar da equipe de monitoramento, composta por profissionais com experiência em pesquisa de gestão de políticas sociais, construção de indicadores sociais, geoprocessamento e ciências da informação e comunicação.

Ao conhecimento sobre programas sociais de transferência de renda aliou-se o conhecimento sobre a cidade, seus diferentes territórios e dinâmicas urbanas/sociais, marcadas pela desigualdade na relação exclusão/inclusão social. Com base nessa articulação, foi possível gerar um instrumento de monitoramento mais próximo do trabalho socioeducativo desenvolvido pelas equipes técnicas nos seus respectivos territórios e da realidade das famílias envolvidas.

Os desafios colocados pelo PFF/SP/SP permitiram reconsiderar o significado de um trabalho de monitoramento. Neste, a articulação entre a dimensão social/relacional e a tecnologia foi condição intrínseca à metodologia de ação que optou pelo trabalho socioeducativo em programa de transferência de renda de caráter massivo. Assim, o diálogo estabelecido entre as ciências humanas e as ciências da computação foi riquíssimo, possibilitando o aperfeiçoamento das questões relativas ao monitoramento em programas sociais de grande porte.

Apresentação da ferramenta informacional: o SIGS

O SIGS é uma ferramenta informacional com a qual se pode obter uma gestão de informação social eficiente e eficaz, ao auxiliar o monitoramento, sistematização e avaliação de programas sociais.

A ferramenta permite um controle de acesso a diferentes usuários (estagiários, técnicos, gestores, secretários, pesquisadores, entre outros) e auxilia em cadastro, monitoramento, sistematização e avaliação das famílias inseridas no Programa. Engloba um conjunto de instrumentos que facilita a coleta, processamento, armazenamento e distribuição de informações. Isso dá sustentação a planejamento, controle, coordenação e análise da gestão social.

Possibilita cadastrar famílias, criando um banco de dados do programa; acompanhar as famílias cadastradas durante o desenvolvimento do Programa de acordo com indicadores definidos; acompanhar o gerenciamento do trabalho, desde os aspectos relativos ao perfil do público beneficiário até a gestão dos insumos; avaliar os resultados diante das metas estabelecidas e comparar os diferentes programas em função de um núcleo estruturante de indicadores.

Os núcleos de informação do sistema

A estrutura e a organização das informações são armazenadas no sistema pelos núcleos de informações descritos na tabela.

Núcleo de informação	Descrição das informações armazenadas
Instituição	Dados da instituição conveniada e dos serviços/programas que oferece. Cadastro de gestores e usuários do sistema.
Família	Dados cadastrais do titular do benefício e dos integrantes das famílias beneficiárias, coletadas na Ficha de Cadastro, originando um denso banco de dados sobre o público-alvo do Programa.
Grupos socioeducativos	Dados sobre os grupos, reuniões, atividades socioeducativas, disponibilizando modelos de registro de reunião, dados cadastrais dos grupos de famílias e quadros de acompanhamento das atividades desenvolvidas.
Território	Dados sobre os territórios de residência das famílias. Informações sobre serviços/equipamentos disponíveis no território. <i>Link</i> com ferramenta de geoprocessamento que possibilita a construção de mapas.
Relatórios gerenciais	Informações relativas ao Programa, aos territórios de atendimento, às famílias atendidas e às atividades socioeducativas.
Gráficos	Dados cadastrais (estatísticas).
Notícias, eventos, agenda	Informações sobre eventos, atividades e notícias que o Programa disponibiliza para os usuários do sistema.

O SIGS na internet

Um dos requisitos básicos do SIGS é a hospedagem na internet, em que um servidor armazena a base de dados do programa, mantendo o serviço de forma confiável e segura por 24 horas. Atualmente, o endereço do site é www.sigs.com.br. O acesso à área restrita do SIGS é feito mediante digitação de *login* e senha da instituição conveniada.

SIGS Sistema de Informação de Gestão Social

Acesso a área restrita:

Selecione sua **INSTITUIÇÃO**, digite seu **LOGIN**, **SENHA** e depois clique o botão **ENTRAR**.

Instituição: IEE - PUC/SP
 Login: _____
 Senha: _____ [Entrar]

Se esqueceu de seu **LOGIN** ou **SENHA**, entre em contato pelo email iee@pucsp.br

Quem Somos | Sobre o SIGS | Parceiros

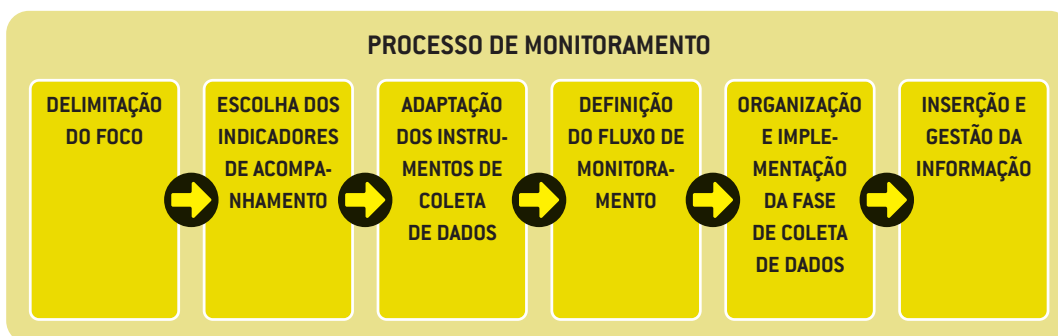
Realização: PUC-SP, Prefeitura de Santo André
 Apoio: IEE, FAPESP, Secretaria Municipal de Assistência Social

Fases do processo de monitoramento

O monitoramento limita-se no tempo e no espaço e está ligado aos objetivos do programa e às ações propostas. Ele se identifica com o acompanhamento e a avaliação sistemática e contínua, tanto das atividades, insumos, recursos, como dos efeitos e impactos das ações desenvolvidas. É uma atividade sistemática e contínua, que abrange todo o período de execução do programa. Por isso, o monitoramento é considerado parte integrante da gestão, construído por dentro do projeto, permitindo ajustes nos objetivos e ações até seu término.

Para tanto, é fundamental construir um sistema de monitoramento que possa capturar as informações necessárias e definidas como prioritárias para acompanhar o Programa e, posteriormente, criar os insumos precisos para a avaliação. A seguir apresentam-se as fases do processo de monitoramento.

Fases do processo de monitoramento



Delimitação do foco

Um sistema de monitoramento abrangente envolve os múltiplos aspectos de um projeto: as fases de implementação, o orçamento, os resultados ou efeitos sobre a situação objeto da intervenção. Entretanto, pode ser parcial, ao focalizar um determinado aspecto para acompanhar e analisar. Qualquer que seja a opção, “deve olhar para as necessidades daqueles para quem o projeto foi criado e para as mudanças mais imediatas e observáveis com relação à situação inicial e aos objetivos estabelecidos”⁴.

No Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP, o foco do monitoramento foi acompanhar e avaliar a situação das famílias beneficiárias. Para tanto, o desenho do processo de monitoramento deu prioridade a essa questão nas diversas fases do processo junto às equipes técnicas. Levou em conta não apenas o perfil cadastral das famílias, mas também a dinâmica do trabalho realizado junto a elas.

⁴ WANDERLEY, M. B.; PAZ, R.; ARREGUI C. [2004]. Gestão de programas sociais — Referenciais teóricos para monitoramento e avaliação.

Escolha dos indicadores de acompanhamento

O conceito central adotado na proposta foi o da construção da autonomia no cotidiano de vida das famílias e no contexto sociopolítico e cultural chamado **processo de autonomização das famílias**. Esse processo foi entendido como possibilidade de superar situações de privação de liberdade e exclusão social, a partir do acesso a políticas e programas sociais, às oportunidades de inclusão social, à prática cidadã, democrática e participativa.

Esse conceito foi decomposto em sete dimensões analíticas que, com base em um conjunto de indicadores, permitem conhecer, medir e analisar os impactos do programa na vida das famílias beneficiárias. O objetivo é captar em que medida essas famílias passaram ou não por alterações em sua qualidade de vida, depois de se engajarem no programa.

Dimensões	Indicadores de acompanhamento
Condições de moradia	<ul style="list-style-type: none"> • Condições da unidade habitacional • Condições de infra-estrutura e qualidade ambiental
Acesso territorial a serviços sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Existência no território de equipamentos públicos • Reconhecimento das famílias sobre a rede de serviços sociais • Acessibilidade à rede de serviços sociais
Trabalho e renda	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção em espaços de qualificação profissional, emprego e geração de renda • Renda • Inserção no mercado de trabalho
Condições de risco pessoal e social	<ul style="list-style-type: none"> • Violência urbana • Violência doméstica • Trabalho infantil • Crianças e adolescentes em medidas socioeducativas, LA ou PPD
Relações de gênero e geracionais	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e respeito à diversidade
Auto-estima	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças de atitudes em relação à família, à comunidade, ao grupo e a si próprio
Participação social	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nos espaços de convivência • Circulação no território e na cidade • Participação na vida pública e política

As dimensões de acompanhamento e a grade de indicadores são discutidas com as equipes técnicas e passam por um processo de adaptação a partir dos objetivos do programa a ser monitorado e à especificidade do modelo de gestão.

No caso do PFF/SP/SP, a particularidade do Programa destaca “o desenvolvimento da autonomia e a cidadania como eixo fundamental do trabalho socioeducativo, visando a construção do sujeito de direitos (individual e coletivo) e compreendia o território como instância articuladora de todo o processo desenvolvido”⁵.

⁵ Ver o capítulo “Metodologia de trabalho socioeducativo com famílias em programas de transferência de renda”, deste livro.

Com base na concepção de direitos que perpassam as diretrizes metodológicas do Programa, o desenho da proposta de monitoramento enfatiza as seguintes dimensões de acompanhamento: acesso territorial a serviços (com destaque para educação, saúde e assistência social); condições de moradia, trabalho e renda; e participação social. Para a análise dessas dimensões, propõe-se um duplo movimento: constatar o grau de cobertura e a potencialidade local para garantir esses direitos; verificar a qualidade do acesso e dificuldade das famílias aos serviços correspondentes. Essa análise inclui o acompanhamento específico das famílias e dos grupos socioeducativos (por meio da atualização da Ficha de Cadastro da família e dos registros de reunião socioeducativa) e o diálogo com outros bancos de dados existentes sobre a cidade.

O PFF/SP/SP estimulou, ainda, a aplicação da Ficha de Desejos, Expectativas e Potencialidades, solicitada pela instituição contratante. Isso possibilitou o aprofundamento das dimensões de auto-estima e participação social.

O que o trabalho propõe monitorar

Condições de moradia

Compreendem as condições da unidade habitacional, a qualidade do domicílio e as condições básicas de infra-estrutura e qualidade ambiental, que podem ou não sofrer alterações, positivas ou negativas, a partir dos insumos do programa.

Acesso territorial a serviços sociais

Os serviços são entendidos no âmbito dos direitos de cidadania: a presença, no território, de equipamentos públicos e possibilidade de acesso da população aos serviços básicos: saúde, educação, cultura, lazer, segurança, assistência social. Como saúde e educação são necessidades básicas e direitos universais, e consideradas requisitos do programa, aparecem como indicadores obrigatórios de acompanhamento. Em relação a esses itens, busca-se capturar o acesso e frequência às unidades básicas de saúde, a cobertura de vacinação de crianças até cinco anos, o potencial de acesso a creche, educação infantil e ensino fundamental, o aumento na matrícula e frequência escolar e a diminuição do índice de evasão escolar.

Trabalho e renda

O objetivo é capturar mudanças, a partir da entrada no programa, no acesso a programas de qualificação profissional, geração de emprego e renda; nas possibilidades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho e na situação de renda familiar. Paralelamente, já que o perfil da população atendida pelo programa é o de baixa renda, optou-se por aferir o acesso a benefícios sociais, contributivos ou

não, que complementem a renda familiar e possam contribuir para a satisfação das necessidades básicas da família.

Condições de risco pessoal e social

A população atendida pelos programas de transferência/complementação de renda está mais exposta a um conjunto de fatores que geram condições e situações de vulnerabilidade social. É importante acompanhar alguns fenômenos, como: violência urbana e doméstica, trabalho infantil, presença de crianças e adolescentes em medidas socioeducativas ou liberdade assistida e presença de pessoas com deficiência.

Relações de gênero e de gerações

Este item compreende o conjunto de fatores que definem maior ou menor grau de convivência, comunicação e respeito entre os membros da família, dadas suas diferenças.

Auto-estima

Entendida como o olhar das pessoas a respeito de si mesmas, o reconhecimento de si e a possibilidade de o indivíduo, a partir desse olhar, alterar suas relações consigo mesmo e com o mundo. Essas transformações podem ser percebidas a partir da apreensão e/ou mudança de atitudes em relação à família, à comunidade, ao grupo e a si próprio.

Participação social

Como referência geral, compreende-se participação social enquanto cidadania ativa, conquista da sociedade civil organizada no sentido da construção de espaços públicos democráticos e plurais. O pressuposto é que o exercício da cidadania — nos espaços de sociabilidade dos programas de complementação de renda (grupos socioeducativos) e organização local (bairro/território) — possibilita desenvolver a consciência dos direitos, valores, auto-estima, as capacidades de relacionamento e comunicação. E cria ainda a disposição para participar de movimentos sociais ou ações coletivas. O conceito de participação está restrito às diversas formas de relação social estabelecida pelas famílias integrantes nos espaços de discussão do próprio programa (reuniões e atividades socioeducativas), como também nos espaços de sociabilidade e de organização local.

A seguir, apresenta-se o quadro analítico das dimensões de acompanhamento acima descritas, com as perguntas que nortearam sua construção, a grade de indicadores e variáveis propostas e as respectivas fontes de coleta de dados.

Dimensão	Questão	Indicador
Acesso territorial a serviços sociais	As condições locais propiciam cobertura das necessidades sociais das famílias ou há potencialidades locais de responder a essas demandas?	Existência, no território, de equipamentos públicos
	Em que medida o ingresso no PFF/SP/SP facilitou às famílias o acesso territorial a serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer?	Reconhecimento das famílias sobre a rede de serviços sociais
		Acessibilidade à rede de serviços sociais

Dimensão	Questão	Indicador
Condições de moradia	Quais as condições de moradia das famílias participantes do PFF/SP/SP?	Condições da unidade habitacional
		Condições de infra-estrutura e qualidade ambiental

Variável composta	Variáveis simples	Fonte
Presença, no território, de equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> • População do território por faixa etária. • Número de escolas e capacidade de atendimento • Número de Unidades Básicas de Saúde — UBS, postos de saúde e hospitais, programas de saúde coletiva e capacidade de atendimento • Rede de serviços de assistência social e capacidade de atendimento • Número de equipamentos de cultura, esporte e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Censo do IBGE • Dados da administração municipal
Graus de reconhecimento das famílias sobre a rede de serviços sociais	<ul style="list-style-type: none"> • A família conhece/não conhece os serviços existentes no território (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer) 	<ul style="list-style-type: none"> • Registro de reuniões socioeducativas
Graus de acessibilidade à rede de serviços sociais	<ul style="list-style-type: none"> • A família acessa/não acessa os serviços existentes no território (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer) • Motivos do não-acesso das famílias aos serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • Registro de reuniões • Pesquisa ACACS (Assessoria de Comunicação e Atividades Culturais e Sociais) • Cadastro
Graus de acesso à saúde básica	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura de vacinação de crianças até 5 anos. • Frequência na utilização de UBS 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Graus de acesso à educação	<ul style="list-style-type: none"> • Matrícula em: creche, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Graus de acesso a benefícios sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso/não-acesso a benefícios de transferência contributiva e não-contributiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro

Variável composta	Variáveis simples	Fonte
Densidade populacional	<ul style="list-style-type: none"> • Número de moradores por número de cômodos/dormitórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Tipologia de moradia	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de construção • Tipo de domicílio • Condições de propriedade e posse 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Instalações sanitárias	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de banheiro, interno ou externo à moradia • Número de pessoas por banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Equipamentos domésticos	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de equipamentos domésticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Acesso a água potável	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação na rede de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Acesso a energia elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação na rede de energia elétrica 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Destinação do esgoto doméstico	<ul style="list-style-type: none"> • Destinação do esgoto doméstico 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro
Destinação do lixo doméstico	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de coleta de lixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro

Dimensão	Questão	Indicador
Trabalho e renda	Após ingressarem no PFF/SP/SP, as famílias têm aumentado as suas possibilidades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho?	Inserção no mercado de trabalho
		Renda
		Inserção em espaços de qualificação, emprego e geração de renda

Dimensão	Questão	Indicador
Participação social	Após ingressarem no PFF/SP/SP, as famílias têm ampliado seus espaços de sociabilidade? Após ingressarem no PFF/SP/SP, as famílias têm ampliado seus espaços de circulação no território e na cidade e de organização na comunidade?	Participação nos espaços de convivência
		Circulação no território e na cidade
		Participação na vida pública e política

Variável composta	Variáveis simples	Fonte
Graus de inserção no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Porcentagem de pessoas adultas inseridas no mercado de trabalho • Porcentagem de pessoas adultas desempregadas 	• Cadastro
Variação na renda familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Variação de renda familiar <i>per capita</i> média • Porcentagem de pessoas com renda proveniente do trabalho principal • Porcentagem de pessoas com renda proveniente de benefícios sociais (aposentadoria, pensão, BPC, seguro-desemprego, pensão alimentícia, auxílio doença, programa de complementação de renda) • Porcentagem de pessoas sem renda 	• Cadastro
Acesso a qualificação profissional e projetos de geração de renda	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a cursos de qualificação profissional • Reinserção no mercado de trabalho • Acesso a modalidades de geração de renda 	• Cadastro

Variável composta	Variáveis simples	Fonte
Graus de participação nos espaços de convivência	<ul style="list-style-type: none"> • Vínculos relacionais: familiares e de amizade • Participação nos espaços lúdicos e de convivência 	• Cadastro
Graus de circulação no território e na cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Meios de transporte mais utilizados • Tempo médio de viagem 	• Cadastro
Graus de participação na vida pública e política (participação em atividades do bairro, organizações e redes sociais)	<ul style="list-style-type: none"> • Porcentagem de participantes nos espaços: Associação de Moradores; Associação de Pais e Mestres ou conselho de escola; Conselhos Municipais; Orçamento participativo; Cooperativas; Movimentos sociais; Sindicato 	• Cadastro

Nos dois quadros-síntese das páginas anteriores e nos dois acima, podemos observar o resultado da reflexão em torno das quatro dimensões de avaliação do PFF/SP/SP, as questões que nortearam a escolha dos indicadores e das variáveis compostas e simples, e as referências às fontes usadas no levantamento das informações.

Adaptação dos instrumentos de coleta de dados

Com base na escolha das dimensões de avaliação e no conjunto de indicadores de acompanhamento, é realizado o processo de adaptação dos instrumentos de coleta de dados.

O SIGS contém um modelo de Cadastro da Família⁶ a ser preenchido por meio de dois instrumentais de coleta de dados: Ficha de Perfil Social (FPS) e Ficha de Desejos, Expectativas e Potencialidades (FD).

As perguntas das fichas se espelham nas dimensões de acompanhamento, conforme mostra o quadro a seguir.

Dimensão	Blocos de questões presentes no formulário
Identificação e perfil do beneficiário/família	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do beneficiário (titular) do Programa (FPS/FD) • Endereço da família (FPS) • Quadro da composição familiar (FPS) • Quadro de documentos pessoais do titular e das pessoas da família (FPS)
Trabalho e renda	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da situação ocupacional e renda das pessoas da família (FPS) • Recebimento do benefício (FPS) • Uso do benefício social recebido (FD)
Acesso territorial a serviços sociais / Condições de risco social e pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro sobre a escolarização das pessoas da família (FPS) • Quadro sobre a saúde das pessoas da família (FPS) • Quadro sobre doenças das pessoas da família (FPS) • Quadro sobre pessoas portadoras de necessidades especiais na família (FPS) • Condições de vida (FPS)
Condições de moradia	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro sobre o domicílio (FPS)
Participação social	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro de participação em atividades socioeducativas, culturais, sociais (FPS/FD) • Rede de apoio dos membros da família (FD)
Auto-estima / Relações de gênero e geracionais	<ul style="list-style-type: none"> • Alegrias, medos, desejos e talentos da família (FD) • Quadro avaliativo do titular sobre mudanças percebidas nele mesmo, na família e na comunidade, a partir do ingresso no Programa (FD)

As questões podem ter formato fechado, com alternativas de resposta definidas previamente, ou formato aberto, com respostas espontâneas do entrevistado. O cadastro da família é preenchido pelos técnicos que desenvolvem o trabalho socioeducativo.

No caso do PFF/SP/SP, o processo de adaptação do modelo de cadastro, baseado na escolha das dimensões de avaliação e dos indicadores de acompanhamento, resultou na Ficha de Cadastro da Família do PFF/SP/SP (ver anexo). A experiência vivida no Programa trouxe alguns aprendizados que devem ser considerados.

⁶ A Ficha de Cadastro do SIGS, que contempla os dois formulários acima descritos, encontra-se no Anexo (p. 127).

O processo de cadastramento é parte constitutiva do trabalho. Por isso, é fundamental que as equipes técnicas o incorporem. Além de produzir conhecimento em relação ao perfil das famílias atendidas, esse procedimento resulta em insumos para o próprio trabalho socioeducativo. Nessa perspectiva, deve integrar o planejamento, evitando a superposição e/ou competitividade entre as diferentes atividades desenvolvidas em campo.

Definição do fluxo de monitoramento

O processo de monitoramento prevê os seguintes momentos para a coleta de dados, análise e produção de relatórios, num período de 24 meses:

Marco zero

É o ponto de partida do processo de monitoramento. Ocorre, em geral, no período de implementação do Programa. Representa o momento inicial de discussão, junto à instituição contratante e às equipes técnicas, para delimitar o foco do monitoramento e o tipo de diagnóstico inicial que se pretende. É considerado o início da produção de insumos para o cadastro e o trabalho socioeducativo. É o momento de aplicação da ficha completa de Cadastro da Família que possibilita criar um adensado banco de dados da população atendida.

Esta fase tem como pré-requisito definir: os objetivos do Programa e os critérios de inclusão e desligamento das famílias; as dimensões e os indicadores de acompanhamento; a Ficha Preliminar de Cadastro da Família; os tipos de relatórios a serem produzidos; a dimensão territorial do Programa.

Estão previstas as seguintes atividades: oficinas de trabalho com as equipes técnicas, para discussão e fechamento dos pré-requisitos acima apontados, para as quais o tempo previsto é de um mês; cadastramento (denominado Cadastro 1) das famílias a serem atendidas pelo Programa. O tempo necessário para a realização dessa atividade dependerá do universo de famílias a serem cadastradas e dos recursos disponíveis para a montagem das equipes de entrevistadores, codificadores e digitadores. A experiência do PFF/SP/SP, considerado um “programa-cidade” com 13.280 famílias atendidas, demandou duas equipes, uma de sessenta entrevistadores e outra de sessenta pessoas, entre codificadores e digitadores. Elas realizaram o processo de recadastramento e inserção dos dados no SIGS em 45 dias.

Também está prevista nesta fase a geração de três tipos de relatórios, produtos do monitoramento: relatórios analíticos sobre o perfil das famílias cadastradas; relatórios analíticos que contemplem a retirada de insumos cadastrais para a definição do trabalho socioeducativo; relatório socioterritorial das regiões de atendimento do Programa, com o georreferenciamento das famílias e dos recursos existentes. Este produto pode ser incorporado ao Núcleo de Informações do Território no SIGS, criando um banco de dados dos ter-

ritórios de atendimento. O banco poderá ser alimentado pelas equipes técnicas com as informações das redes de atendimento locais, bem como servir de insumo para o trabalho dos técnicos.

Foi feita também a previsão de um banco de dados das famílias atendidas, disponível no SIGS.

Atualizações cadastrais sucessivas

Com base no fechamento do primeiro cadastro, deve haver atualizações cadastrais parciais a cada seis meses. A finalidade é o acompanhamento gradativo de algumas dimensões e indicadores escolhidos pelo programa, em função da análise do diagnóstico do território, do perfil das famílias atendidas e do andamento do trabalho socioeducativo. Definem-se, aqui, o grupo de indicadores e as dimensões às quais se dará prioridade na fase de atualização cadastral.

Nos períodos entre os cadastros, o acompanhamento nas reuniões socioeducativas oferece a possibilidade de capturar mudanças nas tendências apontadas nas fases de atualização cadastral. Ao mesmo tempo, as informações coletadas nas atualizações podem dar insumos ao trabalho socioeducativo.

O pré-requisito para esta fase é estabelecer as definições: das dimensões e indicadores-chave de acompanhamento; das Fichas de Atualização Cadastral a serem aplicadas; dos tipos de relatório produzidos.

Estão programadas as seguintes atividades: oficinas de trabalho com as equipes técnicas, para discussão e fechamento das questões apontadas anteriormente, para as quais o tempo previsto é de um mês, e atualizações cadastrais (denominadas Atualização Cadastral 1, Atualização Cadastral 2 etc.). O tempo necessário para esta atividade dependerá do universo de famílias a serem cadastradas, dos recursos disponíveis para a montagem das equipes de entrevistadores, codificadores e digitadores e do universo de questões a ser levantadas na entrevista.

Os produtos previstos são: relatórios analíticos sobre as dimensões e indicadores escolhidos para esta fase; relatórios analíticos que extraíam insumos cadastrais para o trabalho socioeducativo; banco de famílias atualizado no SIGS.

Avaliação final

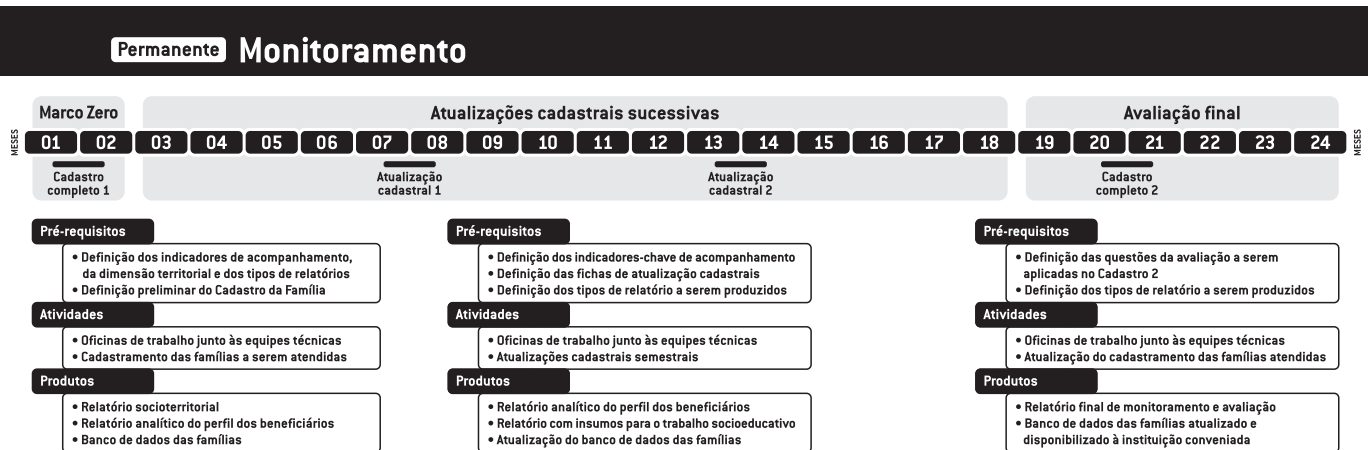
Quatro meses antes do desligamento das famílias do Programa, está prevista a reaplicação da ficha completa de Cadastro da Família, denominada Ficha de Cadastro 2, com o acréscimo de questões sobre a avaliação que o beneficiário faz do Programa.

São pré-requisitos para esta fase as definições das questões de avaliação a serem incorporadas na Ficha de Cadastro da Família e dos tipos de relatórios a serem produzidos.

As atividades programadas constam de oficinas de trabalho com as equipes, em que há discussão e fechamento das questões apontadas anteriormente, para as quais o

tempo previsto é de quinze dias do cadastramento das famílias atendidas pelo Programa. O tempo necessário para a realização desta atividade dependerá do universo de famílias a serem cadastradas, dos recursos disponíveis para a montagem das equipes de entrevistadores, codificadores e digitadores.

Os produtos previstos são: o relatório final de monitoramento e avaliação; o banco de dados das famílias, atualizado e colocado à disposição da instituição conveniada.



A figura acima resume todo o processo de monitoramento da situação das famílias beneficiárias do Programa. Cada momento ou fase do processo pressupõe um conjunto específico de ações, atividades e produtos a serem desenvolvidos.

Coleta e inserção de dados: gestão da informação

A coleta de dados

A coleta de dados pressupõe momentos específicos de treinamento e um processo de formação continuada. Na proposta do SIGS há dois grandes núcleos de informação que requerem o registro e a inserção sistemática de dados no sistema.

O núcleo de informações relativas ao Cadastro de Famílias, com fases preestabelecidas, demanda treinamentos específicos para capacitação das equipes na aplicação das Fichas Cadastrais. Ao mesmo tempo, a organização do trabalho precisa dar suporte aos períodos de cadastramento e contemplar: infra-estrutura física adequada para realização da coleta de dados (locais com várias salas nas regiões de atendimento, transporte, uma sede que concentre a recepção de formulários, manuais etc.); recursos materiais necessários (formulários, manuais de treinamento, fichas de controle e acompanhamento das famílias cadastradas etc.); treinamento específico para a coleta de dados, com realização de pré-testes e simulações; acompanhamento técnico do processo de coleta de dados.

O núcleo de informações relativas ao registro do trabalho socioeducativo requer treinamentos específicos e a formação continuada das equipes técnicas para o registro da reunião socioeducativa. O SIGS contém um modelo-padrão de registro de reunião preenchido semanalmente pelas equipes de campo. Ele pressupõe a coleta de um conjunto de perguntas abertas relativas ao planejamento, desenvolvimento e fechamento das reuniões.

Com base na experiência de acompanhamento e avaliação de outros programas de complementação de renda que desenvolvem trabalho socioeducativo, sabe-se que o desenho final desse modelo depende da definição da proposta de trabalho que o programa assume.

A proposta prevê a possibilidade de categorizar, após os primeiros quatro meses de inserção de dados, o conjunto de indicadores de acompanhamento do trabalho socioeducativo. Isso é feito a partir dos delineamentos metodológicos definidos pelo Programa e dos insumos capturados nos registros de reunião. No caso do PFF/SP/SP, foi desenhado um modelo de registro de reunião que recuperou, categorizou e definiu em questões fechadas o processo de trabalho da reunião socioeducativa⁷.

Inserção e gestão da informação

Para a inserção e consulta dos dados coletados nas reuniões socioeducativas e nos períodos de cadastramento, prevê-se que as equipes técnicas necessitarão de cinco horas semanais de trabalho e acesso a computadores conectados à internet, em número compatível com o de profissionais que farão uso do sistema.

A eficácia do monitoramento dependerá de quanto as equipes técnicas compreenderem que as ferramentas informacionais são facilitadoras do trabalho técnico. Portanto,

⁷ Para aprofundar essa questão, consultar o texto: O registro da reunião socioeducativa, Equipe Metodologia, 2004.

as pessoas devem ser estimuladas e preparadas para o uso das novas tecnologias a serviço da área social.

A experiência de trabalho no PFF/SP/SP revelou, ainda, a importância do entrosamento entre a equipe de monitoramento e as equipes técnicas e gestoras, para incrementar o bom desenvolvimento do programa e do trabalho socioeducativo.

Nos quadros abaixo estão os módulos de treinamento previstos na inserção dos dados no sistema.

Módulo 1

- Apresentação da ferramenta informacional e explicitação da lógica de funcionamento do SIGS.
 - Apresentação dos núcleos gerais de informação contidos na ferramenta.
 - Realização do cadastro dos técnicos envolvidos no programa, que serão usuários da ferramenta.
 - Definição das atribuições e permissões para a inserção dos dados.
-

Módulo 2

- Capacitação das equipes técnicas para a inserção dos dados no sistema (cadastro de famílias, registros de reuniões socioeducativas, banco do território, banco do programa etc.). Essa capacitação é realizada de forma diferenciada, de acordo com o organograma do programa e com base nas diferentes atribuições definidas para as equipes.
 - Discussão, adequação dos instrumentais de coleta de dados existentes e criação de novos modelos, em função da demanda do programa.
 - Discussão, adequação dos relatórios gerenciais, com a possibilidade de criar novos modelos a partir das necessidades do programa.
-

Módulo 3

- Capacitação das equipes para a consulta das informações cadastrais das famílias, presentes na área de Gráficos Estatísticos, disponível no SIGS.
 - Capacitação das equipes para uso do Gerenciador de Eventos e Notícias disponível no SIGS.
-

A experiência do PFF/SP/SP possibilitou a criação e implementação no SIGS dos relatórios gerenciais mostrados nos quadros a seguir.

Núcleos de informação	Nome do relatório	Descrição do relatório
Instituição	Ficha cadastral da instituição	Dados básicos da instituição conveniada e dos gestores institucionais de referência
	Ficha cadastral do técnico	Dados básicos dos técnicos envolvidos no programa
Programa	Quadro geral do programa: relação de famílias atendidas	Número de famílias atendidas [inscricas, suspensas e desligadas], geral e por território
	Quadro geral do programa: famílias e atividades socioeducativas	Número de famílias atendidas, número de grupos, número de técnicos, número de atendimentos individuais, geral e por território
Família	Ficha cadastral da família	Informações contidas na Ficha de Cadastro da Família
	Ficha da Família no Grupo Socioeducativo	Dados básicos da família e do grupo socioeducativo que a família frequenta
	Trajetória da família nos grupos socioeducativos	Dados básicos da família e a trajetória/percurso/histórico da família nos grupos socioeducativos
	Situação das famílias referentes às fases de cadastramento	Listagens de famílias cadastradas e não-cadastradas em cada fase de cadastramento, geral e por território
Trabalho socioeducativo	Ficha cadastral do grupo	Dados básicos do grupo, endereço e local das reuniões, gerentes e técnicos associados ao grupo, titular das famílias e calendário de reuniões socioeducativas
	Folha de frequência	Dados básicos do grupo e da reunião e a visualização da folha de frequência, com data, hora e integrantes do grupo
	Listagem de grupos socioeducativos associados ao técnico responsável	Nome do técnico, número de grupos associados a ele, dados do grupo e calendário de reuniões
	Trajetória das famílias no grupo	Relatório com dados do grupo e trajetória/percurso/histórico das famílias pelos grupos [data/operação/motivo]
	Trajetória dos técnicos nos grupos	Dados do grupo e trajetória / percurso/histórico dos técnicos pelos grupos [data/operação/motivo]
	Quadro geral de acompanhamento mensal das reuniões socioeducativas	Descrição mensal do número de reuniões e de atendimentos individuais por região/território
	Controle de presença de famílias em reuniões socioeducativas	Controle da participação das famílias nos grupos socioeducativos
	Registro de reunião socioeducativa	Informações do registro da reunião socioeducativa
	Acompanhamento dos registros de reunião por técnicos	Listagem dos técnicos do território, com os grupos que estão associados a ele e o <i>status</i> do registro de reunião [com calendário de pendências finalizado]

Núcleos de informação	Nome do relatório	Descrição do relatório
Território	Ficha cadastral do território	Dados básicos do território, número de famílias em cada grupo, número de grupos, gerente e técnicos na região, grupos associados aos técnicos/locais e quadro-síntese
	Listagem de técnicos no território	Dados básicos do território e número de técnicos/gerentes associados
	Listagem de grupos socioeducativos no território	Número e nome dos grupos no território
	Listagens de famílias atendidas no território	Número e nome das famílias ligadas ao território
	Listagens de famílias inseridas em grupos socioeducativos no território	Número e nome das famílias inseridas nos grupos socioeducativos por território
	Trajetória de famílias nos territórios de atendimento	Dados básicos da família, nome do grupo, motivo da mudança de grupo
	Trajetória de técnicos nos territórios de atendimento	Nome do técnico, motivo da saída do território, nome do grupo
	Análise das famílias relacionadas ao território	Listagem das famílias associadas a cada território
Distribuição das famílias atendidas intraterritórios	Número e distribuição das famílias nos diversos territórios	

Conclusão

Neste texto apresentou-se a metodologia de monitoramento e avaliação na experiência do PFF/SP/SP.

Entende-se que o monitoramento é um processo de avaliação permanente, no qual é fundamental coletar, armazenar e analisar informações, para que se possa subsidiar a tomada de decisões quanto a objetivos, processos de ação e recursos. Implica a construção de um sistema de monitoramento capaz de oferecer informações necessárias para a gestão e também para uma avaliação geral do projeto. Um sistema adequado ao programa permite captar aspectos e processos da realidade social.

A originalidade do sistema está em que, com base em um banco de dados, oferece inúmeras possibilidades de criação de instrumentos de gestão e análise, potencializando o trabalho socioeducativo.

A utilização dessa metodologia e do SIGS em outros programas sociais possibilitará a criação de novos instrumentais e interfaces no desenho da ferramenta informacional e da gestão social.

Referências bibliográficas

- BROSE, Markus. *Elementos de Monitoria Participativa*. Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, 1998.
- CARVALHO, Soniya; Howard White. *Combining the Quantitative and Qualitative Approaches to poverty Measurement and Analysis: The Practice and the Potential*. Technical Paper 366. Washington, D.C.: World Bank, 1997.
- DOYAL, Len; GOUGH, Ian. *A Theory of Human Need: Critical Perspectives*. New York: The Guilford Press, 1991, 365p.
- INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS — IEE/PUC-SP. Desafios da Gestão Social Pública. Monitoramento e avaliação de programas de transferência de renda: subsídios teórico-metodológicos. São Paulo: IEE/PUC-SP, jun. 2003.
- _____. Relatório Analítico I — Perspectiva Socioterritorial. Equipe de Monitoramento do PFF/SP/SP. São Paulo: PUC-SP, maio 2003.
- _____. Relatório Analítico II — Perspectiva Socioterritorial. Equipe de Monitoramento do PFF/SP/SP. São Paulo: PUC-SP, nov. 2003.
- _____. Relatórios Mensais da Equipe de Monitoramento do PFF/SP/SP. São Paulo: PUC-SP, 2002/2003.
- JANUZZI, Martino P. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais, in: *Qualidade de vida: observatórios, e metodologias*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2001, p. 53-71.
- JANUZZI, P. M.; PASQUALI, F. A. Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. *Revistas de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 1999, v. 33, n. 2, p. 75-94.
- NASCIMENTO, Elymar P. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica proposta da nova exclusão. Proposta (65), Rio de Janeiro: FASE, 1995.
- NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS — NEPP. O processo de implantação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de projetos. Universidade Estadual de Campinas — Unicamp, NEPP, 2000.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios às críticas dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000. 215 p.
- PERRET, Bernard. Lês enjeux épistemologique de l'évaluation. Conseil Scientifique de l'évaluation, Évaluation em développement 1996 (rapport annuel sur l'évaluation des pratiques d'évaluation des politiques publiques). La documentation française, Paris, 1997.
- PROGRAMA FORTALECENDO A FAMÍLIA — PFF/SP/SP. Relatórios mensais do Programa Fortalecendo a Família. São Paulo: PUC-SP, 2002/2003.
- RUBRO, G.; PRENNUSHI, G.; SUBARAO, K. *Monitoreo y evaluación*. Montevideo, Uruguai: Editora Tae, 2002.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — SAS. Plano de Trabalho do Programa Fortalecendo a Família. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria de Assistência Social, ago. 2002.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WANDERLEY, Mariangela B. As questões da exclusão social, in: SAWAIA, B. [org.]. *As artimanhas da exclusão social: análise e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- WANDERLEY, Mariangela B.; PAZ, Rosangela; ARREGUI, Carola. Gestão de programas sociais: referenciais teóricos para monitoramento e avaliação. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2004.
- World Bank. "Building Evaluation Capacity". Lessons and Practices 8. Operations Evaluation Departement, Washington, D.C., 1994.

Anexo

Ficha de Cadastro da Família



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA
FORTALECENDO A FAMÍLIA



FICHA DE CADASTRO DA FAMÍLIA

FICHA DE PERFIL SOCIAL

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA FAMÍLIA

1. NOME DO TITULAR:			
2. GRUPO SOCIOEDUCATIVO / TERRITÓRIO:			
3. TIPO DO REGISTRO:		4. DATA DE IMPRESSÃO:	
5. STATUS:		6. DATA DE ELEGIBILIDADE:	
7. NÚMERO DE INSCRIÇÃO:		8. DATA DE INSCRIÇÃO:	
9. É O MESMO TITULAR?		10. MOTIVO:	
1. SIM	2. NÃO, FOI SUBSTITUÍDO.		
11. NOME DO NOVO TITULAR (CASO TENHA SIDO SUBSTITUÍDO):			
12. SEXO: 1) MASCULINO 2) FEMININO			
13. CELULAR:			
14. ESTADO CIVIL: (RU) 1) CASADO (A) 2) SOLTEIRO(A) 3) DIVORCIADO(A) 4) SEPARADO(A) 5) VIÚVO (A) 6) UNIÃO ESTÁVEL 7) EM CONCUBINATO			
15. RAÇA / COR: (RU) 1) NEGRA 2) BRANCA 3) AMARELA 4) INDÍGENA 5) PARDA 6) OUTRO (ANOTE)			
16. NACIONALIDADE:			
17. SE FOR ESTRANGEIRO, QUAL A DATA DE CHEGADA AO BRASIL (MÊS/ANO):			
18. MUNICÍPIO DE NATURALIDADE (se brasileiro):		19. UF DE NATURALIDADE:	
20. OUTRA NATURALIDADE (ANOTE SOMENTE SE ESTRANGEIRO):		21. PAÍS (ESTRANGEIRO):	

QUADRO 2: DOCUMENTOS PESSOAIS DO TITULAR

22. CPF:			
23. RG:	24. DATA:	25. ÓRGÃO:	26. UF:

QUADRO 3: ENDEREÇO DA FAMÍLIA

27. LOGRADOURO:			
28. Nº:		29. COMPLEMENTO:	
30. BAIRRO:			
31. ZONA: 1) URBANA 2) RURAL		32. CEP:	
33. UF:	34. MUNICÍPIO:	35. TERRITÓRIO:	
36. PONTO DE REFERÊNCIA			
37. TELEFONE PARA CONTATO: 1) RESIDÊNCIA () 2) VIZINHO () 3) TRABALHO () 4) PARENTE () 5) AMIGO () 6) OUTRO () 7) NÃO TEM TELEFONE PARA CONTATO ()			

QUADRO 4: COMPOSIÇÃO FAMILIAR

O(A) SR.(A.) PODERIA INFORMAR QUANTAS PESSOAS, CONTANDO COM O(A) SR.(A.), MORAM NA SUA RESIDÊNCIA? (ANOTE): «C44»

O(A) SR(A) PODERIA ME INFORMAR O NOME DE TODAS AS PESSOAS QUE MORAM NA SUA RESIDÊNCIA, COMEÇANDO PELO SEU E, NO CASO DAS DEMAIS PESSOAS, COMEÇANDO DO MAIS VELHO PARA O MAIS NOVO?

Nº	38. NOME COMPLETO (não abreviar)	39. DATA DE NASCIMENTO OU IDADE (DIA/MÊS/ANO)	40. SEXO		41. GRAU DE PARENTESCO (GP)	PARA PESSOAS QUE JÁ ESTÃO NA FAMÍLIA		SOMENTE PARA MULHERES					
			1) MASC	2) FEM		42. SAIU DA FAMÍLIA	43. MOTIVO DE SAÍDA DA FAMÍLIA	44. CHEFE DA FAMÍLIA		45. GESTANTE		46. AMAMENTA	
						1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													

(GP) GRAU DE PARENTESCO: 1) Titular 2) Cônjuge (Marido / Esposa) 3) Companheiro(a) 4) Filho(a) 5) Irmão(ã) 6) Pai / Mãe 7) Cunhado(a) 8) Genro / Nora 9) Sogro(a)
10) Enteadado(a) 11) Neto(a) 12) Padrasto / Madrasta 13) Agregado(a) 14) Avô(ó) 15) Ex-companheiro(a) 16) Ex-marido / Ex-esposa 17) Primo(a) 18) Sobrinho(a) 19) Tio(a)
20) Outros parentes

QUADRO 5: SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Atenção: TRANSFIRA PARA ESTE QUADRO TODOS OS MORADORES DO QUADRO 4 NA MESMA ORDEM E O APLIQUE

Nº	48. PRIMEIRO NOME	49. QUAL A SUA PROFISSÃO E A DO(A) _____? (RU)	50. QUAL A SUA SITUAÇÃO OCUPACIONAL? E A DO(A) _____? (SO) (RU)	51. QUAL O VALOR TOTAL DA RENDA PRINCIPAL? (RU)	52. O SR. (A.) POSSUI OUTRA FONTE DE RENDA? (FR) (RM)	53. QUAL O VALOR TOTAL DA OUTRA FONTE DE RENDA?
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

(SO) SITUAÇÃO OCUPACIONAL: 1) Assalariado com carteira assinada 2) Assalariado sem carteira assinada 3) Funcionário público 4) Empregado temporário 5) Cooperativo 6) Trabalho rural 7) Aprendiz 8) Trabalhador por conta própria/Autônomo 9) Trabalhador informal/Bico 10) Desempregado(a) 11) Não trabalha / Inativo 12) Aposentado / Pensionista 13) Do lar 14) Estudante 15) Outra (anotar)

(FR) OUTRAS FONTES DE RENDA: 1) Aposentadoria / Pensão 2) Pensão alimentícia dos filhos 3) Auxílio previdenciário 4) Seguro-desemprego 5) Doação ou ajuda de terceiros 6) Bolsa escola estadual 7) Bolsa federal 8) PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) 9) Agente Jovem 10) Benefício de prestação continuada 11) Aluguel 12) Nenhum 13) Renda Mínima 14) Outra (anotar)

QUADRO 6: FORMAÇÃO / ESCOLARIZAÇÃO

Atenção: TRANSFIRA PARA ESTE QUADRO TODOS OS MORADORES DO QUADRO 5 NA MESMA ORDEM E O APLIQUE PARA QUEM NÃO ESTUDA

Nº	54. PRIMEIRO NOME	55. É ALFABETIZADO? (RU)		56. ESTUDA ATUALMENTE? (RU)		57. NOME DA ESCOLA	58. NÍVEL E SÉRIE ATUAL / CONCLUÍDO (NS) (RU)	59. PERÍODO (PE) (RU)	60. QUAL O MOTIVO DE NÃO ESTUDAR? (RM)	61. VOLTOU A ESTUDAR DEPOIS DO INGRESSO NO PROGRAMA? (RU)		62. O PROGRAMA INFLUENCIOU A SUA DECISÃO? (RU)	
		1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO					1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													

(NS) NÍVEL E SÉRIE ATUAL: 1) Educação infantil; 2) 1ª série – Ensino fundamental; 3) 2ª série – Ensino fundamental; 4) 3ª série – Ensino fundamental; 5) 4ª série – Ensino fundamental; 6) 5ª série – Ensino fundamental; 7) 6ª - Ensino fundamental; 8) 7ª série – Ensino fundamental; 9) 8ª série- Ensino fundamental; 10) 1ª série – Ensino médio; 11) 2ª série – Ensino médio; 12) 3ª série – Ensino médio; 13) Superior incompleto; 14) Superior completo; 15) Técnico; 16) Sem instrução; 17) MOVA

(PE) PERÍODO: 1) Manhã; 2) Tarde; 3) Noite; 4) Integral

QUADRO 7: SAÚDE / DOENÇA / DEFICIÊNCIA

Atenção: TRANSFIRA PARA ESTE QUADRO TODOS OS MORADORES DO QUADRO 6 NA MESMA ORDEM E O APLIQUE

Nº	63. PRIMEIRO NOME	64. TEM CARTÃO DO SUS? (RU)		65. POSSUI CONVENIO PRIVADO? (RU)		66. POSSUI CARTEIRA DE VACINAÇÃO? (RU)		67. A VACINAÇÃO ESTA ATUALIZADA? (RU)		68. QUANTAS REFEIÇÕES FAZ POR DIA? (RU)		69. TEM ALGUM TIPO DE DOENÇA? QUAL(S)? (TA) (RM)		70. FAZ TRATAMENTO? (RM)		71. TEM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA? QUAL(S)? (TD) (RM)		
		1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	1) SIM	2) NÃO	
1																		
2																		
3																		
4																		
5																		
6																		
7																		
8																		
9																		
10																		
11																		
12																		
13																		
14																		
15																		
16																		
17																		
18																		
19																		
20																		

(TA) DOENÇA: 1) Anemia 2) Câncer 3) Doença cardíaca 4) Doença circulatória 5) Depressão 6) Desnutrição 7) Diabetes 8) DST 9) Epilepsia 10) Hepatite
11) Hipo/ Hipertensão 12) Doença neurológica 13) Doença renal 14) Doença respiratória 15) Outras

(TD) DEFICIÊNCIA: 1) Auditiva 2) Visual 3) Mental 4) Física 5) Mudez 6) Outra (anote).

QUADRO 8: IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO

72. DATA DE CHEGADA DO TITULAR AO MUNICÍPIO ATUAL (MÊS /ANO):	
73. DATA DE CHEGADA DO TITULAR AO DOMICÍLIO ATUAL (MÊS /ANO):	
74. TIPO DE DOMICÍLIO: (RU) 1) CASA 2) APARTAMENTO 3) ALOJAMENTO 4) CÔMODO /QUARTO 5) BARRACO 6) OUTRO (ANOTE)	
75. TIPO DE MATERIAL USADO NA CONSTRUÇÃO: (RU) 1) MISTO 2) ALVENARIA COM ACABAMENTO 3) ALVENARIA SEM ACABAMENTO 4) MADEIRA 5) MADEIRITE 6) TIJOLO DE BARRO CRU 7) LONA 8) OUTRO (ANOTE)	
76. TIPO DE CONJUNTO / AGRUPAMENTO HABITACIONAL: (RU) 1) ALOJAMENTO PROVISÓRIO 2) CONJUNTO HABITACIONAL 3) CORTIÇO 4) FAVELA 5) LOTEAMENTO POPULAR 6) HOTEL/PENSÃO 7) OUTRO (ANOTE)	
77. QUANTIDADE TOTAL DE CÔMODOS (PEÇAS): (Considerar somente se tiver paredes dividindo os ambientes)	
78. QUANTIDADE DE DORMITÓRIOS (QUARTOS): (Anote ZERO, se não houver paredes para os quartos)	
79. TIPO DA PROPRIEDADE NO DOMICÍLIO: (RU) 1) PRÓPRIA - QUITADA 2) PRÓPRIA SENDO PAGA 3) ALUGADA 4) CEDIDA 5) OUTRO (ANOTE)	
80. PRESTAÇÃO DA CASA PRÓPRIA OU VALOR DO ALUGUEL: R\$	(despreze os centavos)
81. TIPO DE CHEGADA DA ÁGUA: (RU) 1) REDE GERAL 2) POÇO OU NASCENTE 3) OUTRO (ANOTE)	
82. QUANTOS BANHEIROS HÁ NA SUA CASA:	
83. O DESTINO DO ESGOTO É: (RU) 1) REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL 2) FOSSA SÉPTICA 3) FOSSA RUDIMENTAR 4) VALA 5) RIO, REPRESA, LAGO 6) OUTRO (ANOTE)	
84. O DESTINO DO LIXO É: (RU) 1) COLETADO POR SERVIÇO DE LIMPEZA 2) COLOCADO EM CAÇAMBA 3) ENTERRADO NA PROPRIEDADE 4) JOGADO EM TERRENO BALDIO OU RUA 5) JOGADO NO RIO, REPRESA, LAGO 6) QUEIMADO NA PROPRIEDADE 7) OUTRO (ANOTE)	
85. A FORMA DE ILUMINAÇÃO É: (RU) 1) ELÉTRICA 2) GERADOR 3) SEM ILUMINAÇÃO 4) OUTRO (ANOTE)	
86. TIPO DE ACESSO AO DOMICÍLIO: (RU) 1) ASFALTADO/CALÇADO 2) CHÃO BATIDO 3) OUTRO (ANOTE)	
87. ALÉM DA SUA, QUANTAS FAMÍLIAS MAIS MORAM NO SEU DOMICÍLIO? (Se não houver, anote "zero".)	

QUADRO 9: MOBILIDADE

88. QUAL É O MEIO DE TRANSPORTE /LOCOMOÇÃO QUE MAIS UTILIZA <MARCAR NO MÁXIMO 2> 1) ÔNIBUS 2) BICICLETA 3) CARRO 4) TREM 5) A PÉ 6) METRÔ 7) OUTRO (ANOTE)
89. QUAL É O MEIO DE INFORMAÇÃO /COMUNICAÇÃO QUE A FAMÍLIA MAIS UTILIZA <MARCAR NO MÁXIMO 2> 1) RÁDIO 2) TV 3) JORNAL 4) NENHUM 5) OUTRO (ANOTE)

QUADRO10: RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO

90. BANCO / LOCAL DE RECEBIMENTO	91. AGÊNCIA	92. N° CONTA	93. N° CARTÃO DE BENEFÍCIO	94. VALOR	95. DIA DO PAGAMENTO

QUADRO 11. FICHA DE DESEJOS, EXPECTATIVAS E POTENCIALIDADES

96. No mês passado, algum morador do domicílio exerceu alguma atividade remunerada? (Considerar todos os tipos de atividade, emprego formal, bico, venda em farol etc., inclusive das crianças.)		
1) SIM		2) NÃO
Apenas para quem respondeu SIM, registrar o nome de todos os moradores que exerceram alguma atividade remunerada no mês anterior e a atividade desenvolvida baseada na tabela de codificação		
Nome	Código	Tabela de codificação
		1. Trabalho doméstico/ diarista/babá
		2. Pedreiro (outros da construção civil)
		3. Ambulante / vendedor de rua
		4. Ajudante / auxiliar geral
		5. Outros (especificar)

97. No que o(a) Sr.(a.) usa o dinheiro que recebe do Programa Fortalecendo a Família? (Explicar à pessoa que, se houver mais de um destino, anotar pela ordem de importância)

1º
2º
3º

98. Além do benefício do Renda Cidadã o(a) Sr.(a.) recebe o benefício do Renda Mínima?

1. SIM	2. NÃO
--------	--------

Com que pessoas ou organizações o(a) Sr.(a.) conta: (Por exemplo, pessoas da família, amigos, vizinhança ou instituições como igreja, serviços públicos e outros)

99. Para resolver problemas de saúde?
100. Em caso de morte?
101. Com dinheiro para viver?
102. Para alimentação?

103. O(a) Sr.(a.) tem algum envolvimento e/ou participação em grupos ou em organizações? (por exemplo, grupos religiosos, grupos de teatro ou organizações como associação de bairro, sindicatos, comitês de fábrica etc.)

1) SIM	2) NÃO
Quais:	

104. O que o(a) Sr.(a.) deseja na vida? (Registrar pelo menos um desejo. Se a pessoa falar mais do que um, colocar pela ordem.)

1º
2º
3º

105. O que dá alegria ao(a) Sr.(a.)? (Registrar pelo menos um item. Se a pessoa falar mais do que um, colocar pela ordem.)

1º
2º
3º

106. Quais situações lhe dão mais insegurança e medo? (Registrar pelo menos um desejo. Se a pessoa falar mais do que um, colocar pela ordem.)

1º
2º
3º

107. Quais são os talentos que você ou pessoas de sua família têm? Ou seja, você ou alguém de sua família têm alguma habilidade em que se destaquem, que fazem muito bem e gostem de fazer? (Atenção: inicie pelo entrevistado.)

Nome do morador	Tipo de talento	Tipo de talento

108. O que mudou na sua vida a partir do seu ingresso no Programa Fortalecendo a Família? E com relação a sua família? E com relação ao seu bairro/ comunidade?

Sujeito	Tipo de mudança
Titular do Programa	
Família do Titular	
Comunidade em que vive	

109. Como o(a) Sr.(a.) avalia o trabalho desenvolvido nos grupos socioeducativos?

--

QUADRO 12: INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

110. TÉCNICO RESPONSÁVEL:

111. DATA DA ENTREVISTA (DIA / MÊS / ANO):	
112. REALIZADA COM O TITULAR DA FAMÍLIA: 1) SIM 2) NÃO)	
113. LOCAL DA ENTREVISTA:	
114. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES / PARECER / OBSERVAÇÕES:	

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro sob as penas da lei que todas as informações acima expostas são verdadeiras e completas.	Declaro sob as penas da lei que anotei todos os campos do questionário de acordo com as declarações do entrevistado.
_____ ASSINATURA DO TITULAR	_____ ASSINATURA DO TÉCNICO

Créditos



Programa Fortalecendo a Família / Renda Cidadã — PFF/SP/SP

Conselho Gestor

Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira
 Mariangela Belfiore Wanderley
 Maria Rosângela Batistoni
 Maria da Graça Machina Gonçalves
 Vera Aquilino Alvarenga Freire
 Neiri Bruno Chiachio

Gerência Geral

Vera Freire (Gerente)
 Giselle Martins
 Osvaldo Camargo
 Adriana Toledo
 Octavio de Mello Castanho

Administrativos

Fábio Lipp
 Luciana de Almeida
 Uíara Tatian Lopes
 Renata Celi de Oliveira

Assessoria de Comunicação e Atividades Culturais e Sociais —

ACACS

Luciana Mancini Bari
 Maria Fernanda Hakem
 Gilda Andreazza Morbin

Gerentes e Assistentes Regionais

Grajaú

Márcia Amadeu Heleno

Sapopemba

Sylvia Mancini Bari
 Nanci Catharina Botique

Jardim São Luís e Vila Andrade

Regina Maria Ignarra
 Rejane Teixeira Coelho
 Lia Pinheiro

Guaianazes

Ana Verônica Rodrigues de Almeida
 Heloisa Brasil
 Marila Aprigliano
 Silvia Falabella

Itaim Paulista / Jardim Helena

Rosamélia Ferreira Guimarães
 Euníciana Peloso da Silva
 Alice Maria de Carvalho dos Santos
 Elisabeth Muriho da Silva

Pedreira

Maria Elisa Barbosa Almeida
 Maria de Lourdes Hipólito Santana

Cidade Dutra

Aline Guerrieri Moreira
 Gerson Heidrich da Silva
 Selma de Freitas Silva
 Tania Cristina da Silva Boreto

Técnicos e estagiários

Adriana Giacomini	Heloisa Hanada	Myrella de Melo Santos
Adriana Silva Oliveira	Iara Rodrigues de Souza	Neide de Sena Lima
Ana Carolina Westphal	Irinéia de Souza Normandia	Neide Jane Tavares da Silva
Ana Cláudia Titotto	Isaura de Fátima Rodrigues	Nilcéia Salomão Donatelli
Ana Lúcia Ribeiro Silva	Izabel Cristina Cunha da Rocha	Núbia Dias de Oliveira
Ana Maria de Carvalho Acosta	Izis Maria Cardoso	Patrícia Paula Regina Dias Lacerda
Ana Sílvia Ariza de Souza	Jamila Casimiro Pereira	Patrícia Pereira de Souza
Andréia Rodrigues da Silva	Jefferson Modesto Neves	Patricia Shimabukuro
Andréia Tucunduva Santana	Jonathas José Salathiel da Silva	Paulo Henrique Gomes Teixeira
Andressa Domingues Pedroso	Juliana Berzin	Pedro Henrique Marinho Carneiro
Andressa Maria de Araújo	Juliana Breschigliari	Priscila Mara de Andrade
Angélica Gonçalves Galhardo	Juliana Cristina de Oliveira Gonçalves	Regina Celi Lessa Silva Alves
Antonio Carlos Pereira	Juliana Olivetti Guimarães	Regina Lucia Bispo Nascimento dos Santos
Cacilda Santana Modesto de Almeida	Jussara Cristina do Carmo Costa	Renata Mantovani Palombo
Carla de Oliveira Faustino	Karina Pierrobon Carita	Roberta De Camillis
Carla de Pinho	Kátia dos Santos Silva	Roberta Maria de Lima
Carla Yoshiko Yamamora	Lenivaldo Teodoro de Souza	Rodrigo Silva Fonseca
Carolina Jimenes	Lilian Carvalho Leão	Rosana Costruba de Moura
Cibely Pedroso Zenari	Luciana Aparecida Ferreira	Rosana Cristina Januário do Nascimento
Cilene Cavalcante	Luciane de Cássia Faria	Roselene Aguiar Santos
Cláudia Rosa Baptista	Luiz Antonio Kull	Rosimeire Nunes Alves
Cleide Batista Gomes	Luiz Naporano	Sandra de Carvalho
Cleusa Maria Lopes Di Berardini	Luiza Aparecida de Barros	Sandra Regina da Rocha
Cristiane Felício França	Marcela Pasqualucci Ronca	Savaro Roberto Alves de Melo Junior
Daniela Içassa	Marcele Reis Gonzales	Sérgio Calixto
Danielle Santos Resina	Marcelo Augusto Santos Turine	Silvia Paula Estrabon Falabella
Debora Lopes Rodrigues	Marcelo José Machado Silva	Simone de Andrade
Denise Costamillan Andere	Maria Aparecida Alves Pereira	Tatiana Busquets Fernandes da Silva
Dineia de Oliveira Yoshioka	Maria Aparecida Clemente	Tatiana de Fátima Domingues
Domênico Uhng Hur	Maria Aparecida Fernandes de Oliveira	Tatiana Helena Silva
Edilene Magalhães Gonçalves Mendes	Maria das Dores Ferreira Diniz	Tatiane Emília Ito
Edna Diva Miani Santos	Maria Laura G. de O. Pereira Barretto	Tatiane Salles Miranda da Luz
Edna Silveira Peixoto	Maria Regina Guarnieri	Teodora Torres
Ednéia Izidorio	Maria Rosilda Menezes	Thais Aparecida Higa
Eliana Márcia Franco	Mariana Andréa Orella	Thais C. M. Gava
Elisângela Pereira Queiroz	Mariana Luzia Aron	Thais Monteiro Bagatella
Elisângela Silva Rodrigues	Marianne Ramos Feijó	Thiago Fernandes de Souza Campoy
Elzita Pinto Macedo Moulin	Mariko Rosa Honda Ribeiro	Vanessa Aparecida Pereira
Erika Dias	Marina de Camargo Campos	Vanessa Gonçalves de Castro
Evelyn Barreto Santiago	Mariselma Ferreira Sousa da Silva	Vania Cardoso Leão
Fabiana Pereira Moreira	Martha Regina Martins de Andrade	Vânia Mendonça Whitehead
Fernanda Inácio Rocha	Michelle Garcia Oliveira	Vivian de Menezes Souza
Fernanda Teixeira Nogueira	Miriam Egle Torturelli	Viviane Araújo da Silveira
Francisca Edinete Nogueira de Souza	Miriam Valéria Tacito	William Fernando de Oliveira
Graciela de Freitas da Silveira	Mônica Gonçalves de Melo	Wilma Regina Alves da Silva

**Prefeitura da Cidade de São Paulo
Secretaria de Assistência Social**

Equipe Gestora

Fátima de Jesus Teixeira
Neiri Bruno Chiachio
Maria Luiza Piccinini

**Gestão do FMAS — Fundo Municipal
de Assistência Social**

Valéria Maria Massarani Gonelli
Marcos Aurélio O. Fernandes

**Supervisores Técnicos das
Supervisões de Assistência Social**

Campo Limpo / M'Boi Mirim

Maria Luiza Oliveira – Distr. CL
Maria Aparecida Junqueira –
Distr. Jd. São Luiz

Socorro / Parelheiros

Inez Auxiliadora Torres Santoro

Itaim / São Miguel

Roseli Dutra C. Ferreira

Santo Amaro / Cidade Ademar

Marcia Aparecida A. M. Generoso

Vila Prudente / Sapopemba

Angela Maria de Azevedo Granato

**Supervisores Regionais de
Assistência Social**

Alzenir de Jesus Faria – LA
Ângela Gonçalves Marques – CS
Cecília Stringhini Siqueira – MP
Eliana Fernandes L. Victoriano – IQ/G
Eliane da Silva Cara – VP
Eutália Guimarães Gazzoli – BT/PI
Francisco Cesar Rodrigues – FÓ
Iraci Oseas dos Reis Hewer – ST/T
Ivone Pereira da Silva – PE/EM
Marcia Regina dos Santos – MG/J
Marcia Perrone de Monteiro – VM/JA
Marlene Merisse – SM
Marli Martins Galina – CL
Roseli Innocêncio Baffini – MO/AF
Sonia Maria da Cunha Mayer – SA
Sonia Regina Ribeiro de Carvalho – IP
Viviane Patricio Delgado – SÉ/LA
Viviane Elisabeth Diniz da Silva – PR/PJ

Chefia de Gabinete

Neli Márcia Ferreira

Equipe de Apoio

Adelina Cristina Pinto
Alexandre Lins Ferreira
Maria Helena J. S. Morais
Rene Suárez Ziegelmaier
Solange G. L. Watzek

**Conselho Municipal de
Assistência Social — Comas**

Presidente: Simoni Bausells Piragine

**Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo — PUC-SP**

Equipe

Faculdade de Assistência Social

Luzia Fátima Baiarl
Marília da Silva Pardini
Marta Silva Campos

Faculdade de Psicologia

Chica Hatakeyama Guimarães
Edna Maria Peters Kahhale
Patrícia Mortara

**Instituto de Estudos Especiais da
Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo — IEE/PUC-SP**

Equipe

Carola Carbajal Arregui
Dirce Koga
Frederico Ramos
Marcelo Turine
Vergílio Alfredo dos Santos
Alexandre Recaman Martins
Rosângela Dias Oliveira da Paz

**Universidade Cruzeiro do Sul —
UNICSUL**

Equipe

Jorge A. Onoda Pessanha
{Pró-Reitor de Extensão e
Assuntos Comunitários}
Luiz Henrique Amaral
{Diretor do Centro de
Pós-Graduação e Pesquisa}
Rosamélia Ferreira Guimarães
{Professora do Curso de
Serviço Social}
Carlos Roberto Castro e Silva

**Universidade de Santo Amaro —
UNISA**

Equipe

Osmar dos Santos Cavalcante
{Professor responsável
pelos estágios}

Organização

Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira
Mariangela Belfiore Wanderley

Edição

Edna Maria Peters Kahhale
Marta Silva Campos
Rosângela Dias O. da Paz

Preparação de texto

Sumatra Produções Culturais

Projeto gráfico

Homem de Melo & Troia Design

Filmes

Casa de Tipos

Impressão

Cromosete

São Paulo, 2004

Imagens

Todas as imagens são reproduções de material produzido pelos grupos integrantes do PFF/SP/SP. capa e p. 1: Maria São Pedro Oliveira Rocha, participante de Santo Amaro; p. 2-3: Cristiane Eugenio, participante do Grajaú; p. 10: Dora Lúcia Alves da Silva, participante da Chácara Santo Amaro; p.22: Janeide Boaventura dos Santos, participante do Grajaú; p. 68: Maria Aparecida Silva, participante de Santo Amaro.

Trabalho com famílias / orgs. Mariangela Belfiore Wanderley, Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira. — São Paulo : IEE-PUC-SP, 2004. 2v. ; 26 cm

Conteúdo: v.1. Metodologia e monitoramento. — v.2. Textos de apoio. ISBN: 85-86894-20-6

1. Família. I. Wanderley, Mariangela Belfiore. II. Oliveira, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. III. Instituto de Estudos Especiais - PUC-SP.

CDD 362.8

IEE/PUC-SP — Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rua Ministro Godoy, 1.173
05015-001 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3871 4429
Endel: iee@pucsp.br
Sítio: www.iee.pucsp.br



Handwritten text in a cursive script, possibly a mix of English and another language. The text is arranged in several lines, starting with '...da' and ending with '...naki'.



Handwritten text in a cursive script, enclosed within a large, hand-drawn circular shape. The text includes words like '...da' and '...naki'.

En a che de nosse
Nunna nã de un programa
Social.

